UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

CAROLYNE REIS BARROS

**Trabalho e território de haitianos na Região Metropolitana
de Belo Horizonte: precariedade e resistência**

São Paulo
2017

CAROLYNE REIS BARROS

**Trabalho e território de haitianos na Região Metropolitana
de Belo Horizonte: precariedade e resistência**

Versão Original

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de Doutor em Psicologia Social.

Área de concentração: Psicologia do
Trabalho e das Organizações

Orientadora: Prof^a. Dra. Leny Sato

**São Paulo
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Barros, Carolyne Reis.

Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência / Carolyne Reis Barros; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2017.

190 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Migração. 2. Haitianos. 3. Precarização do trabalho. 4. Território. 5. Psicologia social. 6. Psicologia do trabalho. I. Título.

GN370

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Barros, Carolyne Reis

Título: Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para minha querida vó.

Abraçar e agradecer

*“Entreguei ao mar
(E nada pedi)
Me molhei no mar
(E nada pedi)
Só agradei”*

(Gerônimo e Vevé Calasans)

Gostaria de abraçar e agradecer tanta gente, tanto mundo, que palavras são insuficientes.

À Leny, pela rigorosa orientação e respeito pela minha produção.

À minha família, que à sua maneira compreende a ausência e um sonho de vida. Em especial à minha vó Conceição (no coração), que no seu “vai dar tudo certo” e no olhar transmitia uma força indescritível.

Agradeço à Isa. Abraço a Isa. Pelo laço bonito e indefectível, por caminharmos juntas nos momentos de trabalho, tensões, angústias, e também nos momentos alegres, delicados, e nos dias brancos. A definição concreta de Sorte na vida.

À Denise Faria, alma leve e sempre disposta.

À Vanessa, pela presença sutilmente indispensável (sempre!). Grande amiga, fonte de inspiração e de admiração.

À Malu, querida! Que bom ser contemporânea sua! E ex-aluna.

Ao LABTRAB e seus dez anos de produção. Por ser início de tudo.

Aos companheiros e companheiras do Instituto DH, agradeço as vibrações positivas e as discussões tão importantes e concretas.

Ao Centro Zanmi, pela ajuda na pesquisa em vários momentos.

Aos companheiros do Fórum Mineiro de Migração e Direitos Humanos.

Aos companheiros e companheiras do Fórum Mineiro de Direitos Humanos.

À amiga Aline Pacheco, por estar na pesquisa comigo. Mais uma vez.

A Guilherme, Débora, Sara, Denise Coimbra, Gabi, Xadia, pela presença possível.

Ao Santê, pela lindeza!

Às funcionárias do PST Nalva, Rosângela e Selma, pela disponibilidade em sempre fazerem dar certo.

Ao nosso grupo de orientandas e orientandos das professoras Leny Sato e Mariana Cordeiro e do professor Fábio Oliveira.

Aos professores da banca de qualificação Fábio Oliveira e Iolanda Évora.

Aos professores das disciplinas do IP, Leny Sato, Mariana Cordeiro, Fábio Oliveira e Ianni Scarcelli, a Vera Telles, do curso de Sociologia, e a Mônica Arroyo, do curso de Geografia, pela acolhida instigante em suas disciplinas.

Ao Julius e à Flávia, pela acolhida, pela convivência e solidariedade. É esse o nosso caminho.

À Júlia Dorigo, Natália, Maristela, parte mineira do grupo de orientandos...

À Aline Martins, obrigada pela disponibilidade e por tornar menos pesado.

À Salete, pelo acolhimento caloroso e vivo.

À *Kore Aysyien*, por existir e resistir.

Ao meu amigo Phanel, pela ajuda na tradução.

Ao núcleo de imigração da Clínica de Direitos Humanos/UFMG, pela oportunidade de troca.

Aos entrevistados e entrevistadas que tornaram possível a pesquisa e as reflexões. E aos migrantes que conheci e convivi nesses longos quatro anos.

À Darcy, pela torcida.

À Maria Célia, incansável revisora.

À Raquel, pela leitura criteriosa e pelos bons questionamentos.

À CAPES, por propiciar-me condições mínimas para fazer a pesquisa.

À Pati e ao Tio Adésio, pela ajuda inestimável nos trânsitos entre Minas e São Paulo.

À Riva, pelo papel ativo na criação de condições para a tese acontecer.

Ao Alex e à Bia, pela força e boas energias!

Ao inventor do avião e do *stressdoron*.

E aos demais amigos e amigas, não citados nominalmente, mas que se sentem contemplados pelo abraço e pelo agradecimento.

O quadro de **Prêfète Duffaut** começou a ser pintado cinco dias antes do terremoto de 2010. O artista disse que já estava esperando o desastre e, por isso, pintou os sobreviventes do acidente escalando em direção a um território seguro.

Humaninhos

Darwin nos informou que somos primos dos macacos, e não dos anjos. Depois, ficamos sabendo que vínhamos da selva africana e que nenhuma cegonha nos tinha trazido de Paris. E não faz muito tempo ficamos sabendo que nossos genes são quase iguaizinhos aos genes dos ratos.

Já não sabemos se somos obras-primas de Deus ou piadas do Diabo. Nós, os humaninhos:

os exterminadores de tudo,

os caçadores do próximo,

os criadores da bomba atômica, da bomba de hidrogênio e da bomba de nêutrons, que é a mais saudável de todas porque liquida as pessoas, mas deixa as coisas intactas.

Os únicos animais que inventam máquinas,

os únicos que vivem ao serviço das máquinas que inventam,

Os únicos que devoram sua casa,

os únicos que envenenam a água que lhes dá de beber e a terra que lhes dá de comer;

os únicos capazes de alugar-se ou vender-se ou de alugar ou vender os seus semelhantes,

os únicos que matam por prazer,

os únicos que torturam,

os únicos que violam.

E também

os únicos que riem,

os únicos que sonham acordados,

os únicos que fazem seda da baba dos vermes,

os que convertem lixo em beleza,

os que descobrem cores que o arco-íris desconhece,

os que dão novas músicas às vozes do mundo

e criam palavras, para que não sejam mudas

nem a realidade nem sua memória.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Barros, C. R. (2017). *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

A migração haitiana para o Brasil ganha destaque após o terremoto de 2010 no Haiti. Estima-se que hoje 55.000 haitianos vivam no Brasil. Esta pesquisa procurou compreender as dimensões psicossociais da migração para os haitianos residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir das categorias trabalho e território. Partiu-se das perspectivas transnacionais e da teoria das redes sociais para produzir reflexões sobre o campo migratório que considerem o sujeito migrante. Em nosso percurso metodológico, a partir da pesquisa-militante, utilizamos a intervenção pesquisante como método de pesquisa, a partir da ideia de pesquisador conversador, e com os instrumentos de entrevista e diário de campo. Além das oito entrevistas, também frequentamos as reuniões da associação dos haitianos de Contagem (*Kore Ayisyen*) e espaços oficiais que envolvem essa discussão, tais como a rede de acolhimento ao migrante de Belo Horizonte e o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo. A análise dos dados produzidos nesta pesquisa foi realizada também a partir de discussões sobre território e suas possíveis territorialidades e o trabalho e as experiências laborais dos migrantes desde o Haiti. Algumas dimensões psicossociais da migração para os haitianos referem-se à sua condição de vida no Brasil e envolvem as rotas no trajeto para o país, a dificuldade em aprender o idioma, a solidariedade construída na rede social da migração, o suporte social ofertado pelas igrejas, principalmente neopentecostais, e o racismo à brasileira. E como parte das condições, as territorialidades construídas a partir do cotidiano de trabalho, da localização da igreja, da loja que realiza o envio do dinheiro da remessa, da localização do Centro Zanmi imprimem um sentido e revelam outro uso do território. O trabalho relatado nas entrevistas revela que as experiências laborais se constituem como um desperdício da experiência, principalmente pelo trágico descompasso entre a formação e o trabalho que realizam no Brasil. Entre as experiências, a precarização do trabalho informal apresenta-se como o trabalho de entrada no mercado laboral brasileiro e junto com as demais atividades caracterizam o migrante haitiano como parte do precariado. Se há precariedade a partir de várias dimensões tanto no Haiti quando no Brasil, uma precariedade transnacional, há também resistência, que se revela na aposta na educação enquanto futuro, na organização política a partir da associação dos haitianos de Contagem e nos usos e sentidos produzidos no território.

Palavras-chave: migração haitiana; trabalho precário; território; Psicologia Social; Psicologia do Trabalho.

REZIME

Barros, C. R. (2017). Travay ak teritwa Ayisyen yo nan rejyon metwopolitèn Belo Horizonte a : ensekirite ak rezistans. Tèz Dokora, Enstiti Psikoloji nan Inivèsite nan São Paulo, São Paulo.

Migrasyon ayisyen an nan Brezil te vin jwenn importans apre tranbleman tè 2010 la nan peyi Ayiti. Yo estime 55,000 Ayisyen kounye a ap viv nan peyi Brezil. Rechèch sa a t'ap chache konprann dimansyon psiko-sosyal migrasyon pou migran Ayisyen yo ki ap viv nan rejyon metwopolitèn Belo Horizonte a, li baze sou kategori travay ak teritwa. Li te kòmanse nan pèspektif transnasyonal yo ak teyori a nan rezo sosyal yo pou pwodwi refleksyon sou chan migratwa yo ki konsidere sijè migran. Nan apwòch metodolojik nou an, ki soti nan rechèch-militan, sèvi ak entèvansyon rechèch kòm yon metòd rechèch ki soti nan lide chèchè-kominikatè, ak enstriman entèvyou ak jounal. Anplis sèt entèvyou yo nou te asiste reyinyon asosyasyon ayisyen yo nan vil Contagem (Kore Ayisyen) tou ak espas ofisyèl ki antoure diskisyon sa yo, tankou rezo akèy pou migran yo nan Belo Horizonte ak Komite Eta a pou Atansyon a Migran, Refijye ak apatrid, Konfwonte trafik ak detwi travay esklav. Analiz done yo ki te pwodwi nan rechèch sa a te fèt tou apatia yon diskisyon sou teritwa ak posib terityalite li yo, ak travay e eksperyans travay migran yo. Kèk dimansyon psiko-sosyal nan migrasyon pou Ayisyen gen a wè ak kondisyon vi yo nan peyi Brezil ak ki enplike gwo trajè yo fè pou antre nan peyi a, difikilte pou aprann lang lan, solidarite bati sou rezo sosyal migrasyon yo, sipò sosyal ofri nan legliz yo sitou neo-pentkotist, ak rasis brezilyen an. Apre sa, kòm yon pati nan kondisyon yo, terityalite yo bati apati pakou travay la chak jou, tou pre legliz, magazen ki fè transfè lajan yo, lokalizasyon Sant Zanmi bay yon direksyon ak revele lòt pou teritwa a. Travay ki rapòte nan entèvyou yo devwale ke eksperyans travay yo konstitye kòm yon pèdi tan, vye eksperyans, espesyalman dezekilib trajik ant fòmasyon yo ak travay yo ap fè nan Brezil. Pami eksperyans yo, travay enfòmèl nan move kondisyon yo parèt kòm mwayen pou yo antre nan mache travay la brezilyen e ansanm ak lòt aktivite fè yo karakterize migran ayisyen yo kòm yon pati nan "prekariat" (moun ki gen fòmasyon epi ki ap fè travay ki pa nan nivo I) a. Si gen prekarizasyon soti nan plizyè dimansyon nan peyi Ayiti tankou nan peyi Brezil, yon prekarizasyon transnasyonal, genyen rezistans tou, ki se parèt aklè nan envestisman nan edikasyon kòm lavni, òganizasyon politik soti nan asosyasyon ayisyen nan vil Contagem ak nan itilizasyon e siyifikasyon pwodwi sou teritwa a.

Mo kle yo: migrasyon ayisyèn; travay prekè; teritwa; sikoloji sosyal; Sikoloji travay.

RESUMÉ

Barros, C. R. (2017). Travail et territoire des Haïtiens dans la région métropolitaine de Belo Horizonte: précarité et résistance. Thèse de doctorat, Institut de Psychologie de l'Université de São Paulo, São Paulo.

La migration haïtienne vers le Brésil a gagné la prééminence après le séisme du 12 janvier 2010 en Haïti. On estime un nombre de 55.000 Haïtiens vivant actuellement au Brésil. Cette recherche visait à comprendre les dimensions psychosociales de la migration pour les haïtiens résidant dans la région métropolitaine de Belo Horizonte à partir des catégories de travail et territoire. Il a commencé à partir des perspectives transnationales et de la théorie des réseaux sociaux pour produire des réflexions sur le champ migratoire que considèrent le sujet migrant. Dans notre approche méthodologique, à partir de la recherche-militante, nous utilisons l'intervention de recherche comme une méthode de recherche, à partir de l'idée chercheur causeur, et avec des instruments d'entrevue et le champ journal. Outre des sept entrevues, nous avons aussi assisté des réunions de l'association des haïtiens du contagem (Kore Ayisyen) et des espaces officiels entourant cette discussion, tels que le réseau d'accueil pour migrants au Belo Horizonte et le Comité d'Etat pour l'attention aux migrants, des réfugiés et apatrides, Confrontement le trafic de personnes et l'éradication du travail esclave. L'analyse des données produites dans cette étude a également été menée à partir des discussions sur le territoire et sa possible territorialité, et le travail et l'expérience de travail des migrants. Certaines dimensions psychosociales de la migration pour les Haïtiens se réfèrent à leurs conditions de vie au Brésil et impliquant le parcours du trajet vers le pays, la difficulté d'apprentissage de la langue, la solidarité construite sur des réseaux sociaux de la migration, le soutien social offert par les églises principalement néo-pentecôtiste et le racisme brésilien. Et dans le cadre des conditions, les territorialités construites à partir du travail quotidien de l'emplacement de l'église, le magasin qui effectue l'envoi de l'argent, l'ocalisation du Centre Zanmi donnent une direction et révèlent d'autres utilisations du territoire. Les travaux rapportés dans les entrevues révèlent que les expériences de travail sont constitués comme un gaspillage de temps, en particulier le décalage tragique entre la formation et le travail qu'ils accomplissent au Brésil. Parmi les expériences, le travail informel de manière précaire se présente comme la porte d'entrée sur le marché du travail brésilien et avec beaucoup d'autres activités caractérisant le migrant haïtien dans le cadre du précarité. S'il y a de la précarité de multiples dimensions en Haïti comme au Brésil, une précarité transnationale, il y a aussi la résistance, qui se révèle dans l'investissement dans l'éducation comme future, dans l'organisation politique à partir de l'association des Haïti du Contagem et dans les utilisations et les significations produits sur le territoire.

Mots-clés: migration haïtienne; travail précaire; territoire; Psychologie sociale; Psychologie du travail.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Os haitianos no mundo.....	54
Figura 2 –	Foto das comemorações do Dia da Bandeira. Colégio Imaculada. Belo Horizonte. Maio de 2015.....	66
Figura 3 –	Foto de reunião na sede da associação dos haitianos de Contagem <i>Kore Ayisyen</i> , em 21/02/2016.....	69
Figura 4 –	Convite da Festa da Bandeira do Haiti.....	70
Figura 5 –	Foto da Festa da Bandeira do Haiti. Símbolos do Haiti. Belo Horizonte, 2016.....	77
Figura 6 –	Rotas da migração haitiana para o Brasil desde fevereiro de 2010.....	88
Figura 7	Foto <i>de Através</i> . Obra de Cildo Meireles.....	106
Figura 8 –	Mapa de localização dos haitianos.....	114
Figura 9 –	Mapa de residência dos entrevistados.....	117
Figura 10 –	Fotografia de John Stanmeyer.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incursões no campo – Quadro Síntese.....	62
Quadro 2 – Caracterização dos Sujeitos Entrevistados.....	80/141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de autorizações concedidas, segundo principais países de nascimento, Brasil 2011-2015.....	138
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de autorizações, segundo principais países 2011-2015.....	138
Tabela 2 – Imigrantes com vínculo formal de trabalho no Brasil – 2011-2015.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CeasaMinas	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
CEFET	Centro Federal Tecnológico
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CGIg	Coordenação-Geral de Imigração
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
COMITRATE	Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo
CRAI	Centro de Referência em Atendimento ao Imigrante
CZ	Centro Zanmi
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
FUNEC	Fundação Educacional de Contagem
Gedep/PucMinas	Grupo de estudo Distribuição Espacial da População da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IJUCI	Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania
IHSI	Instituto Haitiano de Estatística e Informática
Jocum	Jovens Com Uma Missão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedor Individual
MJ	Ministério da Justiça
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTE	Ministério do Trabalho

MINUSTAH ¹	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
NETP	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OIM	Observatório Internacional de Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RN	Resolução Normativa
SEDPAC	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais
SEPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
TPS	Temporary Protected Status
UN-DESA	United Nations Department of Economic and Social Affairs

¹ MINUSTAH – *United Nations Stabilization Mission in Haiti*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	O trajeto da pesquisadora.....	20
1.2	Apresentação dos capítulos.....	22
	TEORIAS E CONCEITOS DA QUESTÃO MIGRATÓRIA.....	24
2	CONTORNOS PARA A QUESTÃO MIGRATÓRIA	25
2.1	Algumas teorias da migração internacional.....	34
2.1.1	<i>Abordagens microteóricas</i>	36
2.1.2	<i>Abordagens macroteóricas</i>	38
2.2	Migração haitiana.....	48
2.2.1	<i>Elementos históricos para se pensar o Haiti</i>	48
2.3	Migração: condição haitiana?.....	51
3	PERCURSO METODOLÓGICO	56
3.1	Os trajetos.....	59
3.1.1	<i>Contato com Marguerite e a rede de acolhimento aos migrantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte</i>	59
3.1.2	<i>A organização da Conferência Livre e a participação na 1ª Conferência Nacional de Migração e Refúgio</i>	61
3.1.3	<i>Buscando lugares para fazer contato com os migrantes</i>	62
3.2	Diário de campo.....	71
3.3	Sobre a técnica de entrevista.....	73
4	PRECARIEDADE TRANSNACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VINDA E A VIDA DOS HAITIANOS	78
4.1	O Haiti e a diáspora enquanto condição social.....	82
4.2	Uma terça inesquecível: o terremoto em janeiro de 2010.....	84
4.3	Rotas para o Brasil.....	87
4.4	Condições de vida no Brasil.....	91
4.5	O desafio em aprender o idioma.....	94
4.6	Rede social na migração: habitação e acolhimento solidário.....	95
4.7	A Igreja como suporte social.....	102
4.8	Racismo à brasileira.....	103
5	TERRITÓRIO	107
5.1	Territorialidades da migração.....	112
6	O TRABALHO: ATIVIDADE PERPASSADA	125

7	EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE MIGRANTES HAITIANOS NA RMBH: O DESPERDÍCIO DA EXPERIÊNCIA E A PRECARIIDADE.....	134
7.1	Situando o contexto laboral no Haiti e no Brasil.....	135
7.2	Elementos da experiência de trabalho dos migrantes haitianos.....	140
7.2.1	<i>Carlos</i>	143
7.2.2	<i>Robert</i>	144
7.2.3	<i>Phanel</i>	145
7.2.4	<i>Gérard</i>	146
7.2.5	<i>Nadine</i>	148
7.2.6	<i>Massilon</i>	148
7.2.7	<i>Marlène</i>	149
7.3	O trágico desperdício da experiência nas trajetórias laborais.....	150
7.3.1	<i>A entrada no mundo laboral brasileiro: precarização da atividade informal</i>	151
7.3.2	<i>O trágico descompasso entre formação educacional no Haiti e o trabalho que executam no Brasil</i>	157
7.4	Migrante haitiano: o precariado.....	159
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
8.1	A pesquisa-militante.....	165
8.2	Limitações do trabalho.....	167
8.3	Condições de vida no Brasil.....	168
8.4	Precariedade e resistência transnacional.....	169
	REFERÊNCIAS.....	172
	APÊNDICE A – Carta de apresentação.....	187
	ANEXO A – Resolução Normativa 97.....	188
	ANEXO B – Resolução Normativa 102.....	189

1 INTRODUÇÃO

1.1 O trajeto da pesquisadora

Desde o final do curso de graduação em Psicologia tenho participado de pesquisas que compreendem o sujeito na sua atividade mais enigmática com a natureza: o trabalho. Como disse Sônia Viegas (1990),

Trabalho é a forma humana de fazer jus à vida, é a forma humana de produzir, não no sentido de criar objetos reificados, simplesmente, mas no sentido de criar significações. Significações que se desdobram indefinidamente. Há uma reverberação infinita das significações humanas, e isso é belíssimo. (s.p)

Assim, o trabalho em seu sentido trans-histórico pode ser pensado como uma atividade que cultiva a vida, que produz cultura e que dá sentido à existência. No entanto iniciei meus estudos justamente naquilo que ele revela de mais violento, adoecedor, antívida. Estudo dimensões do trabalho que excluem, segregam e produzem um espiral de sofrimentos e vulnerabilidades. No final da graduação e durante os estudos sobre sistema prisional e trabalho, incluindo o período de pesquisa de mestrado, ficou evidente a falência da punição enquanto forma de resolver conflitos, assumindo o Abolicionismo Penal como perspectiva para pensar uma sociedade sem prisões, e também no final do doutorado, uma sociedade livre de fronteiras e sem criminalização da migração.

Durante a graduação e no mestrado, acompanhei alguns egressos em busca de sobrevivência na passagem pós-prisão (Barros, 2011). A conquista de um emprego formal é um desafio com vários obstáculos e impedimentos que vão desde o atestado de bons antecedentes, documento exigido na maioria dos empregos formais, à ausência de qualificação. Tudo isso em um contexto em que o trabalho formal é considerado, pelas políticas públicas, como principal solução para a reintegração dessas pessoas. São trajetórias de vida acentuadamente marcadas pela exclusão e pela marginalidade, fazem parte da ralé brasileira, descrita por Jessé de Souza (2009).

No período do mestrado, a convivência com os presos, os egressos e seus familiares afetou-me de maneira ambivalente, criando desencantamento e falta de esperança em relação a alguma mudança estrutural que incidisse diretamente na vida desses sujeitos e, ao mesmo tempo, uma inquietação e uma admiração pela força de luta pela vida, pela sobrevivência, por um lugar neste mundo e neste modo de produção.

No ano de 2013 iniciei o doutorado na Universidade de São Paulo com o primeiro foco de estudo sobre a temática migratória a partir de uma realidade em São Paulo: em 2012 submeti, como anteprojeto para o processo seletivo de doutorado no Departamento de Psicologia Social e Trabalho, o tema dos migrantes bolivianos e sua relação com a Praça *Kantuta*, em São Paulo.

Entretanto, diante da realidade de trabalho e da militância política em Belo Horizonte, percebi a necessidade de mudar o foco; assim, desde 2014, interessa-me estudar a trajetória de trabalho de migrantes haitianos que residem na Região Metropolitana em Belo Horizonte (RMBH). E, ao longo desses anos, a partir da militância e do trabalho no Instituto DH – promoção, pesquisa e intervenção em direitos humanos e cidadania (Instituto DH), em vários espaços de articulação da sociedade civil e de diálogo com o poder público –, também ampliei a militância para a migração na perspectiva dos direitos humanos. Uma temática que não estava presente desde que frequento esses espaços, em 2009.

Um exemplo dessa inserção ocorreu na Conferência Estadual de Direitos Humanos, preparatória para a Conferência Nacional de Direitos Humanos em 2016, quando formulamos propostas tentando articular a política de Direitos Humanos também para os migrantes em todos os eixos. A militância que se inspira nos direitos humanos como projeto de sociedade (Pinto, 2015) tem que abarcar a mobilidade e questionar as fronteiras. E é nesse lugar, orientada por esses referenciais, que ocupo atualmente o cargo de membro titular do Instituto DH, incluído como sociedade civil o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, na tentativa de construir um plano estadual de acolhimento. E, junto às demais instituições e pessoas, incluídas no universo não governamental, o desejo de criar um Fórum Mineiro de Migrações e Direitos Humanos e propiciar cada vez mais

iniciativas culturais que reflitam sobre migração, como foi a mostra de cinema “Linhas Imaginárias”, a qual ajudamos a organizar.

A partir deste estudo e da convivência com amigos e amigas haitianos e haitianas, as barreiras do mundo ficaram menores, a sensibilidade para os movimentos migratórios passaram a compor o nosso espectro de percepção da realidade, porque acreditamos que a reinvenção da sociabilidade pautada na alteridade e na vivência da diferença possibilita um mundo comum. Porém, os desafios aumentaram, pois eles e elas também sofrem as consequências do nefasto modo de produção atual. Esperamos que esta tese consiga demonstrar ao leitor um pouco do que vivenciei ao longo desses extensos quatro anos.

1.2 Apresentação dos capítulos

Nessa direção, nos propomos os seguintes objetivos específicos: investigar e analisar as trajetórias socioespaciais de haitianos que residem na Região Metropolitana de Belo Horizonte; pesquisar e analisar as trajetórias de trabalho de haitianos que residem em Belo Horizonte; analisar as condições de vida dos haitianos que residem na RMBH e discutir o trabalho do migrante na RMBH.

E com o objetivo geral de compreendermos as dimensões psicossociais da migração para os haitianos residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir das categorias trabalho e território, dividimos a tese em oito capítulos.

O primeiro capítulo é constituído por esta introdução, onde traçamos em linhas gerais a nossa trajetória, desde a graduação até ao doutorado, de participação em estudos e pesquisas que compreendem o sujeito na sua mais enigmática atividade com a natureza – o trabalho –, aqui com foco na trajetória de trabalho de migrantes haitianos residentes na RMBH.

No segundo capítulo apresentamos os contornos porosos da temática migratória que envolve conceitos e teorias que explicam porque as pessoas se movem no capitalismo e a relação histórica entre a migração e o Haiti.

O capítulo 3 cartografa os caminhos percorridos e as discussões metodológicas pertinentes em busca de uma pesquisa-militante.

No capítulo 4 tratamos algumas temáticas relativas à vinda e à vida dos haitianos entrevistados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacando seus trajetos até ao Brasil, a condição de vida no Brasil, a dificuldade do idioma, a rede social da migração no acolhimento solidário, o suporte social oferecido por igrejas e o racismo à brasileira.

No capítulo 5, a partir da noção de território, abordaremos as territorialidades construídas pelos sujeitos, necessária para a compreensão das dimensões psicossociais.

No sexto capítulo discutimos o conceito de trabalho a partir de uma definição marxiana, incluindo aspectos psicossociais, e compreendendo tal conceito a partir da divisão moral e psicológica do trabalho.

No capítulo 7 apresentamos uma análise de alguns elementos da vida laboral dos entrevistados, tais como a entrada no mundo laboral brasileiro via atividade informal precarizada, o desperdício da experiência, o trágico descompasso entre formação e trabalho realizado no Brasil e algumas características do precariado.

Por fim, no capítulo 8, tecemos as considerações finais.

TEORIAS E CONCEITOS DA QUESTÃO MIGRATÓRIA

Verdade

*A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.*

*E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os dois meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram a um lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em duas metades,
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
As duas eram totalmente belas.
Mas carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

(Carlos Drummond de Andrade)

2 CONTORNOS PARA A QUESTÃO MIGRATÓRIA

Migrar é uma atividade que produz histórias. E histórias são o que construímos enquanto estamos vivos, ou, nas palavras de Eduardo Galeano: “Os cientistas dizem que os humanos são feitos de átomos, mas a mim um passarinho contou que somos feitos de histórias” (Galeano, 2012).

Os grandes movimentos migratórios da humanidade estão relacionados a etapas históricas importantes nas narrativas das sociedades, seja a função de migrar na Pré-História, enquanto processo de sobrevivência, seja a migração na função bíblica, descrevendo deslocamentos e migrações de povos também em busca de outras experiências e mudanças da condição de vida. Na literatura, em todos os continentes, encontramos referências à migração enquanto processo produtor de histórias, de ampliações, de possibilidades. A migração não é um fenômeno do século XX, faz parte da história da humanidade, embora tenha aumentado o seu registro em volume e significância desde 1945, durante a 2ª Guerra Mundial (Patarra, 2006). São pessoas fugindo dos conflitos armados e das impossibilidades de uma vida digna nos locais da guerra.

Desqualificamos o migrante adjetivando-o de “econômico” em busca de sobrevivência, em busca do trabalho. Elegemos situações de migração mais importantes que outras em função de arranjos políticos de Estado-Nação, de classe, de raça. Neste capítulo apresentaremos alguns dados sobre a migração internacional e conceitos do campo migratório, além de mostrarmos como algumas teorias fazem a leitura desse fenômeno, incluindo as perspectivas das redes sociais e transnacionais, que ampliam nossa reflexão sobre a realidade que estamos investigando.

Segundo dados mundiais do Relatório da Organização das Nações Unidas, Departamento de Economia e Assuntos Sociais (OECD-UNDESA, 2013), estima-se que 232 milhões de pessoas deixaram seus países para viver em território estrangeiro entre os anos 2000-2010. Em 2000, esse número era de 175 milhões, o que representa um aumento de 33% em menos de vinte anos. Destes, 96 milhões migraram para regiões dos países do Sul.

Na América Latina são 5.225 milhões de migrantes internacionais, dos quais 600 mil são do Brasil, o que representa 0.3% da população. Apesar de ser noticiado sobre a chegada de migrantes de outros países (Haiti, Bolívia, Senegal, Bangladesh) e de existir uma realidade que tem se apresentado cada vez mais visível (seja na mídia, seja na academia e nos grupos de pesquisa), estatisticamente, o Brasil é um país que recebe menos migrantes internacionais do que envia para os outros países. Mas nossa pesquisa não se guia por dados estatísticos. A apresentação desses números oferece uma perspectiva panorâmica da realidade migratória no mundo, entretanto é necessário apresentarmos brevemente as diferentes perspectivas teóricas nas diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais sobre a questão migratória.

Historicamente, os processos migratórios relacionam-se com o modo de vida construído pela sociedade ao longo dos tempos. Baseado em David Harvey, Cohen (2014) argumenta que

nas sociedades pré-modernas, o espaço era entendido em termos de localidades concretas. As deslocações eram perigosas e difíceis enquanto a guerra, a pestilência e a fome muitas vezes tornavam a vida social imprevisível. Para a maioria das pessoas era mais seguro ficar nos locais onde, justamente com as suas famílias, usufruíam de direitos e obrigações fixos e imutáveis. De forma semelhante, a memória de desastres passados, a passagem das estações do ano e o ciclo dos trabalhos agrícolas determinavam a compreensão do tempo. (p.22)

No modo de produção capitalista, a configuração “espaço-tempo” inverteu a lógica que encontramos na citação anterior. Atualmente vivemos uma ampliação do espaço sem precedentes, propiciado pela produção de novas tecnologias e pelo desenvolvimento de técnicas de divisão, medição e mapeamento de dimensões físicas e temporais (Cohen, 2014) e também pelo processo de expansão e circulação de mercadorias (Harvey, 2005). David Harvey (2004) concebe esse fenômeno como “compressão espaço-tempo”. Todavia, locomover-se com facilidade pode trazer consequências para a dimensão temporal. E essas dimensões alteram a maneira como os sujeitos se relacionam com o mundo e, consequentemente, a maneira como trabalham e se movem no espaço. Portanto, no atual estágio do modo de produção capitalista, os processos migratórios são influenciados pelas desigualdades geridas e gestadas nesse sistema e balizadas a partir de elementos

próprios desse modo de produção como: morar na cidade, ter um trabalho formal e sobreviver na legalidade no mundo globalizado. Uma das maneiras de responder a essa convocação de estilo de vida é migrar: migrar para cidades, migrar para conseguir um trabalho, migrar para sobreviver.

De acordo com o dicionário Houaiss (2009), migração pode ser definida como

movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida [essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.].

Essa definição entende qualquer deslocamento entre fronteiras geopolíticas como migração. É uma definição muito restrita ao apresentar-se a partir da dimensão geopolítica. A definição do que seja migração possui uma ampla diversidade de teorias e compreensões (Massey et al, 1993, Peixoto, 2004, Portes 2003). De acordo com a ONU (1980), migração pode ser definida como

sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realiza durante um intervalo determinado e que implicou uma mudança de residência. (p.127)

De acordo com o conceito apresentado, diversas categorias incluídas – tais como área de destino e área de origem, tempo de permanência, residência e locais de origem/destino – apresentam limitações ao tentarem abarcar fluxos migratórios atuais existentes no Brasil, como as “migrações repetitivas”². A definição apresentada anteriormente apresenta-se limitada para um uso apenas instrumental como norteador na construção de políticas migratórias, pois o

problema da disponibilidade e inadequação dos dados demográficos existe independentemente do questionamento a respeito do conceito de migração. Trata-se, acima de tudo, da dificuldade em se acompanhar um conjunto de movimentos só detectáveis estatisticamente quando cruzam limites políticos ou censitários e ao interceptarem os intervalos temporais considerados pelos censos. (Póvoa-Neto, 1997, p. 14)

² Incluem-se nessa categoria os trabalhadores temporários como os boias-frias, garimpeiros, trabalhadores temporários da construção civil.

Outra definição e referência para a construção e a avaliação de políticas migratórias foi elaborada pelo Observatório Internacional de Migrações (OIM, 2009), que consiste em um glossário visando padronizar e facilitar o diálogo internacional. De acordo com tal documento, migração é o

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. (p.40)

Nessa definição estão incluídas as migrações internas e internacionais e o foco está no deslocamento, sem defini-lo pela causa ou extensão, além de incluir outros termos ou variações do conceito de migrantes. No glossário do OIM existem variações na definição referente a causas, a temporalidade, a normativa (lei), a qualidade e a processos subjetivos³.

Discutindo o conceito de migração, Vainer (1984) ressalta elementos que auxiliam na compreensão das diversas concepções sobre o tema, destacando que o termo migração convoca a várias realidades:

todo discurso sobre migração começa exatamente por definir o que entende por este termo. Como aceitar, então, que a unidade seja dada pela identidade do objeto migração quando, para cada discurso, este mesmo termo designa objetos diferenciados, define dimensões distintas ou propõe perspectivas particulares – e muitas vezes excludentes – para pensar o real? (s.p.)⁴

Jansen (1969), ao referir-se à inexistência (esperada) de uma “teoria geral da migração”, aponta que:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no

³ Migrantes econômicos, ambientais, indocumentados, entre outros.

⁴ Esse questionamento origina-se a partir de várias concepções de migrações dos seguintes autores: Becker et al, 1979, Mata, 1980, Pastore, 1979, Faissol, 1975, Singer, 1980, Nações Unidas, 1980, que estão presentes em Vainer (1984).

sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante. (p.60, grifos do autor)

No fragmento anterior encontramos a temática da migração apresentada como um problema em diversas dimensões, o que pode indicar soluções que reduzem ou mesmo cessam os deslocamentos. Ou seja, partir da ideia de que a migração é um problema, indica que o conceito de migração está atravessado por outras percepções e preconceitos que convocam a resolvê-lo, a encontrar uma solução, pois migrar é errado. Esse pensamento associa a migração a problema e desconsidera movimentos migratórios que produzem outros efeitos e não somente “problemas” ou conflitos.

Nesta pesquisa, optamos por trabalhar com o conceito de migração em vez de imigração, e migrante em vez de imigrante, por entendermos que o sentido de migrar abarca todas as experiências de mobilidade, produzindo questionamentos ao discurso que define movimento a partir de um referencial de fronteira. O termo imigração carrega sentidos que situam a experiência a partir de fronteiras geopolíticas e não abarca toda a experiência de mobilidade do sujeito, ou seja, quando ele deixa o seu país e no país de destino ele seria imigrante e emigrante ao mesmo tempo (Sayad, 1998). Nessa perspectiva concordamos com Joseph Handerson (2015) ao dizer que

é mais o sujeito em mobilidade e em circulação do que o emigrante ou imigrante que está no coração da análise (Simon, 1981 e 1992, Tarrius, 2000, Doraï, Hilly, Loyer & Ma Mung, 1998). O acento cai mais sobre as dinâmicas, as lógicas e as relações sociais construídas durante o percurso da viagem do que os determinantes da migração. Em tal contexto, a pesquisa se situa mais a partir do paradigma da mobilidade e dos *territórios circulatórios* do que na integração das pessoas nos lugares de chegada e de instalação. (p.44)

Se há uma polissemia no que se refere ao conceito de migração, também encontraremos na literatura concepções diferentes do que é o migrante, mas que consideramos pertinentes e que poderiam contribuir para a definição de migrante. Tendo isso em vista, tais concepções serão abordadas na discussão sobre as

perspectivas teóricas da migração. Como estamos tentando compreender as dimensões psicossociais da migração de migrantes haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) a partir das categorias trabalho e território, a definição de imigrante de Sayad (1998) fornece-nos elementos importantes para essa compreensão:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. (p. 54)

A definição de Sayad impõe a noção de trabalhador, de força de trabalho associada a uma contradição da migração relacionada ao tempo, ou seja, vive-se durante muito tempo em condições de vida efêmeras e instáveis, ou vive-se nessas condições efêmeras como se fosse demorado. Se Sayad (1998) defende que o trabalho “fez nascer o migrante” (p. 54), acreditamos que tal ideia ganharia amplitude se abordada na perspectiva de que “a atividade fez nascer o migrante”.

Sendo assim, a afirmação de Sayad refere-se tanto às mobilidades geradas no capitalismo quanto às mobilidades inerentes ao ser humano em busca de sobrevivência. Acrescentamos também uma dimensão de análise que se refere aos impactos das condições de mobilidade sobre o sujeito. Como destaca Menezes (2012),

o migrante constitui-se nas tensões e ambiguidades de várias categorias e diversos espaços sociais. Nesse sentido, não se trata de verificar as opções por ficar ou sair, por uma condição de trabalho ou outra, por um lugar ou outro, mas de compreender como os indivíduos tratam subjetivamente essas possibilidades objetivas de trabalho e vida. A condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais. (p.27)

Nesse sentido, alguns migrantes vivem em um paradoxo de resistência e entrega. Resistem diante da impossibilidade de sobreviver, buscando outros espaços para continuar a vida, e ao mesmo tempo entregam-se ao fluxo econômico

e laboral, pois se trata em grande parte de uma mobilidade gerida pelo modo de produção. Outros vão em busca de sonhos, de projetos, de sentidos, de aventuras. A entrega não significa fraqueza diante das condições ou fracasso, e não é uma decisão racional. Talvez seja uma das opções entre escolhas escassas e possíveis no capitalismo.

Apesar de aparente unidade, o conceito de migrante desdobra-se em conceitos que tentam abarcar nuances dos fluxos migratórios e diferencia-se de acordo com algumas características e processos. Tais conceitos foram e são formulados em diversas épocas utilizados para diferenciar as políticas migratórias e caracterizar o movimento migratório. Uma dessas nuances ou uma das classificações de migrantes refere-se ao refugiado. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto do Refugiado (Nações Unidas, 1951), refugiado é todo aquele

que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (Nações Unidas, 1951)⁵

O refugiado é um migrante, mas nem todo migrante é um refugiado. Diante das situações anteriormente descritas, o tratamento dado ao refugiado em países signatários do Estatuto refere-se ao acesso às políticas públicas. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) defende a necessidade de diferenciar os refugiados dos migrantes econômicos. No entanto tal separação pode provocar desigualdades no acesso às políticas de um país, e mais uma vez cria-se um mecanismo para segregar e facilitar o acesso às políticas para uns em detrimento de outros. Nesse sentido, Butler (2015)⁶ observa que as

⁵ Recuperado em 20/10/2016 de http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.

⁶ “Esses enquadramentos são atuantes em situações de prisão e tortura, mas também nas políticas de imigração de acordo com as quais determinadas vidas são percebidas como vidas, ao passo que outras, embora aparentemente estejam vivas, não conseguem assumir uma forma percebível como tal”. (Butler, 2015, p.44)

produções desses enquadramentos normativos também estão presentes nas políticas migratórias nas quais a consequência imediata é a segregação, que dificulta também a implementação de políticas para os refugiados cujas dimensões de classe, gênero, raça e localização geopolítica do país de origem atravessam o enquadramento de refugiado⁷.

Outra categoria que decorre do conceito de migrante é o apátrida. O apátrida foi definido pela Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954)⁸ e define que “o termo ‘apátrida’ designará toda pessoa que não seja considerada seu nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação”. Sendo assim, o apátrida não consegue ter documentos de identificação, estudar, trabalhar e estar legalizado em algum país. E não consegue também mover-se entre países. Em evento recente⁹, uma apátrida acolhida pelo Brasil, em processo de regularização dos seus documentos, relatou a sua trajetória de solicitações de acolhimento em mais de 20 países. Ela nascera em um país no qual o casamento dos pais era proibido, pois eram de religiões diferentes, portanto não poderia ser registrada. Em viagens ou qualquer outra situação em que fosse necessária a identificação pessoal, sempre utilizou os documentos de uma amiga. Essa foi uma estratégia para resistir diante de sua condição.

O refugiado ambiental, por sua vez, é uma nova categoria utilizada para designar aqueles que se deslocam em função de alterações/catástrofes climáticas. De acordo com Claro (2011b), os refugiados ambientais podem ser classificados em três grupos distintos:

refugiados ambientais lato sensu, correspondente a todo e qualquer migrante influenciado não exclusiva, mas majoritariamente por alterações ambientais de vulto (EL-HINNAWI, 1985); (ii) refugiados do clima, para aqueles migrantes forçados exclusivamente em decorrência da mudança e variabilidade climática abruptas

⁷ Em alguns contextos do refúgio, encontramos situações de campos de refugiados geridos por organizações humanitárias internacionais existentes há 20 anos, que se caracterizam como espaços de gestão dos indesejáveis (Agier, 2008).

⁸ Apátridas. Recuperado em 11 de janeiro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4246.htm.

⁹ Anotações pessoais da roda de conversa sobre migração. Roda de Conversa sobre migração em 25/08/2015 em Belo Horizonte. Maiores informações no vídeo Apátridas – Canal Futura. Recuperado em 28 de dezembro de 2015, de <https://www.youtube.com/watch?v=4P1Z09CgyM4>.

(COLLECTIF ARGOS, 2010); e (iii) refugiados da conservação, relativo àquelas pessoas que foram forçadas a deixar sua morada habitual em razão da criação de uma área de preservação ambiental ou similar, mas que necessariamente implique migração humana como efeito direto de políticas públicas – vale afirmar que a maior parte dos refugiados da conservação é composta por comunidades tradicionais, embora não apenas por estas. (Dowie, 2009, p.40)

O *status* de refugiado ambiental e de refugiado em geral, em vez de migrante ambiental, confere uma suposta posição de maior acesso às políticas públicas, como inserção laboral, e mais atenção do governo local.

Para Butler (2015), as classificações jurídicas são enquadramentos construídos para organizar e separar os sujeitos que possuem vida e os demais cuja vida não importa. A autora observa que:

Os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento.... assim, há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas. (p.17)

Nessas nuances do *status* conferido ao tipo de mobilidade, os haitianos deveriam ser considerados refugiados ambientais, mas esse enquadramento não é reconhecido juridicamente. E são considerados migrantes, sob o adjetivo pejorativo de migrantes econômicos ou laborais por estarem em busca de melhores condições de vida, e são dificilmente reconhecidos como vidas passíveis de serem reconhecidas enquanto sujeitos de direitos. Para Butler (2015), importa saber se “as condições sociais de sobrevivência e prosperidade são ou não possíveis” (p.32). Se os refugiados deixam seus países para não morrer, alguns migrantes que não são refugiados também não saem para escapar de uma morte lenta provocada pela impossibilidade dessas condições?

Ao interrogarmos a produção de enquadramentos na questão migratória, não defendemos a inclusão do migrante haitiano em outra categoria, mas interrogar sob quais condições¹⁰ esses enquadramentos são construídos e essas normas jurídicas, no caso, “atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (Butler, 2015, p.20). E acompanhamos Butler (2015) nos questionamentos sobre a produção de enquadramentos:

Que novas normas são possíveis e como são forjadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? Em outras palavras, o que poderia ser feito para mudar os próprios termos da condição de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos? (p.20)

Além do conceito/enquadramento de migração e de migrante e os diferentes *status* neste último, algumas perspectivas teóricas tentam explicar a questão dos fluxos migratórios na nossa sociedade, estas denominadas teorias da migração internacional e que também estabelecem alguns contornos para a questão migratória.

2.1 Algumas teorias da migração internacional

Tratando-se de um fenômeno complexo, a migração está inserida, como indicamos anteriormente, em um campo de debate amplo (Massey, 1990, Póvoa-Neto, 1997, Peixoto, 2004). As perspectivas teóricas que veremos a seguir situam-se nas fronteiras porosas de algumas disciplinas, principalmente da Geografia, da Economia e das Ciências Sociais. O teórico considerado precursor dos estudos migratórios foi Ravenstein, geógrafo inglês que produziu dois textos sobre “as leis das migrações” (1885), que versam sobre o fluxo de migrações internas e internacionais. De acordo com Peixoto (2004), Ravenstein (1885)

¹⁰ Mezzadra (2011) define as condições de produção das normas a partir da fase do modelo econômico e as estratégias utilizadas para controle da migração. De acordo com o autor, “o objetivo tipicamente neoliberal de tornar as migrações processos *just-in-time* e pontuais se traduz, na Europa e em escala mundial, em novos esquemas de gestão dos fluxos migratórios, que incidem sobre a multiplicação de estatutos jurídicos, sobre a flexibilização dos vistos, sobre a diferenciação dos vistos de permanência”. (p.72)

apresenta uma análise empírica pormenorizada dos fenômenos migratórios, onde se reconhece muito dos procedimentos metodológicos ulteriores.... e também vários dos temas e conceitos que anuncia são os posteriormente estudados: classificação de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atracção e repulsão, efeito da distância, contra-correntes, ação de estímulos econômicos, etc. (Peixoto, 2004, p. 5)

Mesmo situando-se na Geografia, Ravenstein utiliza conceitos sociológicos, o que aponta para a dificuldade de definir a área científica da migração pela teoria. Provavelmente, a proximidade com a temática do espaço e da mobilidade tenha propiciado o interesse maior pela questão migratória na Geografia. Nas fronteiras entre as disciplinas Ciências Sociais e Economia, para os autores clássicos Durkheim, Weber e Marx, a questão migratória não foi priorizada nas discussões tal como as categorias trabalho e educação (Richmond, 1988). Ao estudar tais autores, Richmond indica que a migração seria uma consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo e que tal temática não aparece enquanto categoria de análise social para esses autores.

A temática da migração teve destaque nos estudos da Escola de Chicago, nome dado a um conjunto de trabalhos realizados por pesquisadores entre 1915 e 1940, na Universidade de Chicago. Tal expressão foi utilizada pela primeira vez em 1930 para diferenciar as escolas de sociologia existentes, principalmente na sociologia americana. A Escola de Chicago possuía como característica a pesquisa empírica e a preocupação em gerar impactos na sociedade a partir das pesquisas e, a partir de uma sociologia urbana, buscou produzir intervenções na cidade de Chicago¹¹. Outra influência que marcou a Escola de Chicago foi o protestantismo, no que se refere aos trabalhos sociais e às reformas tendo como referência o cristianismo. Essas influências (o estudo da assimilação de migrantes à sociedade americana e os trabalhos sociais) foram decisivas para a tomada de rumos diferentes pela Escola. De acordo com Coulon (2004):

¹¹ Uma das questões políticas e sociais comuns a grandes cidades dos Estados Unidos da época foi a preocupação em compreender a migração e a assimilação de milhões de migrantes à sociedade americana (Coulon, 2004).

Acima de tudo, estas tendências de reforma deram um impulso decisivo à sociologia: voltar-se para o trabalho de campo, para o conhecimento da cidade e resolver seus problemas sociais, para uma sociologia não especulativa, mas sim para a sociologia da ação. (p. 18)

Diante desse novo direcionamento, a Sociologia enquanto uma disciplina autônoma afasta-se das influências religiosas e aprofunda a investigação científica empírica destinada às questões sociais, como a temática migratória. Com a pesquisa *The Polish Peasant in Europe and America* (1918), realizada pelos pesquisadores Thomas e Znaniecki, inaugurou-se uma nova fase da Escola de Chicago. A partir de conceitos que entendem a sociedade em termos de organização/desorganização e de que o contexto influencia as escolhas individuais, os pesquisadores realizaram uma longa pesquisa buscando construir intervenções que permitissem uma melhor integração dos migrantes na sociedade americana.

Optamos aqui por apresentar as teorias dessa Escola de acordo com o enfoque referente à explicação do fenômeno migratório, ou seja, um enfoque no indivíduo (abordagens microteóricas) e explicações enfatizando a sociedade/estrutura (abordagens macroteóricas).

2.1.1 Abordagens microteóricas

Denominamos de abordagens microteóricas as teorias que explicam o fenômeno migratório a partir do reconhecimento de um indivíduo racional que avaliará, de acordo com vários critérios, a possibilidade da migração. Tais teorias compreendem a força das estruturas sociais sobre os migrantes, mas acentuam que a decisão, o processo de escolha final é do indivíduo.

De acordo com a Teoria Microeconômica Clássica, migrantes potenciais avaliam os custos e os benefícios do deslocamento. É denominada de teoria *push-pull* (Lee, 1969). O autor destaca que a decisão de migrar está relacionada a alguns fatores na área de origem e na área de destino. Na área de origem, fatores como ordem econômica, infraestrutura e eventos climáticos influenciam na decisão. Na área de destino, fatores como oferta de empregos e melhores salários também pesam. Nesse intervalo entre a área de origem e a área de destino há também os

denominados obstáculos intervenientes tais como distância entre os países ou regiões, custos do deslocamento, políticas e normativas migratórias e a dimensão da família. Consideram-se também as influências pessoais, como o grau de conhecimento sobre o país ou a região e a existência de pessoas conhecidas na área de destino, que variam individualmente e exercem forte pressão na decisão de migrar.

A Teoria do Capital Humano amplia a teoria do *push-pull* acrescentando uma discussão referente à temporalidade. A avaliação dos custos e benefícios de migrar não acontece somente a curto prazo, mas também a longo prazo. Essa abordagem ajuda a compreender, por exemplo, movimentos migratórios que podem parecer complicados *a priori*, se analisados a partir dos custos e benefícios a curto prazo. Sendo assim, um ator racional individual decide migrar porque há um retorno positivo no custo-benefício de migrar.

A migração internacional é conceituada como uma forma de investimento de capital humano, pessoas se movem quando é mais vantajoso. Portanto, a migração pode ser tratada como “um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos” (Sjaastad 1962, p. 83, citado por Peixoto, 2004, p.16). Entre os retornos, a educação e a formação são elementos importantes para se pensar também em mudança de emprego após estabelecer-se no país ou na região de destino.

Outras teorias que ampliam as análises seguem a lógica do *push-pull* como a teoria do ciclo de vida que destaca a dimensão biográfica da migração, considerando fases da vida individual e familiar e a mobilidade social (trabalho). Há ainda um sujeito racional, mas a análise está exatamente no imbricamento do indivíduo racional com o mundo concreto vivenciado por ele. A análise da trajetória social ou mobilidade social e profissional refere-se à ascendência de condições de vida e de trabalho.

E, por último, nas Novas Economias da Migração do Trabalho, a migração não é uma decisão isolada do indivíduo, mas de outras pessoas envolvidas no processo, como a família, com o objetivo de maximizar recursos e também minimizar os riscos. Sendo assim, a ausência de políticas acessíveis ou de programas de

crédito exerce forte pressão sobre o movimento internacional de migração. Complementa Massey (1990):

Sob estas circunstâncias, a migração torna-se novamente atraente como uma fonte alternativa de capital para financiar melhorias na produtividade e garantir a estabilidade do consumo, e a família tem um forte incentivo para enviar um ou mais trabalhadores para o estrangeiro para acumular poupança ou para transferir o capital de volta na forma das remessas.¹² (p.438)

Outras questões também influenciam na discussão: mercado seguro de produtos agrícolas, mercados futuros, empregos seguros e o mercado de capitais.

Observamos, nas abordagens microteóricas, um esforço em incorporar o sujeito aos estudos migratórios, mas ainda uma concepção de sujeito relacionada à racionalidade. E também encontramos teorias que tentam abarcar a dimensão da sociabilidade nas pesquisas sobre migração. De maneira geral, nessas teorias, o migrante ou o conhecimento que o sujeito tem sobre a experiência de migrar ainda é visto como de menor valor em relação ao conhecimento científico. Os migrantes são objetos na pesquisa. Essa postura científica¹³, tão comum nas grandes áreas das ciências exatas e biológicas (Hissa, 2013, B. Santos, 2006) dificulta a construção de conhecimentos com os migrantes, sendo essa a nossa condição para produzir pesquisa sobre os sujeitos e as realidades.

2.1.2 Abordagens macroteóricas

Para as abordagens macroteóricas, a decisão de migrar é em grande parte baseada em fatores estruturantes, coletivos e forças estruturais sobre a ação, fazendo parte dessas abordagens as correntes histórico-culturais. Essas correntes

¹²“Under these circumstances, migration again becomes attractive as an alternative source of capital to finance improvements in productivity and ensure stability in consumption, and the family has a strong incentive to send one or more workers abroad to accumulate savings or to transfer capital back in the form of remittances”. (p.438)

¹³ Bourdieu (2004) ajuda-nos a pensar o fazer científico a partir da autonomia que um campo científico possui. A esse respeito, o autor alerta que “é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (p.21). Assim, o fazer científico situa-se na dinâmica entre convocações da realidade e reflexão teórica.

relacionam a força que as estruturas sociais exercem sobre grupos e classes sociais com a maior ou menor propensão para a migração. De acordo com essa concepção,

a migração é encarada como fenômeno social, o que permite a sua compreensão junto aos demais processos da sociedade. Do ponto de vista da operacionalização, por outro lado, desvaloriza-se a realização de inquéritos junto a migrantes, já que os indivíduos, apesar de serem fonte de informação, não trazem em si a explicação dos processos vivenciados. (Póvoa-Neto, 1997, p.17)

Na Teoria Macroeconômica Neoclássica, a causa da migração são as diferenças geográficas entre oferta e demanda de trabalho. De acordo com Massey (1990), a teoria apresenta algumas suposições e proposições:

- 1) A migração internacional de trabalhadores é causada por diferenças salariais entre os países.
- 2) A eliminação das diferenças salariais acabará com o movimento do trabalho, e a migração não ocorrerá na ausência de tais diferenças.
- 3) O fluxo internacional de capital humano – isto é, trabalhadores altamente qualificados – possui diferenças na taxa de retorno do capital humano que pode ser diferente da taxa salarial global, produzindo um padrão distinto da migração, e que pode ser oposto à dos trabalhadores não qualificados.
- 4) Mercados de trabalho são os mecanismos primários pelos quais os fluxos internacionais de trabalho são induzidos; outros tipos de mercados não têm efeitos importantes sobre a migração internacional.
- 5) O caminho para os governos para o controle do fluxo migratório é regular ou influenciar os mercados de trabalho nos países que enviam e/ou recebem migrantes.

De acordo com a Teoria do Mercado Dual de Trabalho, os fatores preponderantes para se entender o processo migratório encontram-se nos países centrais e não nos países periféricos. As idiosincrasias são irrelevantes nesse processo diante da existência de trabalhos informais. Os recrutamentos para esses trabalhos são realizados a partir de origens étnicas e não em qualificações. Geralmente são atividades pontuais, sem perspectiva de mobilidade ascendente. De acordo com Massey (1990), quatro características fundamentais do avanço das sociedades industriais e suas economias fortalecem essa teoria: a inflação estrutural, os problemas motivacionais, o dualismo econômico e a existência de uma demografia do trabalho.

Na perspectiva do Princípio de Causalidade Cumulativa, cada ato da migração altera o contexto social em que decisões de migrar subsequentes são feitas. Massey (1990) aponta seis fatores socioeconômicos afetados potencialmente pela migração na forma cumulativa: a distribuição de renda, a distribuição de terra, a organização da produção agrária, a cultura da migração, distribuição regional do capital humano e o *social labeling*.

Na teoria Sistema-Mundo, a migração resulta de contextos históricos específicos que adquirem mobilidades internas tais como são vistas em um sistema. No capitalismo moderno, se há circulação de mercadorias e pessoas, conseqüentemente há um mercado de trabalho global. A razão dos fluxos internacionais está pautada na existência de zonas de trabalho diferenciadas¹⁴. Na economia mundial, a atividade produtiva é também transnacional¹⁵, ou seja, uma empresa multinacional vai para os países periféricos em busca de mão de obra barata. Os trabalhadores dos países periféricos, por sua vez, vão para países centrais em busca de melhores salários.

De acordo com Sassen (2010), três condições influenciam a decisão de migrar:

Um primeiro conjunto de condições estruturais amplas tem a ver com os tipos de conexões criadas pela internacionalização econômica em suas tantas materializações: formas coloniais antigas e formas neocoloniais mais recentes e tipos específicos de conexões criados pelas formas atuais de globalização econômica. Um segundo conjunto de condições envolve o recrutamento direto de trabalhadores imigrantes por empregadores, por governos em nome dos empregadores ou pela rede de imigrantes. Um terceiro e último conjunto de condições envolve a exportação e o tráfico organizados, cada vez mais ilegais, de homens, mulheres e crianças. Essas atividades criam maneiras novas de conectar países exportadores e importadores de mão de obra, além das velhas conexões econômicas coloniais ou das novas conexões econômicas globais. (p.137)

¹⁴ Essa afirmação também é a base das teorias *push-pull*.

¹⁵ Transnacional no sentido da produção, ou seja, as zonas de concepção de um produto ou serviço são diferentes da zona de fabricação ou execução do produto.

É possível apontar alguns efeitos dessa penetração capitalista: terra (mecanização), extração de recursos naturais, trabalho, ligações ideológicas colonizadoras¹⁶ e cidades globais (Sassen, 1998). A existência dessas cidades domina o sistema internacional e atrai migrantes do topo (gestão internacional) e trabalhadores desqualificados, na maioria das vezes, inseridos na informalidade.

A partir da abordagem das redes sociais, entende-se que os imigrantes não atuam isoladamente, mas estão inseridos em redes familiares, de conterrâneos, conhecidos e atravessadores que detêm informações sobre o destino e também asseguram travessia e chegada seguras. A partir dessas análises é possível pensar em “redes solidárias”, ou seja, é possível que essas redes citadas anteriormente também sejam presentes mesmo que a dimensão mercantil não apareça. Tal característica de rede solidária também é vista em comunidades étnicas e possui desdobramentos referentes ao mercado cultural de bens e serviços, podendo ser uma fonte de capital para a realização de investimentos. Tais grupos também se constituem como reserva de trabalho assalariado (Massey, 1990, Peixoto, 2004).

Essas redes também podem ter como papel intermediário instituições que desencadeiam o fluxo migratório: empresas que promovem mobilidade de seus empregados, instituições de suporte e acompanhamento a migrantes, instituições privadas e voluntárias, sendo que estas últimas podem ser consideradas legais ou então agem na ilegalidade. Essa última opção geralmente ocorre quando há políticas migratórias restritivas no país/região de destino e também uma fragilidade dos percursos migratórios. De acordo com Massey (1990), essas políticas

criam um lucrativo nicho econômico para empresas e instituições dedicadas a promover o lucro do movimento internacional, produzindo um mercado ilegal da migração.¹⁷ (p.450)

Não obstante descrevermos brevemente as teorias internacionais, percebemos a dificuldade em estabelecer contornos sobre as migrações internacionais. De acordo com Patarra (2006), perspectivas teóricas como a

¹⁶ Como é o caso, por exemplo, dos indianos que migram para a Inglaterra.

¹⁷ Tradução livre. Nessa passagem não fizemos a tradução literal da expressão *Black market* por tratar-se de uma expressão racista.

“Sociedade Informacional e a Sociedade em Rede de Castells e as Cidades Globais de Saskia Sassen, embora sejam necessárias para a compreensão da problemática”, não se constituem como teorias de migração internacional,

trata-se da compreensão dos efeitos e implicações das transformações da sociedade global sobre os intensos deslocamentos de contingentes populacionais que estão modificando a geografia do mundo. (p.10)

Mas, se considerarmos que a questão migratória (incluindo a migração internacional) convoca a várias perspectivas teóricas, podemos inferir que essas teorias são leituras a partir de um dado referencial, com ênfase em algum aspecto da realidade. Portanto, podemos pensar que o campo de estudos de migração internacional possui como uma das suas leituras as perspectivas teóricas das cidades globais e até mesmo da sociedade em Rede, de Manuel Castells, mesmo que seja a partir de um referencial de modo de produção, espaço e rede. Nesse sentido, concordamos com Massey et al (1993), que, ao fazerem uma extensa revisão sobre as teorias da migração internacional, concluíram que cada teoria busca discutir e compreender os processos de migração internacional como a causa, a manutenção, etc., em diferentes níveis de análise. Esses autores ainda ressaltam que a pesquisa empírica fará com que algumas teorias se apresentem mais nítidas, inclusive auxiliando na formulação das políticas públicas de fronteiras. Pontuam Massey et al (1993):

Seja qual for o caso, dado o tamanho e a escala dos fluxos migratórios contemporâneos, e dado o potencial para mal-entendidos e os conflitos inerentes ao surgimento de diversas sociedades multi-étnicas de todo o mundo, as decisões políticas sobre migrações internacionais estarão entre os mais importantes feitos ao longo das próximas duas décadas.¹⁸ (p. 463, tradução nossa)

Na mesma direção, Peixoto (2004) destaca que as teorias micro e macrossociológicas variam principalmente na ênfase individual ou estrutural, constituindo-se, portanto, em um campo interdisciplinar com explicações que

¹⁸ Whatever the case, given the size and scale of contemporary migration flows, and given the potencial for misunderstanding and conflict inherent in the emergence of diverse, multi-ethnic societies around the world, political decisions about international migration will be among the most important made over the next two decades. (p. 463, tradução nossa)

atravessam diversas disciplinas, tais como a Sociologia, a Economia, a Geografia, etc.

Os processos de industrialização e urbanização da sociedade nos ajudam a compreender as migrações, porém não consideram a dimensão histórica dos fluxos migratórios, que apresentam questões referentes aos modos de organização geopolítica e de governança que gerem a circulação de pessoas nas fronteiras (Patarra, 2006). Até mesmo esses processos possuem uma condição histórica. Neste nosso trabalho, compreendemos que a migração é uma atividade humana que perpassa a história da humanidade e adquire diferentes sentidos e diferentes funções em cada época específica. Sendo assim, as teorias produzidas sobre a migração abarcam a atividade em diferentes cenários e a partir de perspectivas distintas.

Se analisarmos a historicidade e o sentido da migração no Haiti ao longo do tempo, veremos que algumas teorias que explicariam, por exemplo, a saída de haitianos do seu país na primeira metade do século XX a partir de elucidações que consideram como fatores decisivos o idioma e o processo colonizador, não conseguem explicar o campo migratório que possui como percurso geográfico o Brasil, visto que este não possui o mesmo idioma que o Haiti, tampouco foi um país colonizador.

Sendo assim, compreendemos a historicidade e a afiliação epistemológica das teorias ora destacando o indivíduo, ora destacando a estrutura, e optamos por abordar a migração haitiana a partir da perspectiva transnacional, perspectiva que tem sido útil na compreensão de alguns fluxos migratórios haitianos no cenário atual.

De acordo com Jones (1992), o conceito de transnacionalização implica repensar três categorias-chaves nos estudos sobre migração: raça, nacionalismo e etnicidade. Diferentemente de outras teorias sobre migração nas Ciências Sociais e Humanas, a caracterização do migrante transnacional rompe com o nacionalismo metodológico¹⁹, ou seja, a naturalização do Estado-nação pelas Ciências Sociais.

¹⁹ Faist (2012) apresenta possíveis metodologias para os estudos do transnacionalismo e teorias que tentam superar o nacionalismo metodológico, que se sustenta pela naturalização do Estado-Nação e de sua ação sobre os sujeitos.

Isso implica em alguns reflexos: ignorar a importância do nacionalismo para as sociedades modernas, a delimitação e a definição da unidade de análise e das pesquisas a partir do limite do Estado-nação e as limitações territoriais que confinam o estudo dos processos sociais para direcionamentos políticos e geográficos de um Estado-nação particular. Outra proposta também dessa teoria é ir além do recorte étnico (Schiller, 1995).

Apesar de deixarem seu país para viver no Brasil, os haitianos não perdem a conexão com o Haiti. São migrantes que constroem multiconexões e identidades no país de origem e também no país onde se encontram, como no caso da comunidade haitiana nos Estados Unidos (Schiller & Fouron, 1990). Os transmigrantes não rompem com seus laços em sua terra natal, mas constroem também laços em outros territórios. Como destacam Schiller et al (1992):

Ao manter muitas e diferentes identidades raciais, nacionais e étnicas, os transmigrantes tornam-se aptos a expressar as suas resistências às situações econômicas e políticas globais que os envolvem, bem como para se ajustarem às condições de vida marcadas pela vulnerabilidade e a insegurança. Estes migrantes expressam essa resistência em pequenos gestos, em práticas cotidianas, que habitualmente não desafiam ou nem mesmo reconhecem as premissas básicas dos sistemas que os envolvem e ditam as condições da sua existência. Como os transmigrantes vivem simultaneamente em diversas sociedades, suas ações e crenças contribuem para a contínua e múltipla diferenciação. (p.11)

Portes (2004) discute algumas convergências teóricas acerca do transnacionalismo. Para ele, o estudo transnacional apresenta-se como mais uma perspectiva e não como um novo fenômeno. O autor ressalta que, embora tenha havido migrações transnacionais ao longo da história, foi o desenvolvimento de tecnologias, principalmente na área do transporte e das telecomunicações, que facilitou a comunicação e a superação de grandes distâncias e possibilitou intensificar a leitura da mobilidade a partir dessa perspectiva. Outro destaque de Alejandro Portes refere-se ao transnacionalismo enquanto um deslocamento de pessoas físicas, principalmente os imigrantes. Sendo assim, diferencia-se de atividades internacionais de governo ou de instituições identificadas com um determinado Estado – como, por exemplo, intercâmbio entre instituições de ensino específicas, atividades multinacionais realizadas por instituições multicêntricas e globais como a Igreja Católica e a Organização das Nações Unidas (ONU). E, ainda,

as atividades transnacionais realizadas por atores não governamentais e não empresariais da sociedade civil, neste caso, o transnacionalismo migrante. Tal classificação, de acordo com Portes (2004), salienta dois aspectos:

O primeiro é que o conceito de transnacionalismo, tal como é utilizado na literatura atualmente produzida, se refere antes de mais [nada] às atividades transfronteiriças de atores de base privados neles se incluindo os imigrantes. O segundo aspecto é que faz falta uma linguagem que distinga estas atividades das dos grandes aparelhos burocráticos e de outras instituições que há muito fazem parte da nossa paisagem global. (p.75)

Outra discussão do autor sobre o transnacionalismo é a de que nem todos os migrantes são transnacionais e que tal perspectiva encontra-se diante de uma relação paradoxal, visto que o transnacionalismo baseia-se apenas em uma minoria dos migrantes enquanto se propõe como um prisma teórico novo no campo da migração. Tal paradoxo, de se propor a ser um novo prisma teórico nos estudos da mobilidade a partir do recorte empírico minoritário da migração, convoca metodologias e métodos distintos visando compreender a heterogeneidade das atividades transnacionais, que variam “tanto em popularidade como na sua respectiva natureza, de umas comunidades de imigrantes para outras” (Portes, 2004, p.79). Vale ressaltar que essa ampla heterogeneidade também pode existir em um mesmo recorte étnico, o que implica não “reproduzir a primazia do nacional ou da lente étnica nos estudos migratórios” (Faist, 2012, p.52, tradução nossa).²⁰

Por compreendermos a Psicologia como uma ciência de/nas fronteiras com as demais ciências, optamos por apresentá-la separadamente da divisão entre teorias microteóricas e macroteóricas. De tal modo, na Psicologia e na Psicanálise, o estudo da questão migratória também apresenta uma diversidade teórica tendo como enfoque de estudos os impactos e as repercussões psicossociais desses deslocamentos. Na Psicanálise, os estudos realizados a partir de uma psicanálise implicada na esfera política e de uma clínica do traumático revelam as repercussões do laço social na vida e no cotidiano de migrantes (Rosa, 2012).

²⁰ “reproduces the primacy of the national or ethnic lens” (Faist, 2012, p.52).

Na Psicologia Social encontramos teorias como a Psicologia Intercultural, que ganha impulso após a Segunda Guerra Mundial com os deslocamentos derivados dela e seus efeitos e tem em vista apreender a negociação entre diferentes culturas, descrevendo os processos de assimilação, aculturação dos sujeitos, entre outras categorias de análise (Angelini, 2007).

Também na fronteira da Psicologia com a Medicina, a clínica da etnopsiquiatria²¹ apresenta-se como uma abordagem de cuidado e intervenção diante do sofrimento psíquico decorrente da mobilidade. De acordo com Martins Borges e Pocreau (2012), o modelo teórico na intervenção

apoia-se na teoria de Georges Devereux (Devereux, 1967; 1972), desenvolvida em torno do postulado da universalidade do funcionamento psíquico. O autor apresenta uma forma original e determinada de considerar o material cultural como um poderoso apoio terapêutico, suscetível de desencadear associações de ideias e de ativar processos mentais bloqueados pela perda do quadro cultural e pelos traumatismos pré e pós-migratórios. (p.583)

Outro modelo que também decorre da clínica intercultural pensada a partir da Psicologia é apresentado por Dantas (2011):

A articulação entre a abordagem intercultural e a psicodinâmica, modelo por nós proposto e desenvolvido, tem sido uma forma de compreender os encontros humanos entre pessoas de diferentes culturas de maneira contextualizada crítica e profunda conforme descrevemos em outros artigos. Uma compreensão que partiu de nosso trabalho no Serviço de Orientação Intercultural na Universidade de São Paulo, em que oferecemos atendimento psicoterápico breve individual, grupal e familiar e orientação intercultural para imigrantes, retornados, brasileiros descendentes de imigrantes e emigrantes.... Com isso, pretendemos nos deter inicialmente na compreensão do termo identidade e dos desafios que o sentimento de si enfrenta diante a migração. (p.47)

²¹ Os autores, em artigo anterior, observam que há várias “etnopsiquiatrias”: “Além do fato de que a prática da etnopsiquiatria é eminentemente política (Andoche, 2001), falar dessa disciplina supõe, também, e, antes de tudo, uma tomada de posição: a de denunciar a ilusão de que existiria uma única etnopsiquiatria, a que anima a mídia (particularmente a francesa) de debates ardentes. A etnopsiquiatria, como psicoterapia, é necessariamente múltipla, mutável, portadora de nuances e de diferenças, pois seu exercício apoia-se na prática das mestiçagens de universos lógicos, do quadro, das maneiras de pensar o sentido (mais do que a causa) e o tratamento dos transtornos (particularmente no que se refere aos objetivos de intervenção). Ela não é nem uma teoria fechada, etnocêntrica, isto é, à maneira ocidental, nem a aplicação de uma abordagem inteiramente codificada. (Martins Borges & Poincreau, 2009, p.235)

As teorias apresentadas possuem características que situam o sujeito como centro de suas análises, escutas e intervenções. Nessas clínicas, que procuram ser sensíveis ao sujeito em relação com o mundo, temáticas como identidade, discussões em torno da cultura e da inclusão social perpassam tais atuações. Mas talvez o desafio das clínicas na Psicologia seja também repensar a clínica desses sujeitos transnacionais. Para a Psicologia Social, especificamente, Évora (2003) alerta para esse desafio ao descrever a sustentação das teorizações:

Desafio importante para disciplinas como a psicologia social, por exemplo, cuja teorização atual dominante sobre migrações trata dos processos de aculturação, assimilação, pluralismo cultural, identidade étnica, inclusão política e multiculturalismo. (p.8)

Diante disso, os impactos psicossociais da questão migratória situam-se além da visão econômica desse fenômeno, dos processos identitários étnicos e ancorados no Estado-nação, visto que abarca “ingredientes para uma intensa vida imaginária” (Évora, 2003). De acordo com a autora, implica também pensar a construção de identidades a partir de possibilidades interacionais e modos de ser no mundo. Tal consequência reflete nos questionamentos acerca da construção de subjetividades, na invenção do cotidiano, na construção de trajetórias de vida atravessadas por deslocamentos socioespaciais e relações multissituadas. Se as pessoas constroem identidades multissituadas, também podemos pensar que tal condição oferece a construção de outros modos de vida que resistem à atual gestão da população, ao biopoder, aos dispositivos de segurança.

Finalmente, após uma breve passagem por autores e perspectivas teóricas que não se esgotam neste trabalho, seguindo uma das linhas de estudos sobre a mobilidade haitiana (Schiller 1990,1999; Anglade 2005; Nieto, 2014), optamos por trabalhar com a perspectiva transnacional, sempre em diálogo com a teoria das redes sociais e pensando nas convocações da Psicologia Social em relação ao campo migratório, pois fornecem discussões que abarcam a complexidade das categorias de território e trabalho dos migrantes haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O poema do Drummond, que abre este capítulo, inspira-nos no fazer científico, ao revelar de maneira poética que a Verdade não existe. Na pesquisa trabalhamos com referenciais teóricos (metades), que tentam de alguma maneira compreender o universo da migração haitiana para a Região Metropolitana

de Belo Horizonte. Sendo assim, apresentamos brevemente o histórico do Haiti e a relação com a migração.

2.2 Migração haitiana

2.2.1 Elementos históricos para se pensar o Haiti

O passado sempre vai ser melhor que o presente porque não tem melhoria.

Jean Fabian (2016)²²

A migração haitiana possui características peculiares que a situam para além dos enquadramentos das teorias tradicionais de migração. Para compreender tal questão, descreveremos brevemente a constituição do Haiti e seu funcionamento desde a proclamação de sua independência.

O Haiti é um país situado na região do Caribe, na América Latina. Primeiramente invadido e explorado pelos espanhóis, seus habitantes *arawks* e *tainos* foram dizimados. Os espanhóis chegaram à ilha em 1492, denominada Ilha de São Domingos em homenagem ao patrono. Concomitante ao extermínio, a ilha passou por um processo colonizatório, principalmente de franceses²³, interessados na produção do açúcar. Tais acontecimentos modificariam a formação da sociedade haitiana. No ano de 1667, a Espanha cederia à França a parte oeste da ilha e, mais tarde, tal região seria uma das regiões mais ricas do mundo. Assim descreve-nos Eduardo Galeano (1976):

Na segunda metade do século, o melhor açúcar do mundo brotava do solo esponjoso das planuras da costa do Haiti, uma colônia francesa que nessa época se chamava Saint Domingue. Ao norte e a oeste, Haiti converteu-se em sorvedouro de escravos: o açúcar exigia cada vez mais braços. Em 1786, chegaram à colônia 27 mil escravos, e no ano seguinte 40 mil. No outono de 1791, explodiu a

²² Haitiano, aluno de Doutorado da Unicamp, Programa Federal Pró-Haiti. Anotações da palestra realizada no “Fronteiras em movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido - Os haitianos em São Paulo”, realizado em 15 de junho de 2016, no auditório de Geografia FFLCH/USP.

²³ A parte oeste da ilha foi cedida para a França pela Espanha.

revolução. Num só mês, setembro, duzentas plantações de cana foram tomadas pelas chamas; os incêndios e os combates sucederam-se sem trégua à medida que os escravos insurretos iam empurrando os exércitos franceses até o oceano. Os barcos zarparam carregando cada vez mais franceses e cada vez menos açúcar. A guerra derramou rios de sangue e devastou as plantações. Foi longa. O país, em cinzas, ficou paralisado; em fins do século a produção caiu verticalmente. (p.47)

A revolução haitiana²⁴ aconteceu ao mesmo tempo em que a Revolução Francesa, sendo os haitianos motivados e afetados pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade desta última (James, 2000). O autor, ao contar os anos da revolução haitiana, enfatiza, além dos líderes, a força e a altivez da população negra e mulata haitiana, decidida a não ser mais escrava:

Mas nem o exército de Dessalines nem a sua ferocidade conseguiram a vitória. Quem a conquistou foi o povo. Eles queimaram São Domingos até as cinzas, de modo que, no fim da guerra, o país era um deserto calcinado.

- Por que vós queimais tudo? Perguntou um oficial francês a um prisioneiro.

- Temos o direito de queimar aquilo que cultivamos, pois um homem tem o direito de dispor de seu próprio trabalho – foi a resposta desse anarquista desconhecido. (p.327)

A expulsão da França de sua ex-colônia teve consequências. A França, não satisfeita em perder uma colônia, impõe a vários países o bloqueio econômico e comercial ao Haiti. Em 1825, o governo francês reconheceu a independência da antiga colônia sob a condição de pagamento de uma indenização em dinheiro. Nessas condições, a independência política do Haiti não foi suficiente para constituir-se enquanto Estado-nação e alavancou outros países como Cuba, que não era um país colonizador, mas obteve vantagens com a insustentável situação haitiana²⁵. Como destaca Galeano (1976):

²⁴ O processo de Independência do Haiti durou 13 anos (1791-1804) e possui episódios e líderes que não se reduzem à batalha do Haiti (colonizado) contra a França (colonizadora). De acordo com James (2000): “Não é possível descrever essa guerra em pormenores. Foi uma luta mais do povo do que dos exércitos. Era então uma guerra na qual as divisões raciais enfatizavam a luta de classes: negros e mulatos contra brancos”. (p.325)

²⁵ A esse respeito, Gorender (2004) destaca que as dificuldades do Haiti foram não somente devido às questões internas e/ou com países colonizadores, mas também com nações recém-independentes “As dificuldades do Haiti não se deveram, com o passar do tempo, somente ao domínio da agricultura

O país nasceu em ruínas e não se recuperou jamais: hoje é o mais pobre da América Latina. A crise do Haiti provocou o auge açucareiro de Cuba, que rapidamente converteu-se na primeira supridora do mundo. Também a produção cubana de café, outro artigo de intensa demanda no ultramar, recebeu seu impulso da queda de produção haitiana, porém, o açúcar ganhou a corrida da monocultura: em 1862 Cuba viu-se obrigada a importar café do estrangeiro. Um membro direto da “sacarocracia” cubana chegou a escrever sobre as “profundas vantagens que se podem tirar da desgraça alheia”. À rebelião haitiana sucederam os preços mais fabulosos da história do açúcar no mercado europeu, e em 1806 Cuba já tinha duplicado, ao mesmo tempo, os engenhos e a produtividade. (p.49)

Concomitantemente a esses percursos históricos, o Haiti está localizado em uma região do Caribe que anualmente, de maio a novembro, sofre os efeitos de situar-se em uma falha geológica que propicia terremotos, ciclones e outros fenômenos naturais devastadores. Em sua história, o Haiti foi campo de disputa de franceses em busca de seus recursos naturais, dos norte-americanos à procura de trabalhadores haitianos para trabalhar nas plantações de café. Atualmente, o Haiti continua sendo campo de disputa e dominação da Internacional Comunitária²⁶ (Seguy, 2014). Mas o que está em disputa em um país devastado, considerado o país mais pobre das Américas, com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁷?

Onde aparentemente não parece haver disputa, em um país arrasado pelo terremoto, a miséria e a pobreza têm seu lugar de destaque no mercado, e trabalhar na reconstrução do país pode ser um negócio lucrativo. Ultimamente, o Haiti é disputado por Organizações Não Governamentais (ONGs) de ajuda humanitária, que, empregando estrangeiros nos cargos de gestores e técnicos, realizam

de subsistência e à ausência de perspectivas econômicas mais elevadas. Deveram-se também, e não menos, à quarentena, que lhe impuseram até mesmo as nações latino-americanas recém-emancipadas. Quando exilado, Simon Bolívar encontrou abrigo no Haiti, onde recebeu de Pétion proteção, ajuda financeira, dinheiro, armas e até uma prensa tipográfica. No entanto, Simon Bolívar excluiu o Haiti dos países latino-americanos convidados à Conferência do Panamá, em 1826. O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas, após uma das mais heróicas lutas emancipadoras do hemisfério ocidental”. (p.371)

²⁶ O autor utiliza essa expressão para “resgatar o fato de que internamente, essas instituições provêm também de sociedades de classes, profundamente atravessadas por contradições e antagonismos e que externamente, o que essa chamada comunidade internacional consegue de melhor, desde a sua existência, é reproduzir o quadro estrutural hierárquico de subordinação entre países centrais e países periféricos”. (Seguy, 2010, p.27, nota de rodapé)

²⁷ De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2014), o Haiti ocupa a 168ª posição do ranking global de países, com um IDH de 0,471.

trabalhos humanitários de reconstrução do país, que também se constitui como um laboratório a céu aberto de experiências sociais, quando analisamos o perfil das pessoas estrangeiras que lá estão²⁸. Enfim, a reconstrução do Haiti após o tão divulgado terremoto de 2010 é, atualmente, um exemplo de como se pode lucrar com a miséria e conseguir prestígio diante das agências internacionais sob o discurso da ajuda humanitária. De acordo com Seguy (2014), a reconstrução do país, que necessita de ajuda externa, não permite, por exemplo, aos haitianos participarem da elaboração da reconstrução do país, a não ser que sejam convidados. No mais, exercem atividades de suporte aos estrangeiros que estão trabalhando na reconstrução.

Sendo assim, uma alternativa diante da impossível sobrevivência naquele país marcado pela instabilidade política e climática tem sido a migração. Desde 1970, a migração estaria fortemente ligada à identidade haitiana, tanto por questões políticas quanto por questões econômicas, o que questionam os estudos sobre migração haitiana:

a situação nesse país é tão específica que a leitura clássica apresentada pela teoria da imigração em que a existência de grandes disparidades entre país de origem e país receptor motivaria o fluxo migratório não é suficiente para sua avaliação. Verifica-se, por exemplo, a migração contínua para Cuba e também para a República Dominicana e não somente para os EUA, mesmo durante um período de relativa estabilidade, em que há ocupação militar norte-americana no país. (Chaves Jr, 2008, p. 102)

2.3 Migração: condição haitiana?

O Haiti caminha na contramão das tendências mundiais no que se refere às solicitações de refúgio (Nieto, 2014). O fenômeno permanece de maneira crônica nesse país. É um dos poucos países americanos que produz um número elevado de migrantes, uma situação que se configura como uma ineficácia do Estado em garantir direitos desde 1804 a partir da sua independência. Sendo assim, a migração haitiana adquire diferentes formas e características ao longo da história. Embora seja difícil mensurar, calcula-se que mais de quatro milhões de haitianos tenham

²⁸ Jovens expatriados diplomados.

migrado para diversas regiões do mundo. Nos séculos XIX e XX, as migrações eram temporais, principalmente no período de colheitas, sendo realizadas, portanto, por trabalhadores de classes populares para trabalhar em plantações de açúcar em Cuba e na República Dominicana. No período de 1913 a 1931 de 30 a 40 mil haitianos trabalhavam na indústria açucareira. Com a crise no setor açucareiro na década de 30, os haitianos elegeram outros destinos para a migração: Estados Unidos, Canadá, França e outros territórios franceses no Caribe. A partir da década de 60, os haitianos de classe média e alta também passaram a migrar, ampliando o escopo de países e regiões, por exemplo, a América do Sul.

Nieto (2014), amparando-se em Saint-Hubert (2012), destaca que a evolução global da migração haitiana pode ser ilustrada a partir das quatro fases de migração para os Estados Unidos:

A primeira fase foi no período de 1965 a 1977. Neste período calcula-se 75 mil migrantes. A maioria pertencente à classe média haitiana. A segunda fase vai de 1978 a 1985. Este período é caracterizado por um aumento importante da migração indocumentada. Esta fase é conhecida como o fenômeno *boat people*. A terceira fase acontece no período de 1987-1992 e está em relação direta com a anistia de 1986 realizada pelo governo dos Estados Unidos. A quarta fase dura até o momento. Esta última fase caracteriza-se pela consolidação e estabilização da diáspora haitiana. (p. 22)

No período especificado das migrações, percebemos o quanto as intervenções externas estão relacionadas a interesses que não priorizam diretamente o Haiti. A preocupação em “deter” a migração haitiana nos Estados Unidos não possibilitou pensar em soluções que tenham como foco a melhoria das condições concretas de vida dos haitianos. Pode-se configurar nesse contexto um processo de apropriação mercadológica que se mantém até os dias atuais no Haiti, ou seja, obter lucro com a condição miserável do país. Dos haitianos que vivem fora do Haiti, pelo menos metade vive nos Estados Unidos e participa da vida política e cultural do país. O *creóle* é considerado um dos idiomas oficiais de Nova York, e no Estado de Massachussets dois deputados de ascendência haitiana foram eleitos para o parlamento (Telemaque, 2012).

Na República Dominicana estima-se que mais de meio milhão de haitianos trabalham na construção civil e como empregados domésticos, seguranças e

vendedores ambulantes. A relação com os vizinhos na ilha não é uma relação amigável. Conhecida como “o problema haitiano”, a estigmatização é intensificada nos períodos de crise e já foi bastante debatida no final de 2005, época em que os assassinatos de haitianos eram quase diários.

Em Cuba, a migração remonta à época das lutas revolucionárias. Colonos franceses migraram para o país dedicando-se à exportação de cana, café e cacau. Calcula-se que, em 1805, havia 30 mil haitianos em Cuba. Na primeira metade do século XX houve um aumento da migração haitiana provocada pelo mercado açucareiro, esses trabalhadores eram braseiros nas plantações de cana. Apesar do preconceito e da discriminação, o *creóle* é a segunda língua mais falada em Cuba e em Havana existe um programa de rádio no idioma.

Também é possível encontrar dados relativos à mobilidade no Caribe tais como localização dos migrantes haitianos nos países, análise das políticas migratórias e dinâmica dos fluxos (Marcelino, 2013). Podemos perceber a importância do envio de remessa para o Haiti, mas com a crítica de que essa remessa não contribui para reduzir a pobreza extrema no país.

A primeira onda migratória para o Canadá tem início nos anos sessenta, período da ditadura de François Duvalier “papa doc”. Cabe ressaltar que, nesse primeiro momento, há uma fuga da elite intelectual haitiana que foge do regime militar. Nos anos setenta há um movimento migratório de diversas classes sociais, que caracteriza a população haitiana nesse país²⁹. A migração haitiana passa a constituir-se em um problema social na década de 1980, durante a crise econômica do país e a consequente queda no número de empregos. Algumas questões acentuam tal problema: a dificuldade do idioma, já que a maioria fala *creóle*; a ideia de diminuição dos empregos retirando oportunidades dos canadenses e também a noção de que a sociedade canadense é qualificada e não necessita de mão de obra estrangeira. Dorino (2009) explica que o problema social dos migrantes haitianos é visto em vários contextos, como a crise dos motoristas de táxis em 1980, a estigmatização da AIDS em 1983 e a formação de gangues de bairro que ganham cada vez mais destaque. O mapa a seguir (Figura 1) nos fornece uma dimensão da

²⁹ A maioria instala-se em Montreal, na província de Quebec.

diáspora haitiana no mundo, com os principais destinos e o número estimado de pessoas.

Les Haïtiens dans le monde

Figura 1. Os haitianos no mundo

Fonte: Anglade (2005).

Compreender a história do Haiti ajuda-nos a situar o contexto dos sujeitos da nossa pesquisa e a encontrar pistas para entender “O que faz do Haiti, Haiti”. Uma nação que, na luta contra colonialismo (Fanon, 2001) torna-se a primeira república negra das Américas, que, nas palavras de Jean Fabien (2016), “redefiniu uma outra forma de ver o ser humano, houve uma humanização do ser humano”, e que tenta até hoje livrar-se do colonialismo e também do racismo, pois o Haiti “parou no tempo dos colonizadores” (Fabien, 2016). De acordo com Rosa (2007),

os núcleos geradores da desigualdade no Haiti são praticamente dois: o racismo e o colonialismo. Estas categorias, ao mesmo tempo em que impulsionaram a luta sangrenta nos campos de batalha rumo ao seu próprio extermínio, de 1791 a 1804, caracterizou-se como a luta do concreto, quando em realidade a luta precisamente necessária deveria incidir na eliminação dos mecanismos de reprodução do racismo e do colonialismo no imaginário das elites. (p.7)

Mesmo com toda a violência histórica com que são recepcionados nos países a que se destinam, os haitianos continuam a migrar. E, recentemente, um dos destinos tem sido o Brasil. No capítulo sobre a vinda e a vida dos haitianos para o Brasil retomamos essa discussão.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Sensações como método

*Tens outros instrumentos - as tuas sensações. E delas sai tudo.
Elas são o teu mapa. No entanto, há infinitas possibilidades de escalas;
e confirma antes de correres se o mapa é mesmo do local
onde te encontras perdido.*

(Gonçalo M. Tavares)

Neste capítulo apresentaremos a partir das definições de campo-tema e dos desafios da pesquisa-militante, os caminhos trilhados ao longo do doutorado. Para tanto, apresentamos os caminhos percorridos que constituem o relato de uma pesquisadora-militante, as técnicas e o método utilizado; abordamos as dificuldades surgidas durante o trajeto e procuramos realizar uma reflexão sobre as dimensões éticas ao longo do percurso e os desafios de pensar a pesquisa militante.

Descrever o caminho de uma pesquisa talvez seja um dos rigores comuns à maioria dos fazeres científicos. O percurso abarca a descrição dos dados e a preocupação em compreender a realidade narrada e observada, para construir possíveis interpretações que extrapolem a descrição dos fatos e que possa contribuir para a reflexão e/ou a transformação da realidade estudada. O percurso metodológico abarca também um modo de fazer ciência dinâmico e não linear, no sentido diferente ao de um progresso da pesquisa, que atingiria um resultado ideal. É um percurso que entende a ciência como mais um conjunto de ideias que nos auxilia a enxergar o mundo, assim como a arte, a religião e outros saberes. Nessa perspectiva, o progresso da pesquisa é avaliado em relação às dinâmicas e às reflexões de cada etapa ou de sítio de pesquisa e das inquietações e afetações do pesquisador.

De acordo com Minayo (2012),

fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta de dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora. (p.622)

A autora caracteriza, portanto, o fazer ciência como um trabalho dinâmico e reflexivo, ampliando a visão de pesquisa que se pauta pela rigidez da prescrição. A dinamicidade envolve um constante ir e vir entre o que se delimita como campo de investigação e referencial teórico, “esse movimento de vai-e-vem ritma a cronologia do ato de pesquisa e constitui uma das principais características da pesquisa qualitativa” (Deslauriers & Kérisit, 2008, p.149). Sendo assim, a pesquisa se faz no percurso e não com pontos de partida e destino definidos, como destaca Hissa (2009):

A pesquisa não é o resultado da ligação entre dois pontos, previamente concebidos. É uma rota que, por sua vez, “não é uma estrada, nem um atributo físico; é uma direção, uma linha imaginária ligando um ponto de partida com uma destinação”. Entretanto, esses pontos – de partida e de destino – vão se descobrindo ou se fazendo ao longo do processo de construção da própria rota. Os textos de pesquisa, também, são feitos desse *fazer rotas* ou *desse construir cartografias enquanto se fazem caminhos*. (p.26)

Foram várias partidas e rotas construídas até ao destino, portanto, a partir do campo. Neste trabalho, nossa noção de campo³⁰ se opõe à rigidez da prescrição de observar e descrever a realidade, ou como caracteriza Hissa (2009): “O que denominamos trabalho de campo nas pesquisas, nas universidades modernas, tem uma histórica e forte relação constitutiva com as viagens exploratórias de séculos passados” (p.133).

Nosso referencial de campo parte do conceito de campo-tema de Spink (2003), que o situa para além dos limites do prescrito no registro e na observação. Somos também parte do campo quando indagamos, conversamos, interagimos. De acordo com o autor, campos são:

³⁰ A esse respeito, Cássio Hissa (2009) alerta para a substituição, na ciência moderna, da experimentação pela visitação. “O trabalho de campo nas pesquisas é, convencionalmente, compreendido como *visitação ao mundo* ou *à realidade*. A experimentação do mundo é substituída, na ciência moderna, pelo trabalho de campo, uma artificial *experimentação intencional de mundo* ou, mais precisamente, de recorte de mundo – tal como o objeto de pesquisa foi trabalhado teoricamente no projeto. Entretanto, se a referida substituição é artificial, ela necessitaria de tempo para não sê-lo. Experimenta-se o mundo ao longo da vida. Mas vai-se ao campo apenas pela pesquisa e, sobretudo, com os limites do *tempo de pesquisar*”. (p.135)

redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumultuado conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades. (p.36)

Nesse sentido, podemos pensar que a noção de campo-tema nos convoca a experimentar o mundo, no sentido de vivenciá-lo. Essa maneira de produzir pesquisa seria condição para ampliarmos nosso pensamento, principalmente no mundo, conforme explica Hissa (2009):

Experimentar o mundo é sentir o mundo, deixar se afetar por ele; e isso se dá nos lugares de existência, ao longo das vidas dos sujeitos. Quando nos referimos, aqui, à experimentação do mundo, enfatizamos vivências que nos poderão incorporar maturidades, saberes, modos de compreender, ouvir, ver, dialogar. A experimentação do mundo nos permite ampliar as nossas compreensões e, de alguma maneira, refinar as possibilidades de pensamento sobre o mundo e, especialmente, no mundo. (p.135)

Diante desse referencial, fizemos o registro do nosso diário de campo em todas as atividades realizadas desde o início da pesquisa. Ao ampliar o conceito de campo-tema, o autor propicia o debate da horizontalidade nas pesquisas que envolvem o sujeito e também no reconhecimento dos afetos e valores que circulam na pesquisa. Sendo assim, a pesquisa cursou caminhos simultâneos, incluindo o acompanhamento de grupos de haitianos nas redes sociais, a realização de entrevistas, a participação em reuniões oficiais de governo nos níveis municipal e estadual e em reuniões da associação dos haitianos de Contagem *Kore Ayisyen*³¹. Mas as conversas e as observações aconteciam também nos intervalos, no antes e no depois dos encontros, nas reuniões e nas entrevistas; e, em relação a estas últimas, no antes e no depois do gravador ligado. Consideramos que esses são espaços de pesquisa assim como os espaços ditos oficiais, pois abarcam o cotidiano repleto de microlugares (Spink, 2008) e produzem caminhos e sentidos na/da pesquisa.

³¹ A associação dos haitianos de Contagem *Kore Ayisyen* será apresentada em capítulo posterior.

Tais considerações se amparam na noção de pesquisador/a conversador/a³²elaborada por Spink (2008) e que compreende as conversas e as interações nos intervalos, nas situações que emergem quando o gravador está desligado, no antes e no depois dos encontros:

Ao contrário dos métodos planejados em que se delineia *a priori* um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros. (p.72)

Dessa maneira, nossa imersão no campo cotidiano significou percorrer rotas variadas e em diferentes espaços. O resultado desse mosaico de inserções da pesquisadora e de técnicas possibilitou-nos aproximar um pouco da realidade dos haitianos.

3.1 Os trajetos

3.1.1 Contato com Marguerite e a rede de acolhimento aos migrantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em agosto de 2013, pelo fato de estarmos há alguns anos vinculada à rede de proteção aos direitos humanos no município, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a pedido da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) da Prefeitura de Belo Horizonte, convidou-nos³³ a fazer o atendimento de uma haitiana que se chamava Michèle. Era a primeira vez que a temática da migração nos aparecia enquanto uma perspectiva de militância e pesquisa. Mesmo sem termos uma vinculação direta com SEPIR, aceitamos acolhê-la e realizamos o atendimento, auxiliada nessa ação por nossas experiências anteriores de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

³² Podemos pensar que o parâmetro epistemológico desta pesquisa é reconhecer a tentativa de horizontalidade dos saberes, ou seja, o saber da experiência de migrar para o Brasil, adquirido pelo haitiano, e as produções e os saberes acadêmicos sobre o assunto. Ser uma pesquisadora conversadora no cotidiano coloca em circulação esses dois saberes indefinidamente.

³³ Nessa ocasião nossa inserção era no Instituto DH que é uma OSCIP filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Assim, estava diante de nós o desafio de acolher uma migrante supostamente em uma situação de violação de direitos humanos, possivelmente uma situação de trabalho escravo. No acolhimento também estavam presentes a secretária da SEPIR e uma amiga professora de francês, convidadas por nós com o objetivo de auxiliar-nos na compreensão do idioma.

A primeira barreira se impôs imediatamente: o idioma. A haitiana não era fluente em português, nem nós éramos fluentes em francês ou *creóle* haitiano. Realizamos, sem sucesso, algumas tentativas de conversar em francês. A comunicação aconteceu através de gestos e expressões faciais: o olhar atento para o local quando chegou à sala no prédio da SEPIR, o sorriso no rosto por ser recebida e uma preocupação com a legalidade, expressada no gesto de apresentar, sem ter havido solicitação, todos os seus documentos, possivelmente revelando o medo ou a tensão de estar em outro país, com pessoas desconhecidas.

Com um sorriso estampado no rosto e muito alegre, dizia que estava em busca de um emprego em Belo Horizonte, pois deixara seu emprego na fazenda de plantação de frutas no sul de Minas Gerais. Não conseguia explicar como havia deixado o emprego e, quando perguntamos sobre seu trabalho, ela disse sobre a “bondade do patrão”. Não sabemos até hoje se ela foi vítima de trabalho escravo, mas sabíamos que seria uma realidade a explorar diante do fluxo intenso de migrantes haitianos para Belo Horizonte³⁴.

Após esse caso, e com o incentivo da Prefeitura de Belo Horizonte, criamos uma rede de acolhimento aos migrantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte³⁵, e partir de reuniões regulares tentamos construir um fluxo de acolhimento e encaminhamento. Durante o seu funcionamento, a rede recebeu uma

³⁴ Nesse ponto vale ressaltar que o trabalho escravo atinge trabalhadores de qualquer nacionalidade, mas o idioma pode ser um fator de vulnerabilidade para a cooptação do trabalho escravo.

³⁵ Durante as reuniões discutíamos casos isolados que chegavam a partir de alguma política pública gerida pela Prefeitura. Aos poucos, as instituições da sociedade civil que faziam algum trabalho relacionado à temática foram aparecendo, alguns setores das políticas públicas que viam naquele espaço um lugar para conversar sobre essa nova-velha temática que carecia de fluxos de encaminhamentos. O que fora construído nas reuniões era a urgente necessidade de uma equipe volante que auxiliasse os trabalhadores das políticas do município a construir os fluxos e os encaminhamentos e também que falasse outros idiomas (francês, espanhol, inglês e *creóle* haitiano). Nessas reuniões da rede conhecemos o Centro Zanmi, a única ONG de Belo Horizonte que realizava atendimento exclusivamente a migrantes e refugiados.

convocatória para a realização de conferências livres e municipais até março de 2014, preparatórias para a Conferência Nacional de Migração e Refúgio. Na reunião da rede de acolhimento decidimos realizar, em Belo Horizonte, a Conferência Municipal de Migração e Refúgio e a Conferência Livre de Migração e Refúgio do Instituto DH. Esta última aconteceu em março de 2014 e contou com a presença de onze pessoas.

A Conferência Livre foi uma modalidade de conferência que possibilitou a realização de encontros e a eleição de delegados fora do âmbito governamental. Qualquer pessoa poderia propor uma conferência livre desde que preenchesse o relatório da conferência e o enviasse para determinado correio eletrônico. O Centro Zanmi, por exemplo, realizou conferências livres em *creóle* haitiano nos bairros do município de Contagem onde alguns haitianos residiam.

3.1.2A organização da Conferência Livre e a participação na 1ª Conferência Nacional de Migração e Refúgio

Na nossa Conferência, o horário e o dia marcados – uma sexta-feira às 17 horas – não foram bons para o comparecimento dos migrantes, visto que trabalhavam geralmente até às 18 horas, quando não faziam o segundo turno em outro serviço, e o local onde foi realizada a Conferência, apesar de ser central em Belo Horizonte, não era conhecido dos migrantes haitianos. Mesmo assim, compareceram duas migrantes, uma boliviana e uma colombiana, as quais decidimos eleger como delegadas na Conferência Nacional, pois, no entendimento dos presentes na Conferência Livre, as migrantes fariam por elas mesmas.

Em maio de 2014, após estabelecer contato por e-mail com a comissão organizadora da I Conferência Nacional de Migração e Refúgio, participamos como observadora, na qualidade de pesquisadora. A conferência aconteceu em São Paulo, durante os dias 30 de maio e 1º de junho de 2014 realizada pelo Governo Federal/Ministério da Justiça e teve 556 delegados de trinta nacionalidades e vinte e

um estados brasileiros³⁶. Era perceptível que havia muitos migrantes de várias nacionalidades e que residiam em diversas partes do Brasil³⁷.

3.1.3 Buscando lugares para fazer contato com os migrantes

Na tentativa de darmos um sentido e organização para os trajetos do campo, elaboramos o Quadro 1, a seguir, que sintetiza as incursões por ano.

Quadro 1 – Incursões no campo – Quadro Síntese

2013	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Acolhimento de uma haitiana, Michèle, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) ❖ Reuniões da rede de acolhimento ao migrante organizada pela PBH
2014	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reuniões rede de acolhimento PBH ❖ Conferência Livre de Migração e Refúgio ❖ Conferência Nacional de Migração e Refúgio ❖ Visita ao Centro Zanmi
2015	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aulas de <i>Creóle</i> ❖ Entrevista Carl ❖ Tentativa de entrevista com Myriam ❖ Conversa com Rene ❖ Entrevista com Robert ❖ Festa da Bandeira do Haiti ❖ Apresentação da pesquisa nas turmas de português do Centro Zanmi ❖ Entrevista com Phanel ❖ Entrevista com Marlene ❖ Tentativa de entrevista com Jessica ❖ Entrevista com Massilon
2016	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Participações nas reuniões da Associação <i>Kore Ayisyen</i> ❖ Entrevista com Gerard ❖ Entrevista com Nadine ❖ Participações regulares no COMITRATE; ❖ Festa da Bandeira do Haiti ❖ Reuniões com a Clínica de Direitos Humanos/UFG.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em junho de 2016.

³⁶ Recuperado em 21 de janeiro de 2017, de <http://www.participa.br/comigrar#.WIOgYfkrLIV>.

³⁷ Na Conferência participamos do grupo temático *Inclusão produtiva, empreendedorismo e qualificação para o mundo do trabalho*. Nesse espaço discutiram-se políticas de inserção e capacitação no/para o mundo do trabalho, o acesso a carteira de trabalho e outras burocracias como a dificuldade de abrir conta em bancos. Tivemos contato com muitos trabalhadores de ONGs e também com muitos migrantes. Em relação às políticas públicas, havia muitos trabalhadores dos estados do sul do País e de São Paulo.

Em setembro de 2014 entramos em contato com o coordenador do Centro Zanmi (CZ) para conhecer o espaço, situado no centro de Belo Horizonte. O CZ é uma ONG jesuíta fundada pela Congregação Filhas de Jesus e a Companhia de Jesus que, mesmo sendo financiada por uma entidade católica, preza pela laicidade nas ações. Atualmente, o CZ acolhe gratuitamente migrantes e refugiados de todas as nacionalidades – predominantemente haitianos – e realiza diversas ações como encaminhamentos psicossociais, jurídicos e educacionais.

No começo de 2015, resolvemos fazer aulas de *creóle* haitiano com um haitiano indicado pelo Centro Zanmi. Fizemos aulas durante um mês para, minimamente, tentar nos comunicar com os haitianos. Nossa primeira conversa sobre as aulas foi em um shopping no centro da cidade de Belo Horizonte, frequentado pelos migrantes devido à fácil localização. Uma amiga que trabalha em uma empresa de viagens nesse shopping comentou que vende muitas passagens para migrantes. É importante ressaltar que perto desse shopping fica uma casa especializada em remessa de dinheiro para o exterior, a *Western Union*, muito utilizada por migrantes. Apresentamo-nos e explicamos a pesquisa e o motivo pelo qual estávamos querendo ter aulas de *creóle*. Ele comentou que dificilmente conseguiríamos entrevistar haitianos sem a referência de outro haitiano.

As aulas aconteceram na sede do Instituto DH durante o mês de janeiro de 2015. O professor Amós Jean, um jovem fluente em cinco idiomas (*creóle*, francês, inglês, espanhol e português), havia iniciado os estudos no curso de Letras no Haiti e interrompera o curso para vir ao Brasil em busca de oportunidades. Ele trabalhava em um hotel na zona sul de Belo Horizonte como recepcionista.

Depois das aulas, perguntamos se ele teria contatos de haitianos para nos passar, de forma que os convidássemos para as entrevistas de nossa pesquisa. Ele sugeriu que solicitássemos ao Pascal, coordenador do Centro Zanmi, apresentar-nos nas aulas de português que a instituição oferecia no centro de Belo Horizonte e em alguns bairros de Contagem e de Betim. E também nos passou o telefone de um amigo que morava no mesmo bairro que ele em Contagem e que aceitara conceder a entrevista. Quando perguntamos sobre os espaços que os haitianos frequentavam, ele nos indicou uma igreja evangélica no bairro Jardim Industrial, em Contagem, que

emprestava sua sede nas manhãs de domingo para a realização do culto em *creóle* haitiano. Não fomos à igreja.

Conforme sugestão de Rene, entramos em contato com o Centro Zanmi para apresentar uma proposta: sugerimos que ficássemos no sofá da recepção junto com os haitianos que aguardavam atendimento e que nos apresentássemos e deixássemos nossa carta de apresentação da pesquisa, quando possível. A instituição disse não ser possível, pois possuía como norte a separação entre a ONG e a academia, não sendo, portanto, permitidas pesquisas dentro da instituição. Sugerimos então que nos apresentássemos em algum momento, nas aulas de português realizadas nos finais de semana em alguns bairros da região metropolitana. Em conversa, foi-nos permitido apresentar nossa pesquisa nas turmas de português, no centro de Belo Horizonte.

Apresentamos nossa pesquisa brevemente, com a carta de apresentação (Apêndice A) em português, nas quatro turmas no sábado, 30 de maio de 2015, e dissemos que se tivessem interesse em conceder a entrevista poderiam deixar seus telefones. Ressaltamos que quem deixasse o telefone não teria que necessariamente conceder a entrevista. Caso se sentissem confortáveis em ser entrevistados, combinaríamos o melhor lugar e o melhor horário para eles. As aulas iniciaram-se às 14 horas. Das turmas, somente uma ainda não estava entendendo muito bem o português, no estágio inicial de aprendizagem do idioma. Além da apresentação, passamos uma folha em branco para que aqueles que quisessem colaborar com a pesquisa deixassem seus nomes e telefones para nosso contato posteriormente. Na lista, 14 haitianos e haitianas se dispuseram a conversar e deixaram seus telefones.

Nessas apresentações, em uma das turmas, um haitiano indagou-nos a respeito da reportagem que havia sido divulgada naquela semana sobre o trabalho escravo em Minas Gerais. Segundo a reportagem³⁸, dados do programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas revelam que, desde 2012, foram atendidos 480 casos relacionados ao trabalho escravo no Brasil. Em meio a estes, 120 eram

³⁸ Recuperado em 15 de novembro de 2016, de: <http://www.otempo.com.br/cidades/haitianos-s%C3%A3o-as-principais-v%C3%ADtimas-1.1046205>.

de haitianos, principalmente na construção civil. A reportagem sugeria que a situação era uma questão dos haitianos, no entanto, quando o haitiano nos interpelou, afirmamos que, infelizmente, o trabalho escravo era uma questão brasileira. Nesse tempo, uma aluna do curso disse: “No Haiti somos livres faz tempo. Aqui no Brasil as pessoas não são livres”.

Outra possibilidade de conhecer haitianos dispostos a serem entrevistados surgiu através de uma amiga que, ao abastecer o carro em um posto de gasolina, percebeu que o frentista era haitiano: Carl. Ela disse a ele que estávamos realizando uma pesquisa e perguntou se poderia anotar o número do telefone celular dele a nos passar. Ele repassou o contato. Depois de refletir sobre as consequências desse tipo de abordagem, resolvemos ligar. Marcamos um primeiro encontro na casa dele, no bairro Morada Nova, em Contagem, onde começamos a entrevista e marcamos a continuação na segunda-feira, na Praça Sete, centro de Belo Horizonte. Nesse dia, ele também nos levou a outra casa perto da dele, onde moravam haitianos, com o objetivo de apresentar-nos a eles. Chegamos sem avisar e conseguimos conversar para explicar o motivo de estarmos ali no sábado. Havia três pessoas na casa no momento, com quem conversamos: Suzanne, que trabalhava à noite e aparentava cansaço (deixara o serviço às 6 horas e às 9h30 estava de pé); Jean, que só disse o nome, e Myriam, que se mostrou disposta a conceder uma entrevista. Agendamos para o domingo, às 15h30min, mas Marie não estava em casa. Depois de ligar duas vezes na semana seguinte, entendemos que ela não queria contato.

Simultaneamente à primeira entrevista, ligamos também para o contato indicado por Rene: Robert. Agendamos uma entrevista na casa dele, no bairro Jardim Industrial, em Contagem. A conversa aconteceu na presença de mais três haitianos que também moravam na casa, mas não falavam português, pois haviam chegado recentemente ao Brasil.

Na tentativa de acessar mais haitianos, em conversa com outro amigo, soubemos que haitianos estavam trabalhando em uma obra na casa dele, que envolvia um empreiteiro e um jardineiro. Esse amigo relatou-nos que os donos da empresa tratavam os haitianos muito mal e que chegou a ouvir o seguinte comentário: *Esses aí são animais, trato igual animal, só serve [sic] para preparar terra porque mexer com planta... estraga [sic] tudo*. Ele disse que achava melhor não

irmos à floricultura, mas que poderia ver com o empreiteiro onde havia recrutado os haitianos. Como resposta, o empreiteiro afirmou que teria sido em uma igreja na Pampulha. Encontramos o telefone e ligamos, mas o responsável pela igreja desconhecia aquela situação: haitianos em busca de emprego e empregadores buscando empregados. Em uma nova tentativa com o empregador, ele nos disse que fora no SESC Venda Nova, que, ao ser contatado, também afirmou desconhecer a situação. Resolvemos não insistir nessa rota da pesquisa, pois não havia informações sobre os haitianos.

Outra rota foi pensada a partir de igrejas que oferecem culto em *creóle*. Encontramos na internet a Igreja Batista da Lagoinha, com o telefone do pastor e o endereço, mas também não continuamos em razão das dificuldades de acessar a rede de haitianos sem nenhuma referência.

Em um domingo de maio de 2015, participamos das comemorações do Dia da Bandeira do Haiti, que é celebrado anualmente no dia 18 de maio e é considerada a data mais importante do calendário haitiano. A comemoração fora organizada pelos haitianos com a ajuda do Centro Zanmi. Foi bonito ver os haitianos chegando vestidos com as cores da bandeira do Haiti (azul, vermelho e branco), portando bandeiras e alegres pela festa. Houve a execução do hino haitiano, apresentações artísticas e comidas haitianas ao final da festa.

Figura 2. Foto das comemorações do Dia da Bandeira. Colégio Imaculada. Belo Horizonte. Maio de 2015.

Fonte: Débora Rosa.

Em junho do mesmo ano participamos de um seminário na PUC Minas sobre migração e conhecemos Phanel, um haitiano que aceitou conceder uma entrevista. Anotamos seu telefone para ligar posteriormente. Após telefonemas e contatos através do aplicativo de conversas *Whatsapp*, agendamos uma entrevista na Praça Sete, centro de Belo Horizonte.

Ainda no mesmo mês, o Secretário de Direitos Humanos e Participação Social do Estado de Minas Gerais convocou uma reunião com diversos setores da sociedade, tais como universidades, sociedade civil e poder público municipal de municípios da região metropolitana, para conversar sobre a questão migratória. Foi a primeira discussão/reunião oficial sobre a questão, para a qual nos convidaram por nossa atuação no Instituto DH e nossa condição de pesquisadora da temática. Nessa ocasião entregamos ao assessor do secretário os planos estaduais de acolhimento a refugiados desenvolvidos pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, que poderiam auxiliar na elaboração do plano estadual de acolhimento de Minas Gerais.

Resolvemos também ligar para as pessoas que deixaram seus números de telefone na folha que circulamos nas aulas de português. E conseguimos agendar uma entrevista com Marlene, no feriado de 07 de setembro. Apesar de termos ido parar no endereço errado, a pessoa que alugava a casa para ela foi nos buscar, pois nos perdemos no mesmo bairro, em Contagem. Realizamos a entrevista na casa dela.

No mês de setembro, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (SEDPAC)³⁹ organizou uma roda de conversa sobre migração. Além dos representantes do Estado, havia um ônibus com haitianos residentes em Esmeraldas que solicitavam ajuda para conseguir emprego. Pelo que foi exposto, a secretaria bancou a ida dos haitianos. O Governo anunciou que auxiliaria na reforma de um hotel em Esmeraldas para receber os haitianos e também a criação do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação

³⁹ Recuperado em 02 de setembro de 2016, de: <http://www.social.mg.gov.br/ajuda/story/2962-sedpac-realiza-roda-de-conversa-sobre-imigrantes-e-lanca-comite-de-atencao-ao-migrante-refugiado-e-apatrida>.

do Trabalho Escravo (COMITRATE) – instituído em Minas Gerais pelo Decreto 46.849, em setembro de 2015. Anteriormente, no estado de Minas Gerais, a única iniciativa que se aproximava diretamente da temática migratória era o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP).

Voltando à lista de haitianos produzida durante nossa apresentação no curso de português, no Centro Zanmi, ligamos para Jasmide e combinamos de nos encontrarmos em um dia de semana, ao meio-dia, durante seu horário de almoço, em seu local de trabalho: um supermercado na zona sul de Belo Horizonte. Chegamos no horário combinado e ficamos aguardando dentro do carro, no estacionamento do supermercado. Ela chegou 15 minutos depois. Após refletirmos por um tempo, dissemos-lhe do nosso desconforto em entrevistá-la durante seu horário de almoço e perguntamos se poderíamos marcar outro momento. Combinamos na sua casa, após seu trabalho, por volta das 15 horas. Como morávamos próximo ao local de seu trabalho, oferecemos-lhe carona, pois ela demorava muito para chegar à sua casa. Na manhã do dia do encontro, ela desmarcou. Tentamos novamente e não obtivemos retorno.

Antes do feriado de 02 de novembro, ligamos para mais um haitiano da lista: Massilon. A entrevista, que durou quase duas horas, aconteceu em um domingo, no bairro Petrolândia, na sala de uma casa em que não havia separação da cozinha. Havia haitianos na cozinha, chegados recentemente ao Brasil e que não sabiam falar o português.

Em fevereiro de 2016 fizemos uma reunião com parte da associação dos haitianos de Contagem *Kore Ayisyen*, para discutirmos o edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos. A ideia era elaborarmos um projeto para submeter ao fundo. Na discussão elencamos alguns temas ou ações que seriam executadas no projeto, tais como aulas de português lecionadas por haitianos para haitianos que não possuíam o ensino fundamental e tinham dificuldades em aprender o português nas ações existentes e a ideia de um projeto que contemplasse haitianos que trabalhavam na agricultura.

Figura 3. Foto de reunião na sede da associação dos haitianos de Contagem *Kore Ayisyen*, em 21/02/2016

Conhecemos uma planta que trouxeram do Haiti, muito utilizada na culinária: Lalou. O quintal estava cheio dela. A sede da *Kore Ayisyen* ficava na garagem da casa em que realizamos a entrevista com Massilon.

Tivemos mais um encontro com a associação, dessa vez no domingo, para discutirmos o projeto para o Fundo Brasil de Direitos Humanos com mais associados.

Na semana seguinte, 28 de fevereiro, um domingo, entrevistamos Nadine, que conhecemos na Mostra de Cinema e Direitos Humanos, evento do qual fomos uma das organizadoras. Como precisávamos de alguém para dar suporte logístico, pedimos a Phanel que nos indicasse duas mulheres. Solicitamos o contato dela no dia da Mostra e ligamos posteriormente para agendar a entrevista e marcam o encontro na sua casa. Não encontrei no site de mapas e rotas de tráfego *Google Maps*⁴⁰ o endereço que ela havia passado. Sua casa localizava-se próximo à Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (CeasaMinas), no bairro São Sebastião, em Contagem. Nossa conversa durou aproximadamente duas horas. Nadine era também associada da *Kore Ayisyen*.

⁴⁰ Recuperado em 22 de janeiro de 2017, de <https://www.google.com.br/maps>.

De março a junho de 2016 comparecemos às reuniões do COMITRATE, na câmara técnica de Migrantes, Refugiados e Apátridas, com o objetivo de construir o projeto de lei que legitimaria o comitê a elaborar o plano de acolhimento. E, desde o ano de 2015, a convite, somos orientadora de campo do núcleo de xenofobia da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais.

A partir de janeiro de 2016, algumas entidades da sociedade civil, como o Centro Zanmi, o Instituto DH e a Cáritas, resolveram construir o Fórum Mineiro de Migrações e Direitos Humanos com o objetivo de fortalecer o espaço da sociedade civil e construir a rede de apoio aos migrantes.

Participamos também da organização da Festa da Bandeira do Haiti realizada nesse ano pela *Kore Ayisyen*, em Contagem, responsabilizando-nos pela venda de bebidas. Uma festa bonita, em uma casa histórica cedida pelo Conselho Municipal de Cultura de Contagem, quando houve ainda a venda de artesanato e de alimentos da culinária haitiana, com a verba revertida para a associação, e apresentações artísticas.

Figura 4. Convite da Festa da Bandeira do Haiti

3.2 Diário de campo

Uma importante estratégia desenvolvida na pesquisa, como dissemos anteriormente, foi a utilização do diário de campo em todos os contatos e espaços propiciados pela pesquisa, um modo de registro que consiste em descrever com fidelidade os acontecimentos e o cotidiano da pesquisa. Se nossa noção de campo é ampliada, entendemos que o registro da pesquisa não se limita somente às entrevistas, mas se estende a qualquer atividade ou produção sobre a pesquisa. Como ressaltam Sato e Souza (2001):

Muitos acontecimentos se apresentam aparentemente norteados por um *non-sense*, aparentemente desvinculados de qualquer lógica em relação a nosso objeto de pesquisa. Em vista disso, tendemos, em vários momentos, a menosprezar uma série de acontecimentos e a relevar apenas aqueles que parecem se aproximar da nossa imagem inicial. A tendência, ao dedicarmo-nos ao registro sistematizado dos acontecimentos em diários de campo, é desprezar tais acontecimentos e aqui um esforço é necessário: o de nos esmerarmos em anotar tudo, mesmo que não identifiquemos sentido, lógica e organização. (p.43)

Sendo assim, desde o começo da pesquisa registramos todas as atividades relacionadas ao campo-tema. Percebemos que, inicialmente, os relatos e as descrições apresentavam-se de maneira muito enxuta, porém, com o exercício da reflexão e da escrita, eles foram cada vez mais alcançando uma descrição e um nível de percepção mais apurados para as experiências vivenciadas.

Medrado, Spink e Mélo (2014) afirmam que “os diários podem ser compreendidos como anotações pessoais sobre acontecimentos marcantes ou sobre experiências do dia a dia” (p.273). Os autores apresentam um longo caminho da produção desse tipo de escrita, originalmente de caráter íntimo e configurando-se como registros de memórias e escritos autobiográficos, embora muitos desses tenham se tornado “testemunhos preciosos de eventos sociais” (p.274) ou se constituído como parte relevante da sistematização de teorias. Especificamente como método científico, sugere-se que o diário de campo surge na antropologia, com os trabalhos de Bronislaw Malinowski e Franz Boas, na virada do século XX (Medrado et al, 2014; Roese, Gerhardt, Souza & Lopes, 2006).

De acordo com a revisão bibliográfica realizada por Roese, Gerhardt, Souza e Lopes (2006), os diários de campo são considerados os instrumentos mais básicos de registros de dados de um pesquisador. Entretanto, as autoras ressaltam que não se trata apenas de um registro descritivo, de simples exposição das ocorrências. O diário de campo é considerado um “instrumento de interpretação-interrogação” (Lopes citado por Roese et al, 2006), tratando-se, assim, de um instrumento que é ao mesmo tempo descritivo e reflexivo. Tais dimensões convocam a questões concernentes ao que é produzido: anotações de pesquisa que buscam uma organização e que revelam preocupações rigorosas, como também sugerem Medrado et al (2014):

Passar meses ou anos se dedicando a uma pesquisa *in loco* gera um acúmulo de textos, documentos e anotações. Essas anotações, mais ou menos sistemáticas, constituem-se muitas vezes importantes ferramentas de pesquisa e podem ser objeto de muita especulação, as quais incluem desde uma preocupação sobre o que e como escreve até o modo como ocorre o processo de interpretação e a complicada questão da autoria. (p.276)

Tais apontamentos ou preocupações conferem ao diário de campo um importante lugar na pesquisa, um “arquivo vivo” (Medrado et al, 2014, p.291) com o qual o pesquisador/leitor pode dialogar sempre, em uma espécie de presentificação dos acontecimentos da pesquisa. Tal utilização do diário de campo afastaria uma “postura contemplativa do pesquisador com seu ‘objeto de pesquisa’ [pois não se trataria do] registro de ‘mera informação’, mas da produção de intensidades, materializadas em conceitos” (p.279).

Sendo assim, as anotações do que parece, em uma primeira observação, sem lógica e sentido podem produzir outros rumos da pesquisa ou auxiliar na compreensão de determinadas questões que aparecem ao longo de todo o processo (Weber, 2009). O lugar dinâmico do diário de campo permite situá-lo longe da inércia e de seu uso apenas descritivo e consultivo.

3.3 Sobre a técnica de entrevista

Mesmo sabendo das possíveis limitações deste estudo devido ao idioma, optamos por entrevistas livres e abertas apenas com uma indagação inicial: qual é a sua trajetória de trabalho desde o Haiti até o Brasil?

A técnica de entrevista consiste, de acordo com Haguette (1997), em “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (p.86). A entrevista em profundidade consiste na constante interação com o entrevistado, possibilitando o aprofundamento de alguns temas. De acordo com Queiroz (2008),

A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisadora: o tema ou acontecimento sobre o que versa foi escolhido por este último por convir ao seu trabalho. O pesquisador dirige, pois, a entrevista: esta pode seguir um roteiro previamente estabelecido, ou operar aparentemente sem roteiro, porém na verdade se desenrolando conforme uma sistematização de assuntos que o pesquisador como que decorou. A captação dos dados decorre de sua maior ou menor habilidade em orientar o informante para discorrer sobre o tema; é esta que conhece o acontecimento, suas circunstâncias, a condição atual ou histórica, ou por tê-lo vivido, ou por deter a respeito informações preciosas. (p.43)

Arfuch (2010) sugere que as técnicas que se utilizam da narrativa, como a entrevista, possibilitam a construção de tramas de sentido. De acordo com a autora, há um questionamento no que se refere às abordagens biográficas em relação ao que é produzido no encontro entre os sujeitos:

Assumir hoje o desafio de trabalhar com relatos de vida pressupõe essa herança: a linguagem não mais como matéria inerte, na qual o pesquisador buscaria aqueles “conteúdos” afins à sua hipótese ou ao seu próprio interesse, para sublinhar, colocar entre aspas, citar, glosar, quantificar, colocar em grades, mas, pelo contrário, como um acontecimento da palavra que convoca uma complexidade dialógica e existencial. (p.258)

Há também uma preocupação com o lugar do sujeito entrevistado na pesquisa. As entrevistas não possuem a função de corroborar, comprovar e ilustrar

uma teoria ou uma pesquisa, mas conferir ao entrevistado um lugar adjuvante⁴¹ na história e na construção de sentidos. Nessa mesma direção, Hissa (2009) destaca que não se trata de dar voz aos sujeitos, mas “construir diálogos com sujeitos no mundo”, pois conceder a voz “é fazer com que digam algo a partir dos interesses e dos propósitos da pesquisa” (p.131).

Em relação aos entrevistados, os nomes utilizados a fim de preservar o anonimato foram extraídos de um site que reúne produções artísticas no Haiti⁴², nomes de escritores e escritoras da literatura haitiana. Nas entrevistas transcritas, editamos trechos com palavras repetidas, com a preocupação de manter a marca da oralidade e as características falantes (Patto, 2009, p.20, nota de rodapé). A conjugação e a concordância verbal foram mantidas nas falas a fim de evitar uma amputação linguística e provocar um estranhamento linguístico no leitor.

Após descrever as rotas percorridas ao longo da pesquisa, apresentaremos as dificuldades e os desafios do campo. A tentativa de horizontalidade em relação aos sujeitos com quem convivemos demonstra o patamar ético da pesquisa ou uma postura psicossocial como indica Andrada (2013), que visa construir conhecimento situando o saber da experiência e os demais saberes no mesmo patamar do saber científico. Um pesquisador conversador (Spink, 2003) diria tratar-se de um imperativo de sua condição.

Nesse período de incursão no campo foi possível refletir sobre os impactos da postura da pesquisadora no processo de produção da pesquisa, encontramos-nos durante a pesquisa em momentos de dúvidas, que eram resolvidas a partir do patamar ético da horizontalidade e do compromisso com os sujeitos. Em geral, os pesquisadores de ciências humanas e sociais desenvolvem pesquisas que têm como foco as pessoas, as ações de um determinado grupo, etc. E se projetam a partir das pesquisas que realizam sobre essas pessoas: ganham dinheiro através de bolsas de pesquisa, publicam artigos, viajam para congressos e são convidados na qualidade de autoridades-especialistas sobre o tema. Mas qualquer relação mais

⁴¹ A esse respeito, Hissa (2009) questiona também a autoria da pesquisa, reivindicando a autoria dos sujeitos do mundo (p. 132).

⁴² Recuperado em 03 de dezembro de 2016, de <http://ile-en-ile.org/lit-haitienne/>.

estreita e horizontal que possibilite construir alternativas e ampliar trajetórias acabaria com a pesquisa, e a impostura é escolher que esse sujeito-objeto-de-pesquisa permaneça no seu devido lugar. A manutenção da pesquisa e do status de autoridade-especialista é mais importante do que as possibilidades de transformação.

Nessa tentativa de horizontalidade como postura na pesquisa, foi possível discutir a elaboração de um projeto de intervenção em Direitos Humanos juntamente com a associação dos haitianos de Contagem *Kore Ayisyen*. Ação marcadamente diferente de outras, advindas de pesquisadores que assumem posturas centralizadoras, impondo ações verticais como, por exemplo, a criação e o desenvolvimento de projetos para determinado público sem que haja horizontalidade e participação efetiva na construção de projetos.

Em outra situação foi possível indicar um haitiano, aluno de um curso de Especialização em Direitos Humanos, para ser bolsista de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito de uma universidade federal, quando essa opção não estava no horizonte das escolhas da equipe de pesquisa. Esse pesquisador haitiano tornou-se coautor de um trabalho que enviamos, juntamente com outra pesquisadora, para um congresso⁴³.

Recentemente colaboramos com a venda de bebidas em uma barraca na Festa da Bandeira do Haiti solicitada pelos próprios haitianos, devido à nossa ligação com a associação⁴⁴, o que geralmente não é um lugar comum do pesquisador, pois significa implicar-se com questões do cotidiano que aparentemente não possuem ligação com a pesquisa. Por convocarem a lugares diferentes dos exigidos para um pesquisador, tais trajetórias apontaram para uma “intervenção pesquisante”, ou seja, por meio de nossa militância em Direitos

⁴³ Barros, C. R.; Rosa, D. D.; George, P. (2016). Processos de participação e organização política de haitianos no Brasil: experiências e desafios da *Kore Ayisyen* (Associação dos Haitianos de Contagem/MG). *Anais do Seminário Migração Internacional, Refúgio e Políticas*. São Paulo: Núcleo de Estudos Populacionais – UNICAMP.

⁴⁴ Em um determinado momento antes da festa, quando estávamos decidindo alguns aspectos da logística, tentamos arrecadar dinheiro com alguns pesquisadores para a realização da festa, mas era preciso elaborar o e-mail e enviá-lo para a lista de pesquisadores. Elaboramos o e-mail e o enviamos ao Phanel, presidente da associação, para que ele o enviasse aos pesquisadores. E ele respondeu instantaneamente: “Pode enviar. Você é da associação também!”

Humanos foi possível produzir conhecimento também como pesquisadora. Apesar de iniciarmos o campo a partir de uma convocação da rede de direitos humanos, após isso resolvemos afastar-nos da militância, o que dificultou, em um dado momento da pesquisa, a aproximação e a convivência com os haitianos.

Sendo assim a intervenção pesquisante pode ser definida como um método utilizado em pesquisas cujas questões iniciais possuem uma convocação do campo político, ou seja, do engajamento na luta ideológica em diversas causas e realidades. Justamente por essas convocações, necessita-se produzir intervenções constantemente no cotidiano da pesquisa, a fim de agir no horizonte político e ao mesmo tempo responder às questões especificadas na pesquisa.

A intervenção pesquisante está próxima da pesquisa-ação e da pesquisa participante, metodologias que, apesar de divergirem em relação à origem e aos procedimentos (Babier, 2002; Thiollent, 2009), possuem como ponto comum a implicação do pesquisador na resolução de problemas da realidade do campo. Porém, a intervenção pesquisante difere-se de tais metodologias por não se focar em problemas da realidade do campo e também por conferir ao conhecimento científico um patamar de igualdade em relação ao conhecimento dos sujeitos que experienciam a realidade investigada. Talvez seja uma forma para se pensar a pesquisa militante a partir de um engajamento na construção de um projeto de sociedade.

Em relação aos trajetos, vale ressaltar as rotas de entrevistas interrompidas. Ligamos para todos da lista de disponíveis para a entrevista, mas muitos celulares estavam desligados ou não atendiam e não retornavam. Embora a lista tenha sido uma segurança durante a pesquisa, somente duas entrevistas vieram desses contatos. As outras cinco foram realizadas a partir de diferentes contatos e trajetos.

As entrevistas⁴⁵ aconteceram em diversos ambientes e em condições variadas: na Praça Sete, em Belo Horizonte; nas residências dos entrevistados e

⁴⁵ Nesse período não conseguimos gravar as entrevistas. Mas, após refletirmos durante o processo e retornarmos para a militância, percebemos que os vínculos de confiança foram se estabelecendo e tornaram-se desafiadores a cada dia da pesquisa. A aproximação por telefone, redes sociais, eventos sobre migração na cidade; entrevistas nas casas; as reuniões na sede da associação; a disposição

das entrevistadas; na presença de outras pessoas; em sua maioria nos feriados, aos sábados e domingos.

Não houve imersão em um espaço, mas em um tema em que não há rotina e com várias localizações geográficas. O olhar para a temática migratória possibilitou-nos realizar entrevistas e frequentar bairros e lugares que nos eram desconhecidos.

Tentamos de algumas maneiras, a aproximação de haitianos que residiam na cidade de Esmeraldas, mas não conseguimos. Dessa tentativa entendemos que é muito arriscado homogeneizar os haitianos; sua localização em uma cidade, em um bairro diz um pouco de si. Não é porque temos contato com haitianos que residem em Contagem que teremos contato com haitianos que residem no município vizinho, em Esmeraldas. Há questões que os unificam e que os distanciam.

Figura 5. Foto da Festa da Bandeira do Haiti. Símbolos do Haiti. Belo Horizonte, 2016.

Fonte: Débora Rosa.

Foto tirada no dia da Festa da Bandeira de 2016. Na foto, uma banca montada com símbolos que representam o Haiti, tais como bandeiras de vários tamanhos, pulseiras com as cores da bandeira haitiana, produtos de beleza e acessórios que são comercializados no país.

para estar aos sábados e domingos construindo projetos e discutindo questões pertinentes àquele universo conferiram um lugar de intervenção da pesquisa.

4 PRECARIIDADE TRANSNACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VINDA E A VIDA DOS HAITIANOS

Nossa pretensão é revelar a heterogeneidade de alguns migrantes haitianos que residem na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que implica descrevermos a condição do Haiti no terremoto, o percurso de haitianos para o Brasil e a vida no país. Neste capítulo apresentamos os sujeitos entrevistados, a condição do Haiti após o terremoto e suas consequências em 2011, os trajetos para o Brasil, as consequências desses trajetos para os haitianos e as condições precárias de vida que ultrapassam as fronteiras dos estados nacionais e envolvem a dificuldade com o idioma, as condições da habitação e a solidariedade na moradia, a relação com as igrejas e o preconceito racial, sugerindo uma precariedade e ao mesmo tempo uma resistência transnacional.

Com a finalidade de compreendermos as dimensões psicossociais da experiência migratória de haitianos e haitianas, reveladoras de modos de vida e de mundo, realizamos entrevistas com alguns migrantes em conformidade com um dos objetivos específicos da nossa pesquisa, que seria analisar as trajetórias socioespaciais e laborais dos migrantes.

De acordo com Bourdieu (1986), as trajetórias são definidas como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é, ele próprio, um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (p. 71). Sendo assim, na trajetória encontramos referenciais de atividades de trabalho situadas no tempo, no espaço e os sentidos atribuídos pelo sujeito. Optamos, primeiramente, pela aproximação de um universo que até então era desconhecido: as rotinas espaço-tempo, que incluíam horários, percursos, bairros, os contatos, a participação em eventos, encontros e reuniões cujo tema central era migração. Além do contato e da aproximação com os haitianos por meio do Centro Zamni, também traçamos outras possibilidades que se revelaram no fazer da pesquisa. A partir das próprias entrevistas e de participações nas reuniões da associação *Kore Ayisyen*, outras possibilidades de entrevistas surgiram. No universo populacional de 2.776 haitianos em Minas Gerais, 1.173 deles vivendo na Região

Metropolitana de Belo Horizonte, no município de Contagem⁴⁶, quatro entrevistados se conheciam, e outros três não.

Nas situações de entrevistas e conversas, como informado anteriormente, conseguimos gravar três de um total de sete entrevistas. Assim, foram sete entrevistados, cinco homens e duas mulheres, com idades que variavam entre 25 e 33 anos, vindos de regiões diferentes do Haiti, inclusive de regiões que não foram afetadas diretamente pelo terremoto em janeiro de 2010, embora o país inteiro tenha sofrido com os reflexos do terremoto. Em relação à escolaridade, três eram de nível superior completo e quatro de nível superior incompleto, ou seja, estavam cursando algum curso superior no Haiti quando decidiram vir para o Brasil. Em relação ao trabalho que realizavam no Haiti, três interlocutores eram professores, dois trabalhavam na área da saúde, uma interlocutora trabalhava na área de cultura e apenas um não trabalhava no Haiti, pois estava trabalhando na República Dominicana. Dos sete interlocutores, seis possuíam familiares residentes em outros países (Canadá e Estados Unidos), principais destinos de haitianos juntamente com a França.

Chegaram ao Brasil no período entre abril de 2013 e agosto de 2014, percorrendo rotas variadas, desde o caminho aéreo pelo Panamá, Equador e Peru (capitais) até ao Acre à chegada com escalas no aeroporto internacional de Confins. No Brasil, seus primeiros empregos não exigiam experiência, e somente dois conseguiram um emprego formal, com carteira assinada. As atividades de trabalho sem carteira assinada foram desenvolvidas nos seguintes espaços: carregamento e transporte em uma transportadora próxima à Ceasa, carregamento de caixas na Ceasa, carregamento em um estabelecimento que comercializa sucatas (ferro-velho), carregamento de móveis em uma loja e atividades em padaria. Os empregos formais foram em uma empresa que produz ovos na Ceasa, como embaladora, e em uma empresa montadora de painéis eletrônicos, na função de auxiliar de montador.

⁴⁶ Dados da Polícia Federal solicitados pela pesquisadora. Junho de 2016. Através da lei de acesso à informação. Mensagem eletrônica nº 183/2016-SIC/DIREX/PF.

Quadro 2 – Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

	Nome ⁴⁷	Idade (anos)	Origem	Formação	Família	Data de entrada no Brasil	Local de entrada no Brasil	Atividade de trabalho no Haiti	Primeira atividade de trabalho no Brasil
1	Carl	33	Dessalines	Curso superior completo (Letras)	Esposa e filhos no Haiti.	Setembro de 2013	São Paulo (SP)	Professor de inglês	Carregador de transportes (próximo à Ceasa). Sem carteira assinada.
2	Robert	29	Porto Príncipe	Curso superior incompleto (interrompeu o curso de Engenharia da Computação que estava cursando no Haiti).	Resolveu vir para o Brasil após a morte do pai e a saída de um irmão do país.	Abril de 2013	São Paulo (SP). Na época não havia voo direto para BH, então fez escala na República Dominicana, desceu em São Paulo e depois pegou um ônibus para BH.	Professor do ensino fundamental e particular.	Primeiro emprego: carregador de caixas na Ceasa. Sem carteira assinada.
3	Phanel	29	San Marc	Curso superior completo (Pedagogia). Cursou até o último ano de Direito	Mora com um tio no Brasil e tem outro tio que mora no Brasil com a esposa e três filhos. Tem um tio no Canadá.	Janeiro de 2014	Confins (MG)	Professor do ensino básico	Primeiro emprego foi no ferro-velho. Sem carteira assinada.
4	Gerard	27	San Marc	Socorrista (técnico). Técnico em análises laboratoriais (Brasil)	Veio para o Brasil com uma tia e uma prima. Tem um tio que mora na Flórida (EUA).	Setembro de 2013	São Paulo (SP). Saiu de Porto Príncipe, fez escala no Panamá e desceu em São Paulo. Depois pegou um ônibus para BH.	Socorrista da Cruz Vermelha	Primeiro trabalho foi sem carteira assinada. A função era de carregador de móveis.

Continua...

⁴⁷ Os nomes utilizados são fictícios.

	Nome ⁴⁸	Idade (anos)	Origem	Formação	Família	Data de entrada no Brasil	Local de entrada no Brasil	Atividade de trabalho no Haiti	Primeira atividade de trabalho no Brasil
5	Nadine	25	Artibonite	Ensino médio. Psicologia (incompleto).	Tem um irmão que mora no Brasil desde 2013. Tem irmã que mora em Miami (EUA).	Agosto de 2014	Confins (MG). Saiu de Porto Príncipe, fez escala no Panamá e veio até Confins.	Desenvolia atividades culturais com crianças.	Embaladora de ovos na Ceasa.
6	Marlène	32	Arcahaie	Técnica de Enfermagem	Tem um irmão que mora nos Estados Unidos.	Dezembro de 2013	Acre. Veio através da rota que passa pelo Panamá – Quito (Equador) – Lima (Peru). De Lima veio de ônibus até ao Acre. Depois, de avião foi para Brasília e de Brasília até Belo Horizonte. Relata que gastou mais de dez mil reais.	Trabalhava em um hospital (<i>Samaritan Purse</i>).	Confecção (montadora terceirizada que fabrica bancos para uma fábrica de automóveis).
7	Massillon	32	San Marc	Ciência da Computação (incompleto).	Pai e mãe faleceram. Tem irmão nos Estados Unidos e sobrinhos no Brasil.	Abril de 2014	Confins	Não trabalhava. Mas trabalhou como auxiliar em uma fábrica de montar sapatos na República Dominicana	Montador de painel elétrico.

⁴⁸ Os nomes utilizados são fictícios.

4.1 O Haiti e a diáspora enquanto condição social

Certa vez, em um dos encontros com Phanel, no evento⁴⁹ para falarmos sobre migração, ele disse que o Haiti é formado por uma divisão equivalente aos estados brasileiros, que lá são em número de dez. Entre eles, fala-se também em um 11º estado formado por aqueles que não moram no Haiti, o que implica cartografar territórios usados para além do espaço mapeado do Estado-nação haitiano, territórios estes que não acompanham necessariamente o espaço físico, mas perpassam-no. A partir do momento que consideramos um território político fora do Estado-nação, deslocamos o debate em relação à circulação de pessoas e às implicações do 11º estado, o que requer dizer que, mesmo não morando no país, os haitianos de alguma maneira afetam quem fica.

Então, quando dizem que as pessoas que moram fora do Haiti são um estado, quais as implicações para as pessoas que ficam e para o país? Uma primeira evidência da importância da migração haitiana para o país é a existência de um *“Ministère des Haïtiens Vivant à l’Etranger”*, que vem sendo construído desde 1988. Em sua carta de saudação pela criação do ministério, o ministro afirma que: “A diáspora haitiana é uma riqueza para o Haiti, sendo muito ativa no país de acolhimento através da participação em seu desenvolvimento, tanto em nível econômico, social e político” (Tradução nossa)⁵⁰.

Em um país com 10 milhões de habitantes, sendo quase a metade deles residentes fora dele, as remessas enviadas para familiares representam um quinto do PIB do Haiti, o que demonstra a importância econômica da remessa (Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique). Além da economia, o dinheiro da remessa representa para a família que recebe um lugar de poder de compra e para os

⁴⁹ Mesa sobre imigração e direitos humanos. Formação da Clínica de Direitos Humanos – UFMG. Agosto de 2016.

⁵⁰ “La diaspora haïtienne constitue une richesse pour Haïti, tout en étant très active dans les. pays d’accueil en participant à leur évolution, tant sur le plan économique, social et politique.” Recuperado em 23 de setembro de 2016, de <http://www.ladiasporahaitienne.com/detail/ministere-des-haitiens-vivant-a-l--etranger-801.html>.

migrantes uma ascensão social marcada pela construção de casas, estudo para os filhos, etc., qualquer bem adquirido com o dinheiro da diáspora⁵¹ (Handerson, 2015).

A população haitiana hoje é estimada em 10.711.067 habitantes, aproximadamente metade homens e metade mulheres. A maioria da população reside na área urbana (57.44%), e o Índice de Desenvolvimento Humano é o menor das Américas (0,483), revelador de uma realidade que perdura desde a sua independência. Como explicado no capítulo sobre o Haiti, sua história de guerras, sanções e intervenções dos Estados Unidos da América devastou o projeto político de país. Possui 66,11% da população com 15 anos ou mais considerada economicamente ativa. De acordo com Neiburg (2013), nos bairros populares do Haiti, a maioria das pessoas sobrevive fazendo muitas coisas diferentes, adotando a lógica dos pequenos lucros (*Benefis ti*), obtidos em pequenos trabalhos (*travay ti*) e pequeno comércio (*biznis ti*) (p.16, tradução nossa)⁵². A economia popular haitiana, modulada pela mobilidade interna e transnacional de pessoas, pelo contexto político de intervenções militares e de ajuda da comunidade internacional, com a existência do dólar haitiano, moeda imaginária⁵³ (Neiburg, 2013), resiste e escapa às tentativas de formalizar um universo que sobrevive justamente por não estar formalizado. Assim descreve o autor:

As ruas continuam a se encherem com uma multidão infinita de pessoas que vendem, compram e consomem, mesmo até tarde da noite e sem energia elétrica, contando com velas e lâmpadas de querosene para iluminação. No meio destas multidões enxame, que parecem caóticas para o olho destreinado, furtos e ocorrências violentas são tão raros como a polícia e os militares pessoais. (p.23, tradução nossa)⁵⁴

⁵¹ De acordo com o autor, “o termo diáspora é uma categoria organizadora do mundo, pois designa pessoas, qualifica objetos, dinheiro, casas e ações. O termo diáspora é utilizado para referir aos compatriotas residentes aletranje, mas que voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam para o exterior: Diaspora ki jan uo ye? (Diáspora, como você vai?). O campo semântico e polissêmico do termo está articulado por três verbos associados a diáspora: ‘residir’ no exterior, ‘voltar’ ao Haiti e ‘retornar’ ao exterior”. (p.40)

⁵² “most people survive by doing many different things, following the logic of small profits (*ti benefis*) obtained in small jobs (*ti travay*) and small trading (*ti bisnis*)” (p.16).

⁵³ O dólar haitiano é uma moeda imaginária utilizada no comércio do país. São cálculos que convertem o dólar americano e o Gourde Haitiano, moeda oficial do país, em uma moeda comum.

⁵⁴ The streets continue to fill with an endless multitude of people who sell, buy and consume, even late into the night and without electricity, relying on candles and kerosene lamps for lighting. In the middle

Em busca de estatísticas demográficas, percebemos a dificuldade em encontrar dados demográficos (população, distribuição etária, etc.) do Haiti. O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oferece uma ferramenta (@países)⁵⁵ que possibilita adquirir dados gerais sobre o país, mas com alguns dados incompletos. Buscamos dados sobre a situação do trabalho no site da Organização Internacional do Trabalho⁵⁶ (OIT), que também nos forneceu dados e nos ajudou a caracterizar o Haiti, sendo alguns dados de 2012. Outra fonte de dados utilizada neste capítulo foi retirada do Instituto Haitiano de Estatística e Informática⁵⁷. No entanto, optamos por não fazer uma estatística descritiva da realidade, mas combinar elementos que permitem dimensionar o tamanho do país (população estimada) e também caracterizá-lo a partir do mercado popular haitiano, que, como veremos adiante, teve um papel importante após o terremoto de 2010. Nossa tentativa foi evitar que, ao apresentarmos os dados estatísticos, conduzíssemos a uma leitura a partir da miséria econômica do Haiti.

4.2 Uma terça inesquecível: o terremoto em janeiro de 2010

Terça inesquecível!

Autor: Gérard

Uma terça de tristeza
 Uma terça sem saída
 Uma terça sai sem volta
 Uma terça sem riqueza
 Uma terça sangrando

of these swarming crowds, which appear chaotic to the untrained eye, thefts and violent occurrences are as rare as the police and military personnel. (p. 23)

⁵⁵ Recuperado em 27 agosto de 2016, de <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>.

⁵⁶ Recuperado em 27 de agosto de 2016, de http://www.ilo.org/ilostat/faces/help_home/data_by_country/country-details?locale=en&_afLoop=580970320150840&country=HTI&_adf.ctrl-state=5b1jjil3r_4.

⁵⁷ Institut Hitien de Statistique et d'Informatique. Recuperado em 10/012017 de <http://www.ihsi.ht/>.

Uma terça inesquecível
 Uma terça com lágrimas
 Uma terça sem preto, sem branco
 Uma terça que não faz as deferências
 Uma terça sem discriminação
 Uma terça de terremoto

Uma terça inesquecível
 Uma terça cicatrizada
 Uma terça que você sai e não acha nada
 Uma terça sem raça
 Uma terça sem exceção
 Uma terça sem mãe, sem pai, sem filha, sem filho

Uma terça inesquecível
 Uma terça com muita dor
 Uma terça sem comer sem beber
 Uma terça sem cor
 Uma terça sem piedade
 Uma terça sem felicidade

Uma terça inesquecível
 Uma terça sem classe social
 Uma terça inacreditável
 Uma terça incrível
 Uma terça desagradável
 É uma terça inesquecível.

Como noticiado em todos os jornais, no dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto atingiu o Haiti causando destruição, principalmente na capital Porto Príncipe. O poema “Terça Inesquecível”, de um dos entrevistados, consegue transmitir a realidade vivida por ele naquela terça-feira, tal como ficar sem comer e beber, a morte de pessoas e os sentimentos de impotência e tristeza diante do terremoto de viver uma “terça sem saída”. De acordo com outro entrevistado, Carl, muitos prédios públicos foram destruídos e ele conseguiu sobreviver, pois estava no

terceiro andar de um prédio e teve tempo de sair. O terremoto ocorreu em horário comercial, ocasionando milhares de mortos que estavam no trabalho no momento.

Como relata Seitenfus (2016), o *annus horribiles* no Haiti é marcado por três acontecimentos: o terremoto em janeiro, que resultou na morte de 230.000 pessoas e em 500.000 deslocados; a doença da cólera, que começou com as tropas do Nepal dentro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)⁵⁸, logo se espalhou pelo Haiti devido às condições sanitárias desumanas e resultou em 8.000 mortos e 800.000 pessoas infectadas; e, no final de novembro, a tentativa da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comunidade Internacional de impor um candidato contrário à vontade popular. O autor caracteriza o Haiti como um “cementerio de proyectos” e tece críticas à presença da ONU no país pós-terremoto:

Quando a taxa de desemprego atinge 80% da força de trabalho disponível é contraproducente e imoral montar uma Operação de Paz e enviar soldados sob o rótulo falso de uma Missão de Estabilização. Não há nada que pacificar e sim tudo o que reconstruir. (p.36, tradução nossa)⁵⁹

As críticas frequentes à presença da MINUSTAH e das sucessivas intervenções estrangeiras representam também a perspectiva de alguns haitianos. Horas após o terremoto, Omar Thomaz (2010) descreve a situação do Haiti e a relação com a Comunidade Internacional, a ONU e a MINUSTAH:

Afinal, onde está a MINUSTAH? – Nos perguntávamos. Os haitianos pareciam saber: parece ser que *todo* o efetivo militar da MINUSTAH se concentrava no trabalho de salvar os membros da ONU no Hotel Cristophe. Cerca de 6.000 efetivos militares. Uma minoria estava trabalhando no Montana. A ONU ajuda a ONU, os haitianos ajudam os haitianos. (p.26)

À noite, pela internet, percebemos que estávamos imersos no show da ajuda humanitária. Falava-se de milhões de dólares, dos aviões que chegavam cheio de coisas, de remédios, de médicos, de tendas, de água. Não víamos nada. *A ajuda internacional não se vê, não se come, não se bebe, só se escuta.* (p.28)

⁵⁸ *United Nations Stabilization Mission in Haiti.*

⁵⁹ Cuando la tasa de desempleo alcanza el 80% de la fuerza de trabajo disponible es contraproducente e inhumano montar una Operación de Paz y enviar soldados bajo el falso rótulo de una Misión de estabilización. No hay nada que pacificar y sí todo que construir. (p.36)

A MINUSTAH está no país há seis anos, e outras missões ali estiveram antes dela, e não estabeleceram nenhum contato com os setores organizados da sociedade haitiana. Porque os há, e foram eles os que garantiram a distribuição de água e comida nos dias que sucederam os terremotos do dia 12 de janeiro. (p.30)

Nesse texto, o autor também reforça a importância da economia popular para o Haiti, especialmente os mercados e sua função após o terremoto:

E aquilo já anunciado na bibliografia clássica sobre o Haiti, pareceu se confirmar: o país existe nos mercados⁶⁰. Nos dias que sucederam o terremoto, foi a rápida organização de mercados insistentemente denominados “informais” que garantiram o abastecimento da população. As lojas que haviam resistido ao terremoto estavam fechadas, assim como os supermercados. E os campos de refugiados rapidamente foram transformados em grandes mercados, onde eram oferecidos óleo, espaguete, verduras de diferentes tipos, frutas, sabão. Os preços, nos primeiros dias após o terremoto, mantiveram-se relativamente estáveis. Sabemos que nas semanas seguintes a inflação dos preços chegou a um 30%. Há um imenso controle social sobre os preços: aquilo que é considerado um preço justo é definido e controlado pela população. (p.10)

Assim, a história do Haiti é reveladora de uma luta incessante pela sobrevivência e por um futuro melhor que o passado⁶¹. As sucessivas intervenções externas afundam o país em uma permanente crise (Seguy, 2014, Handerson, 2015, Nieto, 2014). E é nesse contexto que milhares de haitianos resolvem deixar seu país para viver no Brasil.

4.3 Rotas para o Brasil

De acordo com Handerson (2015), a presença de haitianos em Tabatinga foi registrada um mês após o terremoto: “na segunda semana de fevereiro de 2010, chegara um primeiro grupo de doze haitianos: quatro mulheres (duas menores de dezesseis e dezessete anos) e oito homens pedindo ajuda” (p.31). Outros trabalhos (Vieira, 2014, Pimentel & Cotinguiba, 2014) registram a chegada de haitianos em março de 2014 no Mato Grosso do Sul, fronteira com a Bolívia. Pesquisas recentes

⁶⁰ Mintz, S. W. (1974). *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine Pub. Co.

⁶¹ Em um seminário sobre a migração haitiana, um doutorando haitiano do programa Pró-Haiti disse que no Haiti o “passado sempre vai ser melhor que o presente, porque não tem melhoria”.

(Fernandes & Castro, 2014, Nieto, 2014, Silva, 2013, Faria, 2012) destacam as principais rotas da migração haitiana para o Brasil desde fevereiro de 2010 e que podem ser visualizadas no mapa a seguir (Figura 6 a seguir).

Figura 6. Rotas da migração haitiana para o Brasil desde fevereiro de 2010

Fonte: Fernandes et al (2011, p. 81).

Não há uma correlação entre o período em que a migração para o Brasil foi realizada e a escolha da rota mais fácil, mais barata e mais curta, ou seja, haitianos que chegaram em 2014 podem ter feito rotas maiores e mais caras do que quem veio antes, o que sugere que as informações que circulam nas redes não são homogêneas e compartilhadas. Como veremos adiante, as rotas estão relacionadas também às políticas de fronteira dos países.

Entre os entrevistados, o primeiro a chegar, em abril de 2013, realizou o seguinte trajeto: pegou um avião do Haiti para a República Dominicana e depois desembarcou no Brasil, na cidade de São Paulo, e veio para Belo Horizonte de ônibus. Depois, dois chegaram em setembro de 2013, também desembarcaram em São Paulo e vieram de ônibus para Belo Horizonte. Já em dezembro de 2013, uma entrevistada relata que entrou no Brasil pelo Acre, realizando a seguinte rota: chegou ao Panamá de avião desde Porto Príncipe, passou por Quito (Equador) e Lima (Peru) e, a partir daí, foi de ônibus até ao Acre. Do Acre foi de avião até Brasília, e de Brasília veio para Belo Horizonte. Os demais entrevistados que chegaram ao Brasil durante o ano de 2014 desceram no Aeroporto Internacional de Confins.

A escolha das rotas não passa simplesmente pelo valor e pelo risco que elas oferecem. Elas variam também em função de um mundo documentado⁶², ou seja, a documentação exigida para entrar, permanecer, fazer escalas em um país. Quando fazemos uma busca de voos que partem do Haiti ou chegam ao país, a maioria dos voos mais baratos possuem escala nos Estados Unidos, que exigem um visto de trânsito, que dificilmente será concedido ao um haitiano, mesmo sendo uma categoria de visto mais fácil. A partir daí, é preciso pensar em outras opções, priorizando países que possuem flexibilidade nas políticas de fronteiras, até chegar ao país de destino, e essas opções podem ser mais caras. No caso do Brasil como destino, rotas que percorrem países como República Dominicana, Equador e Peru

⁶² A esse respeito, um trecho do diário de campo sobre o primeiro contato no acolhimento de uma haitiana, em 2013, revela a força desse mundo: “Apresenta-se inicialmente a partir dos documentos. O que interessa naquele momento são os documentos: carteira de trabalho, CPF, que indicam sua situação regular e documentada no Brasil. Embora oficialmente não exista ninguém ilegal no mundo, os impactos das políticas migratórias nas últimas décadas, de criminalização da migração nos sujeitos podem ser percebidos nesse medo de ser presa ou deportada por ser migrante, por estar em outro país”. (Trecho diário de campo, agosto de 2013).

são opções que permitem a entrada ou a passagem dos haitianos, mas, ao mesmo tempo, tornam a viagem mais cara e mais perigosa⁶³(Nieto, 2014).

Uma política de fronteira que promova a mobilidade, isto é, uma fronteira aberta que facilite a entrada, a permanência e a saída do país, é apontada como uma das razões para escolher o país de destino. Mas, nos governos democráticos, a fronteira é contraditória e pode ao mesmo tempo, a partir de diferentes maneiras, facilitar a permanência e dificultar a entrada.

Vejamos o caso do Brasil em relação à mobilidade haitiana⁶⁴. Desde 2010, a partir da chegada de haitianos nas fronteiras com o Brasil, o país tenta construir respostas. Há relatos de deportações por ausência de documentação, de militarização das fronteiras e de pedidos de cooperação de países fronteiriços no que se refere à exigência de visto para a passagem pelo país até chegar ao Brasil (Vieira, 2014; Handerson, 2015). E, no plano jurídico, com a entrada dos haitianos solicitantes de refúgio, foi criada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a Resolução Normativa (RN) nº 97 (Anexo A) em 2012, que concede aos haitianos um visto humanitário. De acordo com a RN nº 97:

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

⁶⁴ Outros países também reagiram à realidade do terremoto, com ações que cessavam as políticas migratórias excludentes, ou “toleravam” a entrada e a permanência de haitianos, sob o manto dos fins humanitários. Os Estados Unidos concederam aos haitianos que chegaram antes do terremoto e que não tinham um visto permanente de residente, um estatuto de proteção temporária (*Temporary Protected Status*, TPS), incluindo também os haitianos que seriam deportados por não estarem regulares. O Canadá facilitou a reunião familiar de alguns membros desconsiderados até então na categoria estatal, e a França interrompeu temporariamente a política de deportação, sobretudo nos territórios ultramarinos, Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica; e o Chile incentivou a política de reunião familiar dos haitianos que já residiam no país antes do terremoto no Haiti (Handerson, 2015). Diante desse cenário de suspensão das deportações, qual seria o fim humanitário de tal medida? Suspender a deportação temporariamente significa que elas não acabaram e que podem voltar a qualquer momento, de acordo com as circunstâncias. Se a justificativa para o emprego da palavra humanitário é o terremoto e as soluções dos estados nacionais estão relacionadas a ações temporais, é esperado que o país devastado pelo terremoto se recupere? E após a impossível recuperação, as fronteiras e as políticas excludentes voltarão a funcionar?

Essa RN passa por modificações, como por exemplo, deixa de estipular o número máximo de vistos emitidos – RN 102 (Anexo C) – e também amplia os lugares no território nacional para a emissão do visto. Essa Resolução Normativa, vigente até o presente momento, vem sendo revogada a cada dois anos desde a sua publicação. Um dos efeitos dessas Resoluções Normativas foi permitir rotas aéreas até ao Brasil, pois o haitiano parte do seu país para o Brasil com a entrada autorizada no passaporte, o que reduz o perigo das rotas e a precariedade diante da situação indocumentada. Esse efeito pode ser observado nas rotas dos entrevistados descritas anteriormente, em que apenas uma entrevistada relata não ter chegado por via aérea ao Brasil, ingressando pela via terrestre, desde o Peru até ao Acre.

A seguir, discorreremos sobre as condições de vida no Brasil desde a chegada e as principais dificuldades.

4.4 Condições de vida no Brasil

A vinda para o Brasil carrega desejos de uma vida melhor tanto para si quanto para os familiares que aguardam o dinheiro da remessa. Como já mencionado em capítulos anteriores, a migração haitiana não começa ou termina no Brasil. O espaço haitiano (Anglade, 205) envolve processos históricos e políticos internos, inclusive em outros países. Como o Brasil é um país incluído no espaço haitiano assim como a França e os Estados Unidos, os migrantes também comparam o que podem conseguir e acumular de bens materiais dentro desse espaço, ou seja, comparam os custos e os benefícios materiais que a migração para o Brasil pode oferecer em relação a outros países de destino da migração haitiana.

Você vê que quem sai [EUA, França, Canadá] consegue comprar casa, ter uma vida boa. Mas a realidade aqui [Brasil] é diferente.
(Phanel)

Na fala do entrevistado é possível identificar o sonho de prosperidade e de acumulação material, principalmente nos países especificados que representam países no Norte⁶⁵. Um sonho de uma vida melhor para quem veio, o Brasil como país de destino também aparece como sofrimento e frustração nas entrevistas. O entrevistado Gèrard responde sobre quem veio com ele do Haiti e das repercussões de viver no Brasil:

Voltou. Porque tem, tipo assim, minha, minha prima, ela já voltou. Porque ela não aguentou. Era muito difícil... essa experiência é muito difícil. (Gèrard)

*É muito mais difícil. Coisa que você nunca ouviu falar.... Aqui, cê [sic] vem aqui e cê [sic] ouviu tudo.... **você parece um desconhecido** [grifo nosso]. Você parece [que] caiu no outro mundo, caiu do céu... mas é muito difícil. Se uma pessoa não tem um objetivo, não tem por que eu tá [sic] aqui, não sabe por que a vida me trouxe aqui. Às vezes, quando eu conversei com minha mãe, disse: “Mãe, se era sua decisão pra me vim [sic] pra cá, eu iria ficar chateado com você pro resto da minha vida, porque não é lugar pra mim”. (Gèrard)*

Disse que a vida aqui no Brasil está ruim, que os parentes no Haiti pensam que estão bem, mas que, na verdade, não estão. Cadet trabalhava no Haiti como professor do ensino básico e agora é frentista no posto de gasolina, ainda em período de experiência. Disse que o salário é muito baixo – em média mil reais ou trezentos dólares – e que pagar moradia, alimentação e ainda enviar remessa não dá. Ele disse que pagou cinco mil dólares para vir ao Brasil (Diário de campo da entrevista com Carl).

Marlène reclamou a todo momento que viver no Brasil é muito difícil, que ganha muito pouco, que não tem amigos. Ela diz que não tem muitos amigos haitianos aqui e que o que ela ganha em um mês ela ganharia trabalhando quinze dias lá (Diário de campo da entrevista com Marlène).

A experiência migratória possui contradições inerentes à condição de migrante, que, nas palavras de Sayad (1998), trata-se de uma dupla contradição: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar definitivamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do provisoriado” (p.45). Ser um desconhecido, ou seja, ser invisível diante do Estado, dos vínculos e da sociedade caracteriza um estado provisório, mas ao mesmo tempo pode expressar um desejo

⁶⁵ A expressão países do Norte refere-se àqueles que são hegemônicos, quando nos referimos à gestão política e econômica do mundo.

de prolongar a permanência no país de maneira provisória. E revela também o alto custo de vida no Brasil, tornando a vida difícil e no limite da sobrevivência. No relato a seguir, o entrevistado Gèrard reflete sobre a permanência no Brasil, em comparação com os Estados Unidos, e também sobre o caráter precário da vida.

Aqui, de verdade, a gente muito, fica muito, no lugar que é restrito, muito restrito, a gente depende de uma pessoa aqui. Nossas vidas dependem de uma pessoa, que depende de um grupo de pessoas. Não pode ser assim, cê tendeu [sic]? A gente fica limitado. Eu sei que os brasileiros conhece [sic] o país bem melhor do que eu, e a gente não conhece, não sei nada, não sabe nada, mas mesmo assim.... Não, não é o primeiro país que recebe estrangeiro, e também eu acho que tem um [sic] maldade nessas coisas, nessa história. (Gèrard)

Mas que não, tipo assim, tem haitianos que fica [sic] cego ainda, que gosta muito [sic] Estados Unidos e lá trabalhar e também, e.... Estados Unidos, quando que cê [sic] chega lá, tem oportunidade de viver também. É, se eu ir [sic] lá, Estados Unidos aqui [sic], lá por três anos, eu iria ter meu carro, tudo que eu pode [sic] ter, cê [sic] sabe? Mas tem outra coisa, eu tenho visto cinco anos, acaba esse visto, eu vou ficar, de verdade que eu vou ficar. Mas tanto que eu não recuperei, recuperar meus documentos, eu não vou poder estudar. E cê [sic] pode ficar dez anos se você não tem contatos, se você não tem gente pra resolver seus documentos, cê [sic] vai ficar, mas cê [sic] não vai poder estudar nada. Que é diferente daqui. (Gèrard)

Para Butler (2015): “A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (p.31). Se pensarmos a partir da autora a distinção entre as intensidades da precariedade, poderíamos distinguir o migrante e os grupos que se caracterizam por uma intensa dependência do outro.

A partir do conceito de precariedade de Butler (2015), propondo um deslocamento de perspectiva do sujeito e do mundo, a ideia de precário por depender do outro é intensificada na atividade migratória, pois estar em um novo país, estabelecer vínculos e sobreviver exigem confiança. Nesse sentido, as redes sociais construídas na mobilidade têm o papel de não só criar fluxos entre países, como manter o fluxo e facilitar o acesso à informação.

4.5 O desafio em aprender o idioma

O português é muito difícil.

Muito, muito, muito mais difícil, tendeu [sic]? (Massilon)

Quando pensamos na vinda de haitianos para o Brasil, se comparada a destinos em que há uma densa população de haitianos – tais como Estados Unidos, Canadá e França –, a migração para o Brasil se destaca por dois elementos que, de alguma maneira, estão presentes ou ausentes nas migrações para os países citados anteriormente: a não correlação do idioma oficial no Brasil (português) com nenhum idioma que aprendem no país de origem e a distância territorial entre o Brasil e o Haiti. Depois de atravessarem, pelas mais diversas vias, as Américas Central e do Sul, ao entrarem no Brasil, deparam-se com a barreira do idioma e com a realidade brasileira.

Na pesquisa realizada por Fernandes e Castro (2014) quando interpelados sobre as principais dificuldades, os haitianos apontaram o idioma como a principal dificuldade encontrada (56,5%), seguida de emprego (48,2%) e habitação (42,1%). No caso dos entrevistados, todos conseguiram se expressar e as entrevistas aconteceram em português, em sua maioria. Portanto, no momento da entrevista não era uma dificuldade que eles viviam, mas, quando questionados sobre o idioma, relataram a dificuldade em aprender o português. Alguns aprenderam o português assistindo televisão, ouvindo música, nas redes sociais e trabalhando. Outros frequentaram as aulas ofertadas pelo Centro Zanmi, aos sábados, durante a tarde, no centro de Belo Horizonte, e em Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura do curso de português também abarca o fornecimento do vale-transporte até ao curso e o lanche, o que o viabiliza para muito haitianos, que, além do tempo limitado no final de semana, também não teriam condições de arcar com essas despesas semanais. Os professores são voluntários da ONG, alguns com formação e experiência docente em Letras e Pedagogia, e outros com inserção por meio do voluntariado. Em conversas com os haitianos, tanto nas entrevistas quanto nas reuniões da associação *Kore Aysyien*, a crítica em relação às aulas de idioma

ofertadas era de que o curso se destinaria a pessoas que não sabiam nada de português, o que muitas vezes desmotivava quem sabia expressar-se minimamente e levava ao abandono do curso.

Outro curso que circula no universo de informações entre os associados refere-se às aulas de português ofertadas no Centro Federal Tecnológico (CEFET). A partir dessas aulas, os haitianos também vislumbram ingressar na graduação e na pós-graduação da instituição. Mesmo com a oferta de cursos de português, muitos haitianos ainda não estão inseridos neles e não falam o idioma. Uma das propostas da *Kore Aysyien* é construir um curso de português lecionado por haitianos para haitianos, sob a justificativa de que, sabendo as dificuldades encontradas na aprendizagem da língua, eles teriam condições de ofertar o curso.

4.6 Rede social na migração: habitação e acolhimento solidário

Na chegada ao Brasil, a solicitação do visto ou a apresentação do visto solicitado na Embaixada do Brasil no Haiti constituem o primeiro desafio⁶⁶. Após a chegada, é preciso estabelecer contato com os sujeitos que os esperam aqui no Brasil, e tal função cabe à rede construída. Ela oferece suporte para a vida cotidiana do migrante e abarca a chegada a Belo Horizonte, o acolhimento para uma moradia permanente ou provisória, a possibilidade de conseguir um emprego e a vida na cidade. E, entre os serviços que ajudam a estruturar a rede, a comunicação e o acesso às informações surgem como imperativos para uma vida migrante. No caso da RMBH, há uma *lan house* situada próximo a uma casa de câmbio especializada em remessa, no centro de Belo Horizonte, que serve de suporte para os haitianos estabelecerem contato com familiares e amigos, inclusive os que estão no Brasil. Outro serviço que também circula na rede migratória é o comércio de produtos haitianos, trazidos constantemente por alguns migrantes. Nesse comércio, que se localiza na própria casa do comerciante, é possível encontrar produtos de higiene, cremes para cabelo e bandeiras do Haiti.

⁶⁶ Durante nossa imersão nos territórios da pesquisa, soubemos de um caso de visto falso adquirido por um haitiano ainda no Haiti, o que o levou a ser preso ao chegar ao Brasil.

Quando chegam a Belo Horizonte encontram-se com haitianos que já os aguardam na rodoviária ou no aeroporto da capital, em contato estabelecido antes do desembarque. Após a chegada, a moradia é um aspecto importante na vida do migrante, pois é referência para a Polícia Federal, que o considera a partir do momento que possui uma moradia (endereço) e um trabalho formalizado, caso haja possibilidade de renovação do visto. Essa estreita relação entre trabalho e habitação, no que se refere à documentação para a regularização do imigrante, converge com a afirmação de Sayad (1998), que considera as duas categorias como condição da existência oficial do imigrante:

mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência. Constituem não só as duas dimensões que estruturam toda a sua existência – isso também é verdade com relação às condições de existência das classes populares – mas, mais do que isso, os dois elementos que definem o estatuto do imigrante: o imigrante só tem “existência” (oficial) na medida em que possui uma habitação e um empregador. (p.74)

Durante a pesquisa, realizamos visitas a algumas casas para a realização das entrevistas e de reuniões da associação *Kore Aysyien*. Foi possível observar que as casas eram sempre muito simples e equipadas com máquinas e móveis necessários para o dia a dia. Com quase nenhuma decoração ou artefato, as casas também possuíam uma divisão simples e às vezes até precária, na tentativa de se pagar aluguel mais barato. Em uma das casas onde realizamos entrevista, destacamos algumas características: a entrevistada morava sozinha⁶⁷ em um cômodo que fora improvisado como uma quitinete num lugar que parecia ter sido uma lavanderia anteriormente. O espaço que ficava no mesmo nível da garagem possuía dois cômodos: em um cômodo localizava-se a mesa de jantar, uma cama de solteiro, um fogão, uma geladeira e uma televisão. No outro cômodo, o banheiro, que também funcionava como pia da cozinha e lavanderia. Em cima da mesa de jantar que comportaria seis cadeiras, mas só era possível utilizar duas devido ao espaço, havia uma série de objetos e acessórios de cozinha, todos ainda embalados no plástico (garfos, facas, vasilhas, copos), indicando que nunca foram utilizados.

⁶⁷ Quando chegou ao Brasil, a entrevistada morou com uma amiga e, após um tempo, por vários motivos, ela decidiu morar sozinha.

Sayad (1998) ajuda-nos a refletir nessa direção ao caracterizar a habitação do migrante:

A habitação do imigrante só pode ser o que o imigrante é: uma habitação excepcional, como é “excepcional” a presença do imigrante; uma habitação de emergência para uma situação de emergência; uma habitação provisória – duplamente provisória, porque os ocupantes só a habitam provisoriamente e porque ela mesma constitui uma resposta para uma situação pensada para ser provisória – para um residente provisório, pois é sempre assim que se imagina o imigrante.... uma habitação econômica, sóbria (para não dizer sumária), para um ocupante que não dispõe de uma grande renda, e que, além disso, se força a economizar; uma habitação pobre e uma habitação de pobre para um ocupante conhecido como pobre. (p.75)

Em outras casas visitadas, a ideia de uma economia para a sobrevivência no que se refere a objetos e aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, era uma característica comum. Além de evitar gastos com o objetivo de economizar o salário para a remessa, também havia a sensação de que era algo provisório e improvisado, e que a qualquer tempo seria possível uma mudança para outra residência ou para outro país.

Outra característica observada refere-se à dificuldade em alugar residências por não terem condições de emitir cheque caução nem apresentar referências. Em uma das conversas, Marlène relatou que o proprietário a ameaçara quando solicitou a devolução do dinheiro que ela lhe dera como garantia do aluguel, uma ameaça possível diante da ausência de proteção e de não conhecer os direitos e saber a quem recorrer. Estar sozinho em um país, embora inserido em uma comunidade de migrantes, favorece a prática de abusos e exploração no cotidiano do migrante. A dificuldade em alugar residências não está somente nas transações financeiras, mas também na desconfiança e no racismo. Inúmeros foram os casos relatados em que o proprietário dizia por telefone que o imóvel estava disponível, entretanto, quando o migrante haitiano se deslocava até o local para ver o imóvel, o dono, ao ver que os interessados eram migrantes haitianos, imediatamente dizia que estava alugado.

Mais uma vez recorremos a Sayad (1998), que discorre sobre a impossibilidade da condição de consumidor diante da ideia de intensificar o trabalho e gastar o mínimo para economizar:

Além das justificativas que fornece para as piores condições de habitação – “Não podemos fazer melhor levando em conta o preço que eles podem pagar, sendo a ‘compatibilidade com seus recursos’ um dos argumentos invocados com maior frequência para servir de álibi para todas as mediocridades” –, a representação sumária que se faz do trabalhador imigrante preocupado, antes de mais nada, em economizar o que for possível nos prazos mais curtos (trabalhar um máximo e gastar um mínimo) é tão forte que, entregando-o de uma vez por todas à sua condição de miséria, impede que ele seja considerado como consumidor, ou pelo menos como consumidor privilegiado em certos casos. (nota de rodapé p.75)

Junto à impossibilidade de não poder consumir, que seria condição do migrante haitiano por tratar-se de uma migração para o trabalho, também é possível identificar a dimensão do racismo enquanto uma dimensão que atravessa todas as relações. Falaremos adiante desse assunto.

Outra característica observada no cotidiano dos migrantes haitianos, na habitação, refere-se à solidariedade no acolhimento de haitianos que chegam ao Brasil. Durante as visitas às casas, ao descreverem com quem moravam, sempre citavam pessoas que não estavam trabalhando, que acabaram de chegar e que estavam morando na casa sem pagar por isso. Tal situação, que se revela comum, consiste em acolher os migrantes haitianos que chegam à RMBH, atestando a importância da rede social⁶⁸ construída na migração.

Essa solidariedade, construída na rede social de migrantes haitianos, não se constitui como uma rede aleatória de acolhimento. Os contatos são realizados anteriormente à chegada dos haitianos, ou seja, para ser acolhido é preciso realizar um contato anterior com um haitiano conhecido e que vive no Brasil. Marcel Mauss (2007), em seus estudos sobre a dádiva, concebe a ideia de que no mercado, enquanto fenômeno humano, o regime de troca e as transações são regidas pela moral e pela economia. A partir dessa perspectiva, a solidariedade desinteressada e não contingenciada é sempre construída por fatos, pois não existe dádiva sem retribuição. E a construção da sociabilidade seria permeada por um constante dar-e-receber, que caracterizado como universal, seria gerido e organizado de diferentes formas nas sociedades ao longo dos tempos e dos espaços.

⁶⁸ Para Massey (1988), redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (p. 396).

Essa obrigação da dádiva e da retribuição ajuda-nos a pensar a solidariedade no acolhimento de haitianos que chegam ao Brasil, por haitianos que aqui residem. A maneira como moram e acolhem outros haitianos expressa solidariedade, não destinada a uma pessoa, mas sim à ideia de pessoas morais, e um acolhimento a partir de um critério étnico, ou seja, haitianos recebem haitianos – a construção do critério étnico e de mesma nacionalidade –, conforme demonstram alguns trechos de entrevistas com Gèrard, Massilon e Robert, a seguir.

Trecho de entrevista com Gèrard:

Entrevistadora: Quantas pessoas moram com você aqui?

Gèrard: *Nós quatro.*

Entrevistadora: Quatro? Quem é? Cê [sic] conhece?

Gèrard: *Eles, minha tia, namorado dela e outro rapaz que a gente aceita por enquanto.*

Entrevistadora: É? Por quê?

Gèrard: *É, a gente aceita ele [sic] por enquanto, porque quando ele chega [sic] aqui, ele não tinha aonde ir.*

Entrevistadora: Quando ele chegou...

Gèrard: *Quando ele chegou, ele não tinha aonde ir. E como que nós fizemos sempre assim, quando tem esse caso assim, a gente aceita.*

Entrevistadora: Ah, é?

Gèrard: *É, aceita. E depois, se conseguir trabalho, se quiser embora [sic], embora, se quiser ficar um tempo, mas fica.*

Entrevistadora: Enquanto ele não pode pagar, vocês...

Gèrard: *A gente paga... é assim.*

Entrevistadora: Cês [sic] já receberam mais gente?

Gèrard: *É... o ano passado, teve [sic] oito pessoas aqui.*

Entrevistadora: De uma vez só não, né?

Gèrard: *Chegou quatro, depois, chegou mais quatro (risos).*

Entrevistadora: E eles ficaram aqui muito tempo?

Gèrard: *Eles ficaram... é, ficaram muito... quatro meses, cinco meses....*

Entrevistadora: Mas eles arrumaram trabalho?

Gèrard: *É, depois arrumô [sic] trabalho e ir [sic] embora. Porque um ajuda o outro. Já é aqui [sic] é difícil.*

Trecho de entrevista com Massillon:

Massillon: *Tem um moço que tá [sic] lá comigo, é amigo, que passou aqui comigo, não tá [sic] trabalhando. Mas imagina, tem que ajudar, primeiro a ver a ele, antes dele são dois. Não tá [sic] trabalhando, mas temos que ajudar antes que arruma “una” casa, paga “una” casa, só isso. Porque, quando você tem um amigo que chega, que chega aqui, que não tá [sic] trabalhando, e você tá [sic] aqui, você tem que ajudar. E depois essa [sic] pessoa de ir embora buscar “su”, fazer a sua vida, alugar “sus” [sic] casas e fazer tudo. Temo [sic] que ajudar, e imagina, é amigo, você não pode deixar um amigo “suo”.*

Entrevistadora: E você já ajudou mais vezes?

Massillon: *Mais vezes, mais vezes. Porque em casa, verdade, tem mais que cinco pessoas.*

Entrevistadora: Ah, é?

(...)

Entrevistadora: Então, quantos são?

Massillon : *É um que... dois, três, quatro. Imagina?*

Entrevistadora: São só nove?

Massillon: *São oito pessoas.*

Entrevistadora: São quantos quartos aqui?

Massillon: *Quatro quarto [sic], mas esse pequeno [sic]. Então tem uma pessoa que dorme aqui em cima, no meu quarto. Mas tem quarto com um, dois, três, quatro.*

Entrevistadora: E, aí, quem arca com as despesas é quem tá [sic] trabalhando?

Massillon: *Hum, é.*

Entrevistadora: Quem divide aluguel, água, luz, comida...

Massillon: *É isso aí. Tem que fazer isso aí. Tem que, temo [sic] que fazer isso, tem que ajudar eles [sic] com isso, e imagina da “cosas” ser um “poco”, é um “poco” difícil para nós fazer [sic] isso, essas “cosas”.*

Em um trecho do diário de campo da entrevista com Robert, ele relata que somente ele trabalha e mantém os outros três haitianos que vivem em sua casa. Percebemos que Robert assume uma prática solidária, prática que ouvimos nos espaços da associação e nas entrevistas. A pessoa de contato no Brasil recebe outros haitianos até que eles consigam morar sozinhos. A solidariedade vai desde oferecer os caminhos para a chegada ao Brasil ao sustento no cotidiano, caso o migrante tenha chegado recentemente e não consiga emprego, como no caso dos outros três homens que residem com Robert.

Os trechos das entrevistas e o relato do diário de campo apontam uma disponibilidade em receber os haitianos que chegam ao Brasil devido às dificuldades enfrentadas para conseguirem uma casa e um emprego. E mesmo com os baixos salários, os migrantes haitianos que estão no Brasil, divididos entre a sobrevivência no país e o envio da remessa, não relutam em acolhê-los. Geralmente são casas que, em alguns períodos, tiveram o número de habitantes duplicados. Lanna (2000), a partir da teoria da dádiva, ressalta que, em certa medida, o dar e receber aproxima-os:

a Epígrafe do ensaio exprime uma dialética inerente à dádiva: ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceptualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião, faz-me também um hóspede potencial. Isto ocorre porque “dar e receber” implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. É nesse sentido que a Antropologia de Mauss é uma sociologia do símbolo, da comunicação; é ainda nesse sentido ontológico que toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o recebedor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes. (p.176)

Sendo assim, podemos pensar que a dádiva compreendida como solidariedade no acolhimento por parte dos entrevistados para com quem chega ao Brasil, pode fortalecer a rede construída na mobilidade. Para Santos (2012),

a rede é realidade material e dado social... a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração. (p.262)

E o acolhimento solidário constitui-se como uma ação e um valor que circula na rede, que pode facilitar o acesso às informações necessárias para a sobrevivência no país e, como sugere Milton Santos (2012), pode “servir de suporte corpóreo do cotidiano” (p. 263). Além de fortalecer a rede, o acolhimento solidário também pode estar relacionado à forma que os migrantes haitianos encontraram para resolver uma demanda burocrática do governo brasileiro, que consiste em ter um comprovante de endereço para permitir a emissão da carteira de trabalho. Se o migrante haitiano chega ao Brasil em busca de trabalho, para inserir-se no mercado formal de trabalho, ele precisa solicitar a carteira de trabalho. E, para solicitá-la, é

preciso ter um comprovante de endereço. Portanto, o acolhimento possibilita conseguir o comprovante de endereço, uma das condições para a carteira de trabalho, que, por sua vez, constitui-se como condição para a entrada no mercado formal de trabalho. O acolhimento de haitianos que chegam ao Brasil é um dos objetivos da *Kore Ayisyen*, associação descrita anteriormente.

4.7 A Igreja como suporte social

Outro espaço de acolhimento de migrantes haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte são as igrejas. Mas o acolhimento não se refere a alojamento ou moradia, possui outras dimensões. Nas entrevistas, Gérard, ao descrever sua chegada a Belo Horizonte, relata que sua mãe organizara sua vinda a partir de um contato da Igreja aqui em Belo Horizonte. Esse contato ajudou-o a encontrar moradia e também emprego. Eram da mesma religião, o que possibilitou, de alguma maneira, sua inserção social em outro país. Outro entrevistado, Robert, ao ser interrogado como se divertia aqui no Brasil, respondeu que frequentava a igreja aos domingos, na qual se realizava o culto em *creóle*.

São contextos que demonstram a existência de situações e usos da Igreja⁶⁹. Pensando no poder de influência das religiões, materializadas em igrejas, na vida dos que creem, a fé também pode ser utilizada pelos migrantes para obter informações e até servir de suporte na rede da migração, o que pode ser considerado astúcia (Certeau, 1994)⁷⁰.

No caso da religião, os entrevistados frequentam o espaço da Igreja a partir das crenças espirituais e também inventam outras formas de uso, tais como a ajuda na busca por moradia e emprego e o lazer, espaço da sociabilidade e da

⁶⁹ Aqui nos referimos aos espaços religiosos que os entrevistados frequentam e não às suas espiritualidades e crenças.

⁷⁰ Para o autor, a astúcia é uma tática que altera os objetos e os códigos e estabelece outros usos: “Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas uma docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia”. (p.101)

convivência com outros migrantes haitianos. Além das situações vivenciadas descritas e vivenciadas pelos entrevistados e entrevistadas, percebemos que a Igreja possui funções na abordagem do migrante. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conseguimos apreender três instituições que não constituem a totalidade, mas conferem pontos na rede de acolhimento: a Cáritas, o Centro Zanmi e a Comunidade “Ele Clama”. As duas primeiras instituições, apesar de se pautarem e serem financiadas pela Igreja Católica, não têm como objetivo o acolhimento espiritual. Já a instituição “Ele Clama” possui um projeto espiritual como parte desse acolhimento. Atualmente, a entidade possui assento no COMITRATE e também é responsável pela gestão de um hotel que abriga uma comunidade terapêutica e uma casa de apoio ao migrante e refugiado. Alguns migrantes em situações diversificadas, desde os que estão desempregados aos que recebem um salário que torna inviável uma moradia, estão alojados no hotel em Esmeraldas⁷¹.

4.8 Racismo à brasileira

Outra dificuldade que os haitianos enfrentam no Brasil, mais especificamente na RMBH, e que se constitui como uma dimensão psicossocial, é o racismo à brasileira (Telles, 2003). De acordo com o autor, as relações raciais estão enraizadas no cotidiano do país e existem de maneira estrutural. Além dessa característica, a negação do racismo no Brasil é um elemento importante para sua perpetuação. Os haitianos são negros e provenientes de um país pobre e, ao vivenciarem situações de racismo no Brasil, confirmaram ser um mito a cordialidade e a democracia racial brasileira (Souza, 2009). Como já relatado anteriormente, em alguns casos em que haitianos buscavam moradia e conversavam com o dono pelo telefone demonstrando interesse, mas, quando o proprietário do imóvel via que eram haitianos, dizia que o imóvel estava ocupado.

⁷¹ Algumas reportagens identificam o hotel como pertencente à rede de acolhimento aos migrantes e refugiados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Recuperado em 16 de outubro de 2016, de <http://www.otempo.com.br/cidades/mineiro-vende-casa-e-compra-hotel-para-ajudar-imigrantes-e-refugiados-1.1133667>;

<http://www.otempo.com.br/cidades/casa-de-apoio-come%C3%A7a-a-receber-haitianos-1.1144944>;

<http://www.otempo.com.br/cidades/haitianos-migram-novamente-1.1389896>.

Em um caso grave de violação trabalhista, um dos entrevistados foi demitido após queixa de um hóspede, em um hotel situado na cidade de Belo Horizonte, de que não se hospedaria onde “preto trabalha”. Nas situações de trabalho, o racismo emerge também como definição das atividades a serem realizadas. Em uma das buscas por entrevistados, o seguinte relato demonstra de maneira cruel e direta o racismo:

Conversando com um amigo, ele me disse que, na obra que está sendo realizada em sua casa, o empreiteiro e o jardineiro contrataram haitianos. E me disse que os donos da empresa de jardinagem os tratam muito mal: “Esses aí são animal, trato igual animal, só serve para preparar terra porque mexer com planta... estraga tudo”. (Trecho diário de campo, abril de 2015)

Um professor da Universidade Federal do Amapá expôs, em rede social, a seguinte opinião após a notícia sobre a crise na política migratória no atendimento a haitianos no Brasil⁷² e de tentativa de homicídio de haitianos que estavam próximos à ONG Missão e Paz em São Paulo:

Sou migrante, negro, haitiano até a medula dos meus ossos e com muito orgulho. Um dos grandes méritos da migração haitiana no/para o Brasil é o fato de desmascarar o racismo à brasileira, tirando o véu do mito da cordialidade e hospitalidade em relação aos e às migrantes. Cordialidade com quem? Migrantes brancos? Hospitalidade para quem? Europeus? Beijo no ombro para os xenofóbicos e racistas de plantão. (Joseph Handerson, 28/05/2015).

As críticas do professor Joseph estariam ligadas aos atravessamentos de raça e posição socioeconômica do país do migrante, reforçando a ideia de um racismo velado. Alguns entrevistados, indo ao encontro desse pensamento, relataram que não sofreram racismo no Brasil, “só brincadeiras”. As brincadeiras racistas são justamente uma característica do racismo à brasileira e que contribuem para a sua perpetuação.

⁷² Desde a semana passada, diversas notícias sobre os haitianos têm circulado na mídia. O governo do Acre estava “enviando haitianos para São Paulo sem aviso prévio”, como se fossem carga. Entre crises institucionais, alternativas foram sendo construídas. E vários ônibus foram para o sul do Brasil, além de São Paulo. E a reação a estas notícias foi preconceito, xenofobia.... Uma reportagem afirma que o critério das empresas para contratar haitianos (eles foram até ao Acre) era o tamanho da canela, ter até 38 anos, ser solteiro, e também as condições da genitália (critérios semelhantes aos da escravidão, que ferem a dignidade do sujeito e da humanidade). (Trecho do diário de campo, 28 de maio de 2015)

A ideia de um racismo que não se traduz somente por palavras, mas também por gestos, foi vivenciada por um dos entrevistados, Gèrard. Ele, na plateia de uma mostra de cinema sobre imigração realizada em setembro de 2016, na cidade de Belo Horizonte, indaga o palestrante: *Eu queria saber e entender por que, quando eu estou em um passeio e duas moças vêm na minha direção, elas mudam de calçada?* A pergunta, simples e direta e obviamente sem resposta, revela a força do racismo que se perpetua de modo velado e de modo direto, como na pergunta do entrevistado.

Considerando as dimensões psicossociais expostas, o idioma, a moradia e o acolhimento, a função das igrejas e o racismo, tais dimensões nos ajudam a compreender algumas dificuldades enfrentadas no Brasil e as resistências possíveis diante do contexto brasileiro. Podemos pensar que tais dimensões, principalmente as dificuldades, também são obstáculos à mobilidade ascendente psicossocial, entendida aqui como um deslocamento ascendente de classe, status, papel, função. Entretanto, a direção mais provável dessa mobilidade é a descendente, ou seja, o migrante haitiano ocupará lugares inferiores na hierarquia da classe social, quando comparado com o Haiti.

Essa direção descendente da mobilidade é evidenciada, nas entrevistas, quando descrevem seu poder de consumo entre os dois países e a maneira como vivem e o que conseguem ter acesso a partir dos seus salários. Gèrard relata que, com o dinheiro que recebeu como socorrista no Haiti, comprou sua moto, um computador e um celular, e diz que aqui não consegue comprar nada e que por sorte trouxera o computador e o celular para manter-se conectado. Outra entrevistada, Marlène, compara que, em 15 dias de trabalho no Haiti, como auxiliar de enfermagem, ganharia o que recebe em um mês aqui no seu trabalho atual. Sendo assim, a migração para o Brasil, mais especificamente para a RMBH, pode ter um efeito contrário ao esperado no que se refere a melhores condições de vida, se entendemos o poder de consumo como parte dessas condições. E denominamos de precariedade transnacional a condição de vida do migrante haitiano que vive no Brasil, sugerindo que as condições de vulnerabilidade e susceptibilidade do sujeito também são multissituadas e influenciadas pela dimensão étnico-racial e de classe.

Figura 7. Foto de *Através*. Obra de Cildo Meireles

Fonte: Inhotim

Esta obra de Cildo Meireles retrata as fronteiras e os territórios produzidos nos espaços.

5 TERRITÓRIO

*Viver é superdifícil
O mais fundo
Está sempre na superfície
(Leminski)*

Nos estudos sobre território na Geografia, há um consenso de que território não se trata apenas de um fenômeno puramente físico. Gottmann (2012), ao discutir a evolução do conceito de território, trata seu caráter mutante ao longo dos séculos. Desde o debate sobre isolamento x cosmopolitismo, revisitando os filósofos gregos, à ideia de divisão territorial baseada em sistemas de lealdade, como a fé, o território é marcadamente um conceito político e geográfico “porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos” (p.29). Ainda de acordo com o autor, território e soberania são conceitos conectados no contexto atual, aliados à preocupação do bem-estar do povo que o ocupa. Mas, para proporcionar esse bem-estar, o autor alerta para um conflito entre circulação e iconografia, em que a circulação de bens possui valores diferentes de como os homens organizam seu espaço e que também atravessa a definição de território:

Esse tem sido, desde tempos imemoráveis, um conflito entre circulação e “iconografia” (GOTTMANN, 1952), cujos resultados têm moldado a organização política do espaço. Nós entramos aqui num caminho que pode nos levar para além do propósito deste artigo, mas devemos mencionar que, enquanto a circulação se estende e se intensifica e derruba as fronteiras, as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos. As fronteiras mais duras atualmente são aquelas da lealdade à fé ou à doutrina. A era aberta 500 anos atrás pode estar se fechando. (p.543)

Para Raffestin (1993), a partir de uma tradição francesa de estudos sobre as relações de poder: “O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (p.58). De acordo com Saquet (2007), Raffestin orientou-se em produzir uma compreensão geopolítica do espaço construindo um esquema descritivo de como se produz um sistema territorial. Segundo Raffestin (1993):

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (p.150)

Assim, partindo de um conjunto de conceitos, nós, tessituras e redes, Raffestin delimita campos de ações (de poder). Esses conceitos, organizados hierarquicamente, produzem controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. De acordo com D. Fernandes (2009):

As malhas são heterogêneas, interligadas, possuem elementos que as complementam: pontos, nós, aglomerações de indivíduos ou grupos. Os nós são interdependentes, podem se relacionar e comunicar-se, assim, o conceito de rede é chave na sua leitura. Para ele “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (Raffestin, 1993, p.204). É a partir desse sistema que a territorialidade humana acontece e ganha complexidade. (p.64)

Em uma perspectiva que tenta discutir o espaço e seus conceitos, Santos et al. (2000) refletem que a espacialidade a que nos referimos ultrapassa a noção de espaço, que pode ser entendido enquanto espaço geográfico e, nas palavras dos autores:

Trata-se do espaço de todos os homens, não importam suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. (p.3)

Portanto, o espaço comporta as mobilidades, o campo migratório e a dinâmica social dos sujeitos. Não se constitui somente enquanto espaço fixo, mas como sítio de sentidos e ações. Analisar a localização do sujeito no espaço é considerá-lo dinâmico, vivo. Não se trata de uma localização mapeada por números, mas por tentativas de entendimentos sobre como o sujeito se apropria do espaço. Nesse sentido complementa Hissa (2009):

Ainda que a economia tenha subvertido corpos, tanto os fixos como os moventes, dotando-os de imagens e de valores econômicos, será sempre possível compreendê-los a partir da relação que estabelecem com o mundo – que não é exclusivamente mercado de mundo – que, por sua vez, expressa-se nos lugares, nos territórios, nas paisagens. (p.50)

O espaço usado constitui o que chamamos de território e oferece-nos condições para compreender o migrante e a construção de sociabilidades presente nas trajetórias. Para Santos et al, (2000):

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes.... convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (p.3)

Assim sendo, a noção de território auxilia-nos na compreensão e na descrição das sociabilidades construídas em determinados espaços apropriados pelos sujeitos, pois é “o uso do território e não o território em si, que faz dele objeto de análise social” (Santos, 1994, p.15).

O território, usado como sinônimo de espaço humano, espaço habitado, permite pensar em vários recortes e, especificamente, em um novo funcionamento do território por meio de verticalidades e horizontalidades (Santos, 1994). De acordo com o autor, horizontalidades são os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial (p.16). São, sobretudo, “a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada” (Santos, 2002, p.284). Já as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. São extensões que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia (Santos 2002, p.24). E esses pontos distantes são ligados a partir das redes.

A coexistência de processos de horizontalidades e verticalidades no território cria um acontecer solidário. De acordo com Santos (2002), a noção de solidariedade não é entendida em sua perspectiva moral, mas refere-se à realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum (p.166). Esse acontecer solidário pode acontecer sob três formas: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. No acontecer homólogo há contiguidades funcionais que, a partir da informação, criam similitudes funcionais, como é o caso

das áreas de produção agrícola ou urbana. O acontecer complementar ocorre em consequência de necessidades modernas de produção e do intercâmbio geograficamente próximo – é o caso, por exemplo, das relações entre cidade-campo ou cidade-cidade. Já o acontecer hierárquico, de acordo com Santos (1994),

é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço. (p.17)

Nesse acontecer solidário, que se apresenta nas três formas, a informação desempenha a função de unir as diversas partes de um território. No acontecer homólogo e no acontecer complementar, o cotidiano é compartilhado por regras que podem ser formuladas ou reformuladas localmente. No hierárquico, a informação é tida como um privilégio, um segredo fornecido pelo outro. Se no primeiro caso há uma primazia das formas com a relevância das técnicas, no acontecer hierárquico a relevância não é da técnica, mas da política.

No acontecer homólogo e complementar criam-se as horizontalidades, e no acontecer hierárquico produzem-se as verticalidades. De acordo com Santos (1994):

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base da vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais. (p.19)

E, na globalização, cuja aparência geográfica é o que Santos (2002) denomina como meio técnico-científico-informacional e define como o

meio geográfico do período⁷³ atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir de mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. (p.235)

⁷³ De acordo com o autor, a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

A mobilidade torna-se regra, e o movimento se sobrepõe ao repouso, e “a circulação é mais criadora que a produção” (Santos, 2002, p.327). E nesse cenário tudo muda de lugar: homens, mulheres, mercadorias, produtos, ideias, imagens, produzindo uma determinada desterritorialização, que frequentemente é uma palavra utilizada no sentido de estranhamento, que é também desculturização (p.328).

Os movimentos migratórios possuem diferentes relações com o território. Se considerarmos a cidade, trabalho materializado (Nogueira, 2009), e a definição de tempos na cidade, sendo o tempo rápido o tempo hegemônico das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento o das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas (Santos, 2002, p.22), os migrantes, considerados homens lentos⁷⁴, pois vivem no tempo lento, têm a capacidade de produzir resistências e reinventar a cidade. Ao contrário dos que vivem nos tempos rápidos, em que o automatismo urbano não possibilita outras direções na aceleração contemporânea, os migrantes vivem um esforço heroico de repensar o vivido e de construir novos entendimentos. Santos (2002) destaca que, no viver no tempo lento, ao contrário do que acredita a teoria atualmente hegemônica, a descoberta de um novo saber se torna mais fácil e sustenta que

a força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a consequente (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações interpessoais, a ação comunicativa. Assim, o que parecia uma inferioridade, na realidade é uma vantagem. (p.329)

Mesmo situado nas contradições do presente, é o migrante quem tem a capacidade de pensar o futuro do território. E também a força para construir vivências horizontais.

⁷⁴ Santos (2002) define como homens lentos: “Homens lentos, que, na cidade, têm mobilidade – e podem percorrê-la e esquadrihá-la – acabam por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens lentos, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações”. (p.325)

De acordo com Nogueira (2009), a psicologia desconsiderou a dimensão espacial em seus estudos sobre a compreensão do sujeito. Segundo a autora,

O processo psicossocial é atravessado por experiências simbólicas intimamente relacionadas com a esfera concreta, material e social: a “subjetividade” só existe enquanto materialidade – o que aqui entendemos como “a materialidade da dimensão subjetiva”. (p.72)

Nesta pesquisa buscamos fazer um recorte teórico de uma perspectiva geográfica que se aproxima da compreensão material da subjetividade. Sendo assim, a noção de território e de conceitos derivados auxilia-nos a pensar a materialidade da dimensão subjetiva da migração e seus impactos sobre o sujeito; o deslocamento entre territórios; a construção de territórios da e na mobilidade; o esforço de pensar e apropriar-se de novos territórios, outras cidades; e a resistência à temporalidade rápida que implica na produção de uma nova história.

5.1 Territorialidades da migração

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer. Anastácia, cidade enganosa, tem um poder, que às vezes se diz maligno e outras vezes benigno: se você trabalha oito horas por dia como minerador de ágatas ônix crisóprastos, a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia quando não passa de seu escravo.

[Ítalo Calvino. (1972). *Cidades Invisíveis*. As cidades e o desejo 2]

Falar de espacialidade, e mais especificamente de território nesta pesquisa, faz sentido a partir do nosso trabalho de campo. No início da pesquisa, nosso objetivo era estudar as trajetórias de trabalho, mas o território emergiu como uma categoria importante para a compreensão das dimensões psicossociais da migração, na medida em que entendemos que o sujeito se apropria de territórios, e a relação com o espaço pode revelar situações e modos de vida na migração. O que inclui o seu deslocamento entre fronteiras internacionais, os trajetos até ao Brasil, o bairro onde mora e os bairros onde a vida acontece.

Assim sendo, a noção de território auxilia-nos na compreensão e na descrição das sociabilidades construídas em determinados espaços apropriados pelos sujeitos. O uso desses diferentes territórios produz diferentes territorialidades, que, de acordo com B. M. Fernandes (2009), “são as representações dos tipos de usos dos territórios” (p. 205). Assim, uma multiplicidade de territorialidades pode coexistir em um mesmo território, de acordo com apropriações econômicas, culturais, laborais e acadêmicas. Podemos pensar que no bairro Petrolândia, um dos bairros onde moram os haitianos e que também é sede da associação *Kore Aysyien*, os migrantes constroem uma territorialidade, que define um modo de se deslocar na região metropolitana; que envolve a convivência com os vizinhos, as rotas para o trabalho, e que configura um uso da cidade. Como pesquisadora, percorremos os lugares que fazem parte dessa territorialidade dos migrantes haitianos, que vão desde os trajetos de ônibus e a relação com as pessoas dentro do ônibus, quanto os caminhos no bairro, e a relação do bairro com a cidade de Contagem. São significados e usos da cidade diferentes.

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (p.158). O mesmo autor acrescenta ainda que a “territorialidade se inscreve no quadro de produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse” (p.161). Portanto, o termo territorialidade abarca diversos usos e construções no território.

Se pensarmos na territorialidade dos haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte, local de realização da pesquisa, identificaremos que são territórios que não estão ligados espacialmente, mas apropriados com a perspectiva migratória, ou seja, os pontos de ônibus que se destinam ao bairro onde os haitianos habitam; os percursos para o trabalho, para o curso de português, para o culto religioso e para acessar as entidades de apoio ao migrante. E que não se restringem somente àquele bairro, mas à uma rede social da migração haitiana. No centro da cidade de Belo Horizonte, na Avenida Amazonas, uma das principais da cidade, o Centro Zanmi aparece como referência no atendimento aos migrantes e refugiados; próximo à instituição, o *shopping center* onde compram passagens aéreas, a casa

de câmbio que executa os processos de remessa para o exterior e as rotas percorridas no centro⁷⁵ até o ponto de ônibus que os levam até suas casas.

A fim de cartografar as territorialidades referentes ao campo migratório dos haitianos, produzimos dois mapas: um com o local de residência dos haitianos, de acordo com pesquisa realizada por Fernandes e Castro (2014) (Figura 8); o outro, com o local de residência dos haitianos entrevistados e a sede da associação dos haitianos de Contagem (Figura 9 a seguir).

Figura 8. Mapa de localização dos haitianos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, de acordo com pesquisa realizada por Fernandes e Castro (2014).

No mapa anterior (Figura 8) identificamos bairros pertencentes a alguns municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte: os bairros Tropical, Petrolândia, Kennedy e São Sebastião, localizados em Contagem, sendo estes

⁷⁵ Na Av. Santos Dumont, na capital, por exemplo, localiza-se um shopping popular que sempre temos como referência daquela região. Em uma das entrevistas, enviamos mensagem ao entrevistado após 30 minutos de atraso e ele disse que estava nessa avenida. Então comentamos que ele estava fazendo compras num shopping popular, e ele respondeu que não sabia que tinha um shopping popular ali. Naquela região está localizado o ponto de ônibus que faz a rota da sua casa para o centro de Belo Horizonte.

últimos próximos à Ceasa ⁷⁶. E os bairros São Pedro, em Esmeraldas, e Veneza, em Ribeirão das Neves. Uma das possíveis explicações para tais residências pode ser o fato de serem cidades e bairros próximos à Ceasa, nas proximidades ou com fácil acesso à BR-040.

Essa região pode ser considerada característica do que Santos (1977) denomina circuitos econômicos inferiores. De acordo com o autor,

o sistema inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de “capital não intensivo”, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala e não-moderno. (p.39)

Os circuitos econômicos superiores diferenciam-se dos circuitos econômicos inferiores, pois são compostos, segundo Santos (1977), de “negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte” (p.38). De acordo com o autor, os circuitos distinguem-se em como organizam as atividades, o uso diferente de tecnologia e dos capitais. De acordo com Cataia e Silva (2013), na atualidade há que se considerar outros fatores da distinção dos circuitos:

(i) o aprofundamento da interdependência dos lugares, (ii) as diferenças e desigualdades regionais, (iii) o uso de novas tecnologias pelo circuito inferior, (iv) a expansão do crédito e do consumo entre os pobres e, por fim, (v) a avaliação dos ramos de atividades, ou seja, a avaliação dos circuitos espaciais de produção por ramo de atividade. (p.64)

No caso da Ceasa, como uma central de escoamento, recebe e distribui produtos, configurando uma interdependência entre os lugares. Há também o uso de novas tecnologias no carregamento e no armazenamento dos produtos. Além dessa

⁷⁶ A CeasaMinas – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – é uma empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) O mercado atacadista de gêneros alimentícios de Minas Gerais é um dos principais do país e grande parte está concentrada nas dependências da Unidade Grande BH da CeasaMinas. Esse entreposto reuniu, inicialmente, o comércio atacadista de hortigranjeiros da Grande BH e promoveu significativa melhoria no comércio e abastecimento destes produtos.... A partir de 1980, teve início o processo de transferência, de Belo Horizonte para o entreposto, do comércio atacadista de cereais e produtos alimentícios e não alimentícios industrializados – como rações, concentrados, fertilizantes, defensivos, implementos agrícolas, embalagens, produtos de higiene e limpeza. Hoje, a unidade da CeasaMinas em Contagem é considerada a central de abastecimento mais diversificada do mundo. Recuperado em 23 de setembro de 2016, de <http://www.ceasaminas.com.br/>.

caracterização, há também, em espaços contíguos, empresas que atuam no ramo de distribuição, transporte e armazenamento, portanto, no mesmo ramo de atividade. São galpões grandes de distribuidoras de supermercados situados em bairros próximos à Ceasa e à BR-040 e que funcionam em vários turnos. Em uma visita a um desses bairros para uma entrevista, várias percepções e impressões descritas no caderno de campo ajudam a caracterizar a região:

Não consegui encontrar no Google Maps o endereço que ela havia me passado. Então decidi procurar na internet. Sabia que era próximo à Ceasa. Depois de procurar uns 15 minutos o local e sem ninguém para dar informação, pois era domingo e ao redor estava deserto, decido procurar no mapa visualmente sem digitar o endereço solicitado. A rodovia BR-040 separa o bairro que preciso ir da Ceasa, onde eu estava. Atravessá-la de carro implicou dar voltas dentro de outros bairros. Para atravessá-la a pé existem poucas passarelas distantes. Os pontos de ônibus ao longo da rodovia são afastados, além de não oferecerem lugares seguros para pedestres. Um local em que há muitos trabalhadores situados em uma região que privilegia veículos. (Trecho de diário de campo)

Próximo à residência da interlocutora, onde se realizou a entrevista, havia muitos galpões em um bairro caracterizado por anúncios de compra, venda e transporte de verduras e hortaliças e muitas caixas de madeira utilizadas no transporte desses produtos espalhadas pelas calçadas. A interlocutora relatou, durante a nossa entrevista, que, apesar de morar próximo à Ceasa, onde trabalhava, ia de ônibus porque era muito distante para ir a pé e também perigoso, como observado no diário de campo.

Essas características também auxiliam a distinguir a Ceasa e adjacências como um espaço do circuito inferior econômico, embora Santos (1977) caracterize as vendas por atacado e os transportes como atividades de categoria mista, em função de sua dupla ligação. Sendo assim, o atacado constituiria o ápice do circuito econômico inferior. De acordo com Cataia e Silva (2013),

o circuito inferior se aproveita dos espaços mais deteriorados dos centros urbanos, pois os aluguéis são mais baixos, mas esses espaços são finitos, por isso, para intensificar o seu uso, o comércio do circuito inferior também é realizado nas noites e madrugadas. Ou seja, o uso da cidade impõe novos ritmos à vida e às atividades econômicas, cada atividade tem um lugar no espaço e um lugar no tempo. (p.65)

Figura 9. Mapa de residência dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, de acordo com o local de realização das entrevistas.

As residências que conhecemos durante a realização das entrevistas não se localizavam somente nas proximidades da Ceasa. A partir do mapa de residência dos entrevistados (Figura 9), percebemos que dois haitianos se localizavam em outros bairros de Contagem, embora um deles tivesse começado a trabalhar na Ceasa e atualmente está empregado em outro setor. A escolha do local de residência também poderia estar ligada ao fato de que ele conhecia haitianos que residiam em determinados bairros. Nas entrevistas realizadas, apenas uma interlocutora morava em bairro diferente daqueles onde já havia haitianos. Quando chegávamos aos bairros para as entrevistas, podíamos perceber a circulação de mais haitianos pelo bairro, pelas casas, inclusive indo visitar outros compatriotas nas proximidades. A escolha do lugar de morada pode variar em função de vários fatores, como explica Raffestin (1993):

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. (p.151)

Nas territorialidades do campo migratório de haitianos também frequentamos territórios que serão descritos a seguir: o Centro Zanmi, as reuniões do COMITRATE e as reuniões da associação *Kore Aysyien*.

Nosso primeiro contato com o Centro Zanmi foi em 2013, durante reunião para a criação de uma rede de acolhimento em Belo Horizonte, organizada pela Secretaria de Política de Igualdade Racial em Belo Horizonte, como já descrito no capítulo anterior. Até o momento não se conhecia nenhuma entidade em Belo Horizonte que acolhesse migrantes e refugiados.

Em uma primeira visita ao Centro, em 2014, notamos um grande movimento de pessoas, em sua maioria homens e negros. A ONG, embora financiada pelos jesuítas⁷⁷, ressalta que não exerce influência religiosa e que existe oficialmente desde 2013, apesar de realizar trabalhos desde 2012, no atendimento administrativo e jurídico, principalmente na área de regularização da situação de passaportes, de renovação de vistos e de solicitação de refúgio. Também atua na área social, promove cursos de línguas e atividades culturais, ofertando aulas de português em várias localidades de Betim, Contagem e Belo Horizonte, além de outras demandas. Chamou-nos a atenção o grande número de imigrantes que trabalham na ONG (pessoas vindas da Venezuela, da França, da Colômbia, do Chile). Entretanto, uma das principais críticas vinda de alguns haitianos, com quem pudemos conversar ao longo da pesquisa, foi justamente o fato de o Centro Zanmi atender, em sua maioria, haitianos e não ter nem sequer um haitiano trabalhando na equipe. Em dados fornecidos pela internet⁷⁸, de julho a novembro de 2014 foram 338 atendimentos de pessoas com nacionalidade haitiana; em segundo lugar, cinco pessoas com nacionalidade colombiana e cinco bolivianos.

Outro espaço que frequentamos entre 2015 e 2016 foram os encontros para a criação do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (COMITRATE), que se iniciaram em junho de 2015 e em setembro a partir do Decreto nº 46.489 instituído. O Comitê, criado com a pretensão de ser paritário,

⁷⁷ Ordens Filhas de Jesus e Companhia de Jesus.

⁷⁸ Recuperado em 22 de janeiro de 2017, de: <https://prezi.com/bgzcw8bifaax/centro-zanmi/>.

compõe-se de 28 membros do poder público e 28 membros da sociedade civil, embora esta seja representada por apenas 10 entidades⁷⁹ eleitas, que tomaram posse no mandato de dois anos em janeiro de 2016. São instituições diversificadas e que atuam em vários setores: grupos de pesquisa e extensão que se debruçam sobre a temática da migração, como o grupo de estudo Distribuição Espacial da População da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Gedep/PucMinas) e a Clínica de Direitos Humanos/UFMG; a Clínica do Trabalho Escravo/UFMG, entidade que executa o programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas; o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI), instituição de referência para o acolhimento de migrantes e refugiados; o Centro Zanmi; entidades que possuem aproximações religiosas, seja pelo financiamento, seja pela gestão próximo a igrejas, Cáritas, Jovens Com Uma Missão (Jocum), Providência NSC, Comunidade “Ele Clama”, e instituições que se situam na rede de direitos, como o Instituto DH, FETAEMG e Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Após a eleição, o funcionamento do COMITRATE foi instituído em encontros gerais intercalados com encontros de Câmaras Técnicas criadas diante da extensão e da diversidade de temas. São elas: I - Tráfico de Pessoas; II - Trabalho Escravo e Infantil e III - Migração, Refúgio e Apátrida. O Instituto DH, instituição na qual somos representante titular, participa da Câmara Técnica III. A ideia das câmaras técnicas é elaborar planos específicos de cada área, justamente pelo fato de as duas primeiras câmaras tratarem de violações de direitos dos migrantes e a terceira ser um plano de acolhimento, portanto, na esfera da garantia de direitos.

No primeiro encontro antes da criação do Comitê, somente o Centro Zanmi oficialmente tinha como objetivo o atendimento a migrantes e refugiados. As demais instituições e entidades eram plurais no que se refere aos seus objetivos: desde o fortalecimento da rede em direitos humanos à recuperação de “dependentes químicos”. Uma das questões afeta ao funcionamento do COMITRATE é que oficialmente nenhum migrante tem representação no comitê, seja individual, seja em grupo, como por exemplo, a *Kore Aysyien* (associação dos haitianos de Contagem-

⁷⁹ Jocum; Cáritas; Gedep/Puc Minas; Centro Zanmi; Providência NSC; FETAEMG; Ijuci; Instituto DH; Comunidade “Ele Clama”; Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Além das 10 entidades, outros dois grupos de pesquisa vinculados à UFMG também compõem o COMITRATE: Clínica de Trabalho Escravo e Clínica de Direitos Humanos.

MG). A outra questão refere-se ao número de entidades da sociedade civil necessárias para atingir uma condição de paridade, dificultando o alcance do objetivo proposto.

A *Kore Aysyien* constituiu-se enquanto um espaço de representação em dezembro de 2015, quando foi eleita sua diretoria, buscando um espaço de visibilidade e representação da temática migratória e suas pautas. De acordo com Barros, Rosa e Phanel (2016),

a *Kore Ayisyen* surge a partir da organização de um grupo de haitianos/as residentes na cidade de Contagem que não se sentiam representados nos muitos fóruns e comitês que estavam discutindo e pautando a temática migratória no estado de Minas Gerais. E é por meio da reivindicação deste espaço de voz que a comunidade haitiana organiza sua associação, buscando apresentar sua cultura e lutando por inclusão nas políticas públicas. (p.2)

Apesar de o grupo funcionar nos espaços virtuais (em grupos de conversa de aplicativos de *smartphone*), reúne-se na sede da associação, situada no bairro Petrolândia. No local residem vários haitianos, e as reuniões são realizadas na entrada da residência, na garagem, sede da associação. Nas paredes há bandeiras do Haiti pregadas e frases em *creóle*, com o nome das comissões da associação. As reuniões da diretoria acontecem sempre no último domingo do mês e, quando há demanda, em outros domingos. O dia escolhido se dá em função da rotina de trabalho dos associados, que é diversificada (trabalho noturno, trabalho em horário comercial, trabalho também aos sábados), das aulas de português, que geralmente são aos sábados, e dos cultos religiosos, que geralmente são aos sábados à noite ou nos domingos de manhã. Enquanto as reuniões acontecem, circulam pelo espaço haitianos que saem para trabalhar, para ir à igreja, e que não participam da associação.

No ano de 2016, o grupo organizou as festividades do Dia da Bandeira e conseguiu mobilizar haitianos de outros municípios. Devido à inserção do presidente da associação na Secretaria Municipal de Educação do município de Contagem, também entrevistado nesta pesquisa, a associação conseguiu, através de eleição, um assento no Conselho Municipal de Cultura de Contagem, mesmo sem o CNPJ. E como membro do conselho, obteve a concessão da Casa da Cultura para a

realização do evento, que contou com culinária haitiana, apresentações teatrais e musicais.

As territorialidades construídas nos fazem pensar a RMBH como o espaço por excelência deste estudo. Apresentamos o local de residência de haitianos e também o local de residência dos entrevistados. O Centro Zanmi, o COMITRATE e a *Kore Ayisyen*, embora ocupem funções diferentes na cidade, participam do território usado nesta pesquisa, mas, enquanto territorialidade haitiana, o COMITRATE, esfera governamental, não se inclui como um território, pois, apesar de serem assunto de pauta, os migrantes haitianos não possuem representação.

Os entrevistados revelam uma estreita relação entre valor, espaço e condição social, inseridos em um sistema técnico-científico-informacional, em que a informação aliada à tecnologia científica organiza e gere as relações socioespaciais. De acordo com Santos (1987):

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (p.81)

Nesse sentido, a comparação entre um haitiano e um brasileiro feita por Massilon demonstra que o acesso à informação pode ser diferente para ambas as nacionalidades e tem como consequência também apropriações diferentes do mesmo espaço:

se você saber [sic] algo mais do Brasil, do que tá passando, dos seus direitos, do que você tem que fazer, quando você precisa [sic] uma coisa que você tem que fazer, você tem ideia, você não é como haitiano, haitiano não sabe mesmo, não sabe. Você tem que ter amigo brasileiro, imagina, sempre eu vi brasileiro tá falando [sic] parque municipal. Eu tenho um ano e três meses e não sei onde é.

Gérard, também ao comparar o Brasil e o Haiti, cita elementos não somente físicos tais como estrutura de saneamento básico, energia elétrica, mas também as relações que se estabelecem no e com o espaço. Repensar a apropriação do espaço, construir outras territorialidades demanda do homem lento uma velocidade lenta.

Porque tem coisa que não faz falta, como que eu disse, a luz que não teve lá não faz falta, água potável que tem aqui não faz falta. (...) tem coisa maravilhosa que não faz falta pra gente, porque o ambiente que você viveu, que você nasceu, que você conhece, você já era pessoa, você já é, não tem como, porque você não acostuma diante das coisas, sabe? Aí, como você vem pra outro país, é, tem tudo, verdade, mas você não tá feliz. Tanta humilhação, tanto preconceito, tanto [sic] coisa que acontece, quanto medo que você tem.

Apropriar-se de um espaço diferente do que você morou exige um esforço de reflexão e ação distinto daquele de quem vive nele há mais tempo. No caso de Gérard, um migrante haitiano negro, implica construir territorialidades atravessadas pelo preconceito, pela humilhação e pelo medo no Brasil.

Sendo assim, a proposta da associação *Kore Ayisyen* deve ser perpassada por estratégias que reinventem formas de apropriação do território e que incidam no acesso aos direitos. Uma das propostas, por exemplo, a demanda pela equivalência ou revalidação dos diplomas, tem que ser discutida conjuntamente com a mobilidade urbana ou o acesso até aos locais/instituições educacionais. Caso contrário, é possível a manutenção de uma vida precária que também cabe na cidade, uma vida na cidade nos “tempos lentos”, ou seja, a materialidade hegemônica na cidade impõe um ritmo à vida. Podemos pensar que a região da Ceasa, os locais de moradia e o local da associação vivem sob a lógica das “velocidades lentas”. Santos (2001) ajuda-nos a refletir sobre a existência dos tempos hegemônicos e hegemonizados na cidade:

Alguns movimentam-se segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonizados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. (p.22)

E como “velocidades lentas” também conduzem a algumas produções de territorialidades, as rotas de ônibus, os pontos de ônibus, a duração da viagem do bairro até o centro de Belo Horizonte e a duração da viagem até o trabalho indicam que o espaço exerce o papel de coordenador da organização do tempo.

Assim, tentamos realizar a pesquisa no “tempo lento”, compreendendo os sujeitos em seu papel de subordinados e subordinadores da cidade. A relação que o sujeito constrói com os territórios, como se apropria deles e produz territorialidades, constitui uma das dimensões psicossociais da migração, pois desconsiderar a espacialidade é negar o espaço enquanto condição da vida social (Nogueira, 2009). Se entendemos a produção do espaço e a apropriação do território enquanto parte da relação do sujeito com o mundo, migrar, aqui considerada atividade trans-histórica, adquire dimensões que revelam modos de vida e nos auxilia na análise da vida social.

Figura 10. Fotografia de John Stanmeyer

Fonte: World press foto

February 26, 2013

African migrants on the shore of Djibouti City at night raise their phones in an attempt to catch an inexpensive signal from neighboring Somalia — a tenuous link to relatives abroad.

Djibouti is a common stop-off point for migrants in transit from such countries as Somalia, Ethiopia and Eritrea, seeking a better life in Europe and the Middle East.

6 O TRABALHO: ATIVIDADE PERPASSADA

Neste capítulo apresentaremos o conceito de trabalho utilizado enquanto referencial durante a pesquisa. Iniciamos com uma fotografia reveladora de duas características dos movimentos migratórios atuais, incluindo também o movimento migratório realizado pelos haitianos. A foto de John Stanmeyer (2013) foi feita na cidade de Djibouti, capital do país africano Djibouti, e captura um momento em que migrantes africanos (Eritreia, Etiópia, Somália) buscam um sinal de telefone celular que não é possível ao longo do percurso até ali. Seus destinos são para países da Europa ocidental em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A primeira característica refere-se à importância da informação para a mobilidade. O acesso à informação via celular ou qualquer outro modo de obter informação passa a ser um acessório dos migrantes, que se comunicam com os familiares que ficaram nos países de origem, acessam informações sobre os trajetos e o país do destino, e também se comunicam com o contato nesse país, quando o possuem. Uma segunda característica, já citada anteriormente, refere-se à busca de melhores condições de vida e de trabalho. Se antes de 2000, de acordo com a ONU, as migrações tinham um sentido predominante sul→norte, desde os dados captados a partir de 2000, o padrão de mobilidade muda para sul→sul. Essa mudança convoca a questionamentos e reordenações nas teorias que versam sobre os migrantes e a relações com os territórios usados. Nessas mobilidades, o trabalho, atividade enigmática da sociabilidade humana, adquire um papel de destaque, pois, na atual fase do sistema capitalista, é a via de acesso a melhores possibilidades de vida. Não somente para si, como também para as familiares e amigos cujo dinheiro da remessa os sustenta.

Neste capítulo discutiremos o conceito de trabalho a partir de uma definição marxiana, buscando acrescentar características a esse conceito através de aspectos psicossociais. Também abordaremos as divisões técnicas e sociais do trabalho, questionando a contradição contida na expressão trabalho informal, e apresentaremos outras possibilidades, como a de trabalho não mercantil. Para pensar o trabalho do migrante na atualidade, utilizaremos o conceito de trabalho sujo para compreender essa realidade, questionaremos o conceito de trabalho utilizado

nas perspectivas teóricas sobre migração e proporemos outro lugar e outra leitura para os dados estatísticos sobre migração e trabalho.

O trabalho, em sua formulação marxiana como fundante do sujeito, adquire duas dimensões: uma dimensão considerada trans-histórica e uma dimensão histórica (Lima, 2002). No seu sentido trans-histórico referimo-nos ao trabalho como produtor de sociabilidades e que estrutura o sujeito, à atividade de transformar a realidade e ser transformado por ela, de produzir história. Nas palavras de Marx (1993):

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (p.50)

Nesse sentido, o trabalho perpassa os tempos históricos, pois é condição de existência do sujeito, que “funda o mundo dos homens... que permite o salto ontológico que possibilita a existência social” (Organista, 2006, p. 13). Essas definições também reforçam a ideia do fim e/ou da não existência da centralidade do trabalho defendida por autores como Hannah Arendt (1995), Claus Offe (1989), André Gorz (1982), Dominique Medá (1999). Eles se referem a esse fim ou à sua ausência de centralidade a partir de duas análises: o questionamento sobre o caráter organizador e constitutivo do trabalho em relação às subjetividades engendradas em uma identidade coletiva (Organista, 2006) e a constatação da diminuição de trabalhos regulados pelo assalariamento. Tais análises não são suficientes para afirmar a perda da centralidade do trabalho na sociedade atual (Organista, 2006, Antunes, 1995). A partir da nítida confusão em suas análises entre as categorias trabalho e emprego (Lima, 2011), os autores não apreendem a distinção existente entre elas, visto que o trabalho “é ineliminável da existência humana”, enquanto o emprego “é uma construção histórica” (Organista, 2006, p.10).

Já no seu sentido histórico, o trabalho é marcado por modos como a sociedade estrutura sua existência e sua produção. É uma construção histórica e adquire diversas formas em diferentes épocas, e, como apontam estudos de

diversas disciplinas, o trabalho, no modo de produção capitalista, adquire uma dimensão marcadamente alienante⁸⁰ e potencialmente adoecedora⁸¹. Por outro lado, a partir dessa condição prescrita do trabalho, ou seja, a atividade⁸² circunscrita por normas, é possível produzir resistências no trabalho real⁸³ que tentam superar a alienação e o adoecimento tanto em níveis coletivos quanto individuais⁸⁴.

Para outros autores, o conceito de trabalho pode envolver as duas dimensões (transistórica e histórica), considerando as leituras a partir de diferentes olhares. Para Lhuillier (2005), o trabalho não seria somente ligado à atividade, mas também às trocas e produções no contexto laboral:

Trabalhar não é apenas dedicar-se a uma atividade. É também estabelecer relações com os outros, envolver-se em formas de cooperação e de troca, inscrever-se numa divisão de postos e das tarefas, confrontar os pontos de vista e as práticas, experimentar e dar visibilidade às capacidades e aos recursos de cada um, transmitir saberes e capacidades, validar as contribuições singulares... é, enfim, ser capaz de pôr sua marca no seu ambiente e no curso das coisas. (p.210)

E complementa, a partir dessa definição no Dicionário de Psicossociologia, que o reconhecimento é elemento de destaque na busca por sua marca no mundo, pois:

Le travail n'est pas le champ d'expression des désirs, des besoins personnels. Il n'est pas ce qui permet l'assouvissement de soi hors contraintes imposées. À contrario, il suppose de composer avec ce qui est hors de soi, ce qui oriente et règle l'activité pour qu'elle puisse être reconnue comme intégrée à la chaîne des activités collectives. Et c'est cette reconnaissance qui contribuera à la conscience de soi par l'effet de miroir produit par les réactions des destinataires de l'activité. Sans cette reconnaissance, il n'y a pas de travail mais

⁸⁰ Lima, 2004; Antunes, 2005; Barros, 2009.

⁸¹ Dejours, 1992; Dejours, 1987; Antunes, 1995; Lima, Araújo, Lima & Neves, 1997; Araújo, 2009; Carreteiro, 2003; Jacques & Jacques, 2009; Lima, 2003; Sato, Lacaz & Bernardo, 2008.

⁸² O conceito de atividade para compreender o trabalho deriva da noção de Schwartz e Durrive (2008): "A actividade é um impulso de vida, de saúde, sem limite predefinido, que sintetiza, cruza e liga tudo o que se representa separadamente (corpo/espírito; individual/colectivo; fazer/valores; privado/profissional; imposto/desejado; etc. ...)" (p. 23).

⁸³ O conceito de trabalho real deriva dos estudos ergológicos inspirados na ergonomia francesa e pode ser entendido como a atividade que é realizada em oposição ao trabalho prescrito, definido como a atividade circunscrita por normas.

⁸⁴ Jacques, 1996; Barros & Pinto, 2009; Oddone, 1980; Sato, Bernardo & Oliveira, 2008; Sato, 2007.

seulement des occupations. Les placardisés disent s'occuper ou être occupés. (2011, p.211, grifo nosso)⁸⁵

Yves Schwartz (1996) convoca-nos a refletir sobre a definição de trabalho, ressaltando que não é possível ter uma concepção simplificada de trabalho, reduzindo-o a uma troca de tempo por salário (emprego), desconsiderando a contingência de tais conceitos com o momento histórico no qual a relação se dá, ou seja, a sociedade de mercado⁸⁶. E apresentando alternativa para as discussões, ele defende que

o trabalho é complicado, como o acreditamos: ele acumula a herança de seus sucessivos nascimentos; se não se inventa nada no campo que denominamos “ergológico”, é preciso ver o que isto quer dizer: nunca compreenderemos inteiramente esta realidade que articula inextricavelmente o antropológico, o histórico, heranças imemoriais e relações sociais extremamente carregadas de sentido. E isto remete a muitas exigências dialéticas para qualquer política futura do trabalho. Alguma coisa enigmática que ele cristaliza em si atravessa e circula entre as diversas formas de atividade das quais algumas têm a forma “emprego” e outras não: trabalho para si ou sobre si, trabalho doméstico, militante, estratégico, político. Toda forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre variáveis para serem geridas, em situações históricas sempre em parte singulares, portanto, o que eu chamo de “usos de si”, “usos dramáticos de si”. Simplesmente, em nossa época, é verdade que a forma do trabalho como emprego ou mercadoria é, de um modo geral, quer dizer, nem sempre, o modo mais rico de ativação dentre estes modos “dramáticos”. (p.151, grifo nosso)

Sendo assim, o autor assume uma postura de inesgotabilidade da compreensão sobre o trabalho e de uma circulação de normas e valores entre as atividades humanas. Tal posição ajuda-nos a caracterizar o trabalho como central na produção de sociabilidades, reconhecendo que suas formas históricas no atual modo de produção configuram-se como emprego e como trabalhos não regulados

⁸⁵ O trabalho não é o campo da expressão de desejos, das necessidades pessoais. Ele não é o que permite o saciamento de si fora das restrições impostas [grifo nosso]. Pelo contrário, parte do princípio de lidar com o que é em si do lado de fora, que dirige e regula a atividade para que possa ser reconhecido como integrado na cadeia de atividades coletivas. E é esse reconhecimento que vai contribuir para a consciência de si pelo efeito espelho produzido pelas reações dos destinatários da atividade. Sem esse reconhecimento, não há trabalho, mas apenas ocupações. Os ‘encostados’ dizem se ocuparem ou estarem ocupados. (2007, p.211, tradução nossa).

⁸⁶ De acordo com o autor, a sociedade de mercado ou sociedade mercantil são “sociedades nas quais justamente o peso do mercado e o fato de se utilizar a atividade humana sob o enquadramento de contratos mercantis são aspectos fundamentais e que perturbam incessantemente a vida cotidiana pelo mundo afora” (Schwartz & Durrive, 2007, p.250).

por essa lógica do assalariamento, e que a discussão que envolve a relação entre emprego e trabalho, ou seja, se todo emprego é trabalho, passa pela dimensão do reconhecimento.

Atentemos nesta pesquisa ao trabalho no modo de produção capitalista, em que a principal característica que o estrutura e mantém é a obtenção do lucro, intimamente vinculada à sua correlata, a desigualdade. Pensar no trabalho nesse contexto implica considerarmos duas características: a exploração da força de trabalho e a opressão sofrida pelo trabalhador.

A exploração da força de trabalho intensificou-se⁸⁷ com o advento das novas tecnologias nos contextos produtivos e também na criação de contextos produtivos globalizados, com outras territorialidades, configurando-se outra cartografia da divisão internacional do trabalho e do capital (Antunes, 2006). A consequência direta da tecnologia nesses espaços é a diminuição dos trabalhos assalariados e regulados por tal lógica. Dominique Lhuillier (2007) alerta que é preciso ter cuidado com a concepção de trabalho somente ligada à dimensão econômica da atividade. “A concepção de trabalho como atividade assalariada obscurece uma grande quantidade de atividades que também atentam para a questão da relação a si mesmo, aos outros, à realidade” (p.102)⁸⁸. Se considerarmos como trabalho somente essa dimensão, excluimos as funções “utilitárias, sociais e identitárias” do trabalho (p.100). Do mesmo modo, considerar o trabalho somente como emprego institui uma dicotomia de “vida no trabalho” *versus* “vida fora do trabalho”, excluindo as atividades referentes às demais áreas da vida como trabalho doméstico, atividades de lazer, sociabilidade formal e informal, e impede a análise dos processos de interação entre as atividades.

⁸⁷ Em uma leitura marxiana, a ideia da exploração do trabalhador está presente como elemento fundamental do modo de produção capitalista como era de se esperar, pois o objetivo é o lucro

⁸⁸ “La conception du travail comme activité salariée laisse dans l'ombre une grande part d'activités où se joue aussi la question du rapport à soi, à autrui, au réel”. Essa afirmação lembrou-nos da discussão feita por Florence Weber (2009) ao encontrar nuances do termo trabalho em uma pesquisa antropológica. De acordo com a autora, o trabalho é um ... termo que só ganha sentido uma vez determinado. Há trabalho para o patrão, trabalho para os outros e trabalho para si, trabalho por conta própria ... trabalho para a fábrica e trabalho para o mundo exterior (p.74).

Já a opressão sofrida pelo trabalhador refere-se tanto a estratégias em situações no trabalho quanto a estratégias sociais do consumo excessivo de bens materiais, incluindo a criação das necessidades desses bens. Uma das ideias mais ativas na atual fase do capitalismo é a noção de flexibilização, que se constitui como uma recusa à burocracia, às normas e regras de trabalho, que podem mudar a qualquer momento. O trabalhador tem que estar preparado para essas mudanças, “ser flexível”. Diante disso, a ideia de construir uma carreira, de construir uma identidade a longo prazo se desmorona. A experiência não é mais necessária, os valores também são flexíveis e a ética, antes pautada na convivência a longo prazo, também tem que ser flexível. Esse contexto corrói valores e experiências e o trabalhador vive à deriva de novas tensões cotidianas (Senett, 1999/2014). O autor ainda afirma que

o sistema de poder que se esconde nas modernas formas de flexibilidade consiste em três elementos: reinvenção descontínua de instituições; especialização flexível de produção; e concentração de poder sem centralização. Os fatos que se encaixam em cada uma dessas categorias são conhecidos da maioria de nós, nenhum mistério; já avaliar a consequência deles, é mais difícil. (p.54)

E as consequências dessa corrosão do caráter têm que ser pensadas a partir da ideia de flexibilidade como uma ferramenta que reinventa as práticas de dominação e também de alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho. Uma das consequências que se apresenta diante da instabilidade e das tensões constantes é a adaptação do trabalhador e a relação que ele estabelece com o trabalho. Há trabalhadores que conseguem adquirir “competências adaptáveis ao mercado” (Barros & Carreteiro, 2011, p.213). E há trabalhadores que, não conseguindo adquirir tais competências com encadeamentos tanto estruturais quanto subjetivos, reinventam formas de trabalho para sobreviver. De acordo com Sato (2013):

Há um mercado de trabalho, invisível, mantido e reproduzido por pessoas que se vinculam a comunidades e redes de relações interpessoais. Nele, trabalho no mercado formal, no mercado informal, emprego e desemprego convivem sem barreiras. (p.106)

Portanto, algumas dicotomias, antes com polos distantes e crivados, encontram-se diante da falida e nunca atingida proposta de pleno emprego. Se antes a cidadania no Brasil era regulada pela carteira de trabalho, ou seja, pelo mercado formal de trabalho (Carreteiro, 2001), agora, de acordo com Souza (2009), o ideal de sobrevivência do trabalho que “indignifica o homem” é do que não fazer, o que não ser, o que diminui essas distâncias e faz surgirem nuances do trabalho que não é regulado pelo salário.

Na esfera dos trabalhos informais⁸⁹, invisíveis quando pensamos em políticas públicas que alcancem esses trabalhadores, configura-se uma variabilidade de trabalhos e regulações (Alves & Tavares, 2006). O trabalho informal seria também uma tentativa de renormalização dos meios de vida, e o trabalho mercantil seria a referência ocidental para se pensar o trabalho de maneira que, quando nos referimos ao trabalho, pensamos no trabalho mercantil. A centralidade do trabalho mercantil nas sociedades ocidentais foi discutida por Sahlins (1980):

Na cultura ocidental, a economia é o principal lugar da produção simbólica. Para nós, a produção de mercadoria é ao mesmo tempo o modo privilegiado de produção e de transmissão simbólica. O caráter único da sociedade burguesa consiste não no fato de que o sistema econômico escapa à determinação simbólica, mas naquele de que o sistema econômico é estruturalmente determinante. (1980, p.262)

Nouroudine (2011) afirma que a expressão trabalho informal é contraditória se entendemos que o trabalho é uma atividade e que toda atividade tem normas (Canguilhem, 2006). Sendo assim, podemos entender que o que chamamos de trabalhos informais são tentativas de renormalizações e que suas regulações e normas podem ser mais difíceis de apreender, pois se trata de normas orais, não escritas, inscritas no cotidiano da atividade de trabalho.

⁸⁹ A existência dos trabalhos informais ou não assalariados e a sua condição esquecida nas pesquisas acadêmicas, sobretudo em psicologia, nas palavras de Leny Sato (2013) não significa enaltecer ou romantizar a precariedade desses trabalhos não regulados e não protegidos. Reconhecer sua existência significa reconhecer a desigualdade de direitos sociais (trabalhistas e previdenciários) (p. 108).

Fora da esfera do trabalho mercantil ou trabalho “*strictu sensu*” (Schwartz, 2000), ⁹⁰e também diferente do trabalho dito informal, encontra-se o que pode ser identificado como trabalhos não mercantis. Tais atividades estruturam-se a partir de outra lógica além do ganho, da valorização e do reconhecimento social. Por meio desse trabalho é possível obter, a partir de trocas, bens e serviços úteis à sobrevivência. O que está ausente nesse tipo de atividade é a dimensão mercantil, em que os bens e os serviços são considerados mercadorias. Mas a dimensão econômica permanece, pois há circulação do que é produzido.

Para além dessa divisão técnica e social do trabalho entre mercantil e não mercantil, existe a divisão moral e psicológica, que se caracteriza por uma separação entre atividades reconhecidas e valorizadas socialmente⁹¹ e, do outro lado, por atividades delegadas, invisíveis socialmente e desvalorizadas, constituindo este último o campo do trabalho sujo. De acordo com Lhuillier (2005):

Tout travail implique des jugements en termes de valeur et de prestige. Et tout discours sur le travail réalisé comporte une rhétorique de la valorisation de soi et de la distinction avec les métiers voisins. Valorisation et distinction qui passent par l'occultation, l'évitement, la délégation ou la subversion du 'sale boulot'. (p.77)

Tais atividades que compõem o campo do trabalho sujo são classificadas e julgadas de acordo com o material com que trabalham, o local de trabalho, o produto do trabalho e também pela maneira como trabalham, por exemplo: prostitutas, catadores de material reciclado, garis, coveiros, entre outros. Outros trabalhos são classificados a partir do lugar onde moram, do país de origem, a partir da sua relação com a lei, das fronteiras legal/ilegal e formal/informal, que hoje se mostram cada vez mais porosas diante das transformações das relações no e do trabalho, tal como ocorre com egressos do sistema prisional, usuários da rede de saúde mental, migrantes.

⁹⁰ A definição de trabalho “*strictu sensu*” é “c’est-à-dire la prestation rémunérée dans une société marchande et de droit” (Schwartz, 2000, p. 678).

⁹¹ A ideia da divisão moral do trabalho pode ser observada em um nível macrossocial em profissões que só podem ser exercidas mediante uma licença, uma habilitação profissional. São profissões reconhecidas e valorizadas.

Em relação ao trabalho do migrante, podemos pensar que o trabalho sujo não seja para todos os migrantes, somente para aqueles provenientes de países do Sul. O trabalho ofertado para um migrante português ou espanhol será diferente do trabalho ofertado para um migrante haitiano ou boliviano, por exemplo, mesmo que ambos possuam a mesma formação. Sendo assim, há na esfera do trabalho sujo, no caso dos migrantes, um atravessamento étnico, de classe social e geopolítico. Em nossa pesquisa, nas entrevistas e na convivência com outros haitianos verificamos que os trabalhos realizados pelos migrantes transitam por estas diferentes modalidades de trabalho: o trabalho formal, o emprego assalariado, o trabalho informal, o trabalho não mercantil e o trabalho sujo. Mas em suas trajetórias laborais há predominância de uma precariedade no trabalho que tem como característica comum a quase impossibilidade de mobilidade social. Entretanto, tais modalidades compõem o espectro de possíveis atividades laborais a serem realizadas. Se ampliarmos para os movimentos migratórios, poderemos acrescentar também o trabalho escravo, que desafia os preceitos éticos de convivência humana.

Os estudos sobre trabalho nas teorias migratórias preocupam-se basicamente com o trabalho enquanto emprego, seja formal ou informal. No trabalho enquanto fator de repulsão (ausência dele) ou de atração (assim chamadas as terras de oportunidades), tudo é mensurável. Mas, e a dimensão do trabalho que escapa dessa mensuração? O que não é mensurável no trabalho? Quais as implicações psicossociais desse trabalho no trabalhador? E as classificações morais e psicológicas dos trabalhos que trazem sofrimento, são hierarquicamente inferiores por supostamente serem braçais sem a necessidade de reflexão?

7 EXPERIÊNCIAS LABORAIS DE MIGRANTES HAITIANOS NA RMBH: O DESPERDÍCIO DA EXPERIÊNCIA E A PRECARIIDADE

Neste capítulo temos como objetivo apresentar as experiências laborais dos entrevistados. Para isso, é necessário situar o contexto laboral no Haiti e o contexto laboral para o migrante no Brasil. A partir da compreensão de tal contexto, apresentamos as trajetórias de trabalho dos migrantes haitianos entrevistados e algumas características comuns, como a curta trajetória de trabalho no Haiti, a precarização da atividade informal dos entrevistados na entrada no mundo laboral brasileiro, o trágico desperdício da experiência e do descompasso entre a formação e a atividade de trabalho realizada no Brasil, com a consequente impossibilidade de transmissão da experiência, e as características de formação do precariado transnacional.

Ao longo do último século, as migrações transatlânticas, no período entre guerras, são, em sua maioria, interrompidas, e o Brasil ocupa o lugar de um país de origem e não mais de destino, ao mesmo tempo em que começa a receber migrantes fronteiriços e também chineses, coreanos e africanos (Póvoa-Neto, 2014⁹²). Mas, se na perspectiva estatística o país é um lugar de origem, a partir das análises do processo de urbanização e modernização do Brasil, o país também continua a receber migrantes, principalmente no que Milton Santos (1977) denomina de circuitos econômicos superiores. De acordo com o autor, “o sistema superior emprega um número significativo de estrangeiros, variando esse número de acordo com o grau de industrialização e modernização do país. No sistema inferior, os empregos vão para os nativos” (p.46). Sendo assim, se há um movimento de saída do Brasil, há também um movimento de vinda para o país, principalmente para o trabalho relacionado à tecnologia, à modernização e aos serviços, ou seja, trabalhos específicos para habilidades relacionadas à tecnologia, característica atribuída aos trabalhadores vindos dos países do Norte, mais qualificados para trabalhar na área tecnológica.

⁹² Recuperado em 25 de agosto de 2016, de <https://www.youtube.com/watch?v=LVhV6wWICGc>. Participação de Hélión Póvoa-Neto, da UFRJ, no seminário internacional "Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana", em 11 de abril de 2013. O evento foi o último módulo do Curso de Extensão "Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana".

Se no final do século XX e começo do século XXI o movimento migratório era destinado aos países do Norte, após a crise econômica de 2008 e o consequente aumento global do desemprego, que atingiu todos os países, uma das estratégias utilizadas pelos países do Norte para superar a crise foi o controle e a seletividade do migrante e a redefinição dos espaços de circulação comum. Diante do fechamento das fronteiras dos países do Norte, o movimento migratório acontece em maior intensidade entre os países Sul-Sul. Como afirma Fernandes (2015),

regiões de destino de migração deixaram de ser atrativas e, em alguns casos, passaram a ser locais de expulsão de mão-de-obra migrante e também de seus nacionais, invertendo tendências presentes no cenário mundial, prevalentes há mais de 30 anos. (p.22)

O cenário apresentado por Santos (1977) ao descrever o país até o final dos anos 70 é ampliado, pois, além de continuar a receber migrantes nos circuitos econômicos superiores, também passa a receber migrantes para trabalhar nos circuitos econômicos inferiores, como é o caso dos haitianos que migram para o Brasil.

7.1 Situando o contexto laboral no Haiti e no Brasil

Alguns dados de diferentes fontes⁹³ ajudam a caracterizar o contexto laboral haitiano no qual estavam inseridos os participantes desta pesquisa ao deixarem o seu país de origem. De acordo com Neiburg (2013):

O Haiti é um país que tem, há muitas décadas, uma incidência de desemprego enorme, com 80% da população, segundo algumas estimativas, que não vive de salário. Na verdade, o Haiti, para quem quer pensar em economia, em geração de empregos, é um verdadeiro desafio porque é um país onde a maioria das pessoas “se vira” em formas que não envolvem o recebimento de um salário⁹⁴.

⁹³ Recuperado em 10 de janeiro de 2017, de http://www.ihsi.ht/rgph_resultat_ensemble_CE.htm;

http://www.ilo.org/gateway/faces/home/polareas/youthemp?_adf.ctrl-state=i3p8gp52u_33&policyId=3&locale=ES&track=STAT&countryCode=HTI.

⁹⁴ Recuperado em 10 de janeiro de 2017, de <https://nacoesunidas.org/exclusivo-gerar-empregos-e-nossa-prioridade-agora-no-haiti-afirma-chefe-do-pnud-no-pais/>.

Buscamos dados junto ao Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI)⁹⁵ referentes a 2003 que nos ajudam a caracterizar o contexto laboral no Haiti, mesmo sendo dados produzidos há mais de 10 anos e antes do terremoto. Segundo o instituto, quase metade das pessoas se encontravam empregadas (49,6%), sendo 93,3% concentradas nos ramos de agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca, atividades dominadas por homens de acordo com os dados. O ramo do comércio no atacado e no varejo ocupava a segunda posição de atividades, realizado majoritariamente por mulheres, seja na zona rural (88%), seja na zona urbana (69,2%).

Após o terremoto de 2010, os dados da Organização Internacional do trabalho (OIT) indicam que, em 2012, a taxa da população disponível para força de trabalho era de 56,9%, sendo 66% homens e 48,4 mulheres. Em relação ao trabalho juvenil, a proporção de jovens que não estudavam, não trabalhavam e não estavam inseridos em programas de capacitação, em 2013, era de 16,4%.

Os entrevistados também auxiliam nessa descrição do contexto laboral haitiano quando, por exemplo, Carl diz que não há trabalho no Haiti e que sua esposa não trabalha, pois não há trabalho, e filhos, sobrinhos e demais membros da família dependem do dinheiro da remessa que ele envia do Brasil. A mãe de Robert trabalha no comércio e vende refeições, e a mãe de Gérard possui um pequeno comércio em San Marc, o que demonstra a inserção das mulheres no comércio haitiano, característica também já descrita por Neiburg (2013).

Nesse contexto laboral, milhares de haitianos têm vindo para o Brasil desde 2010, configurando-se como parte da atualidade do fluxo migratório para o País.

No Brasil, as transformações no mundo do trabalho, nos últimos 25 anos, vêm acompanhando a reestruturação produtiva mundial (Harvey, 2002; Alves, 1999; Sassen, 1998) e o país, assim como todos os países, vem ocupando um lugar no espaço das mobilidades do trabalho e do capital (Sassen, 1998) dentro da divisão internacional do trabalho, “cujo resultado é a divisão territorial do trabalho” (Santos,

⁹⁵ Recuperado em 15 de janeiro de 2017, de http://www.ihsi.ht/rgph_resultat_ensemble_CE.htm# . Les statistiques sur les caractéristiques économiques retenues au Quatrième Recensement Général de la Population et de l'Habitat (RGPH)

2012, p.132). Sendo assim, alguns países e algumas regiões são responsáveis pela produção de determinados setores da economia, enquanto outros países são consumidores e produtores de outros setores da economia, possibilitando a circulação de mercadorias e de dinheiro. E essa circulação de mercadoria e de dinheiro também possibilita, quando interessa aos atores hegemônicos das decisões políticas e econômicas mundiais, a circulação de pessoas como mão de obra.

No caso específico da migração haitiana para o Brasil, uma migração sul-sul, o objetivo principal de se conseguir um trabalho no país de destino apresenta-se como uma prioridade, embora a migração tenha motivos multideterminados por fatores tais como os expostos no capítulo anterior – condições climáticas, unificação familiar, desejos pessoais de uma vida próspera financeiramente, entre outros.

Se trabalhar é uma prioridade, para trabalhar e viver no Brasil é preciso percorrer um caminho burocrático sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTE), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Justiça (MJ):

O processo administrativo para que um estrangeiro venha trabalhar no Brasil envolve as seguintes etapas: primeiramente, antes da entrada do imigrante no país, o MTE concede as autorizações, permanentes ou temporárias, por meio da CGIg. Após o deferimento da autorização, o MRE é o responsável pela emissão do visto, documento necessário para entrar no Brasil. (Botega et al, 2016, p.138).

No Brasil, a Coordenação-Geral de Imigração (CGIg) está alocada no MTE e é responsável por autorizar o trabalho do migrante, enquanto o MRE é responsável pela emissão do visto, e o MJ, através da Polícia Federal, por controlar a entrada, a estada e a saída do migrante. Ao autorizar o trabalho no Brasil, as autorizações podem ser temporárias (menos de um ano de atividade no país) ou permanentes (acima de um ano).

Essa descrição do funcionamento burocrático para trabalhar no Brasil ajuda-nos a pensar nas diferentes estatísticas encontradas sobre o tema, sob a perspectiva do visto, das autorizações de trabalho e do controle do migrante, enquanto estiver no Brasil, e também sobre a racionalidade imposta sobre a mobilidade da força de trabalho. Assim sendo, apresentamos alguns dados

extraídos dessas fontes, principalmente a partir do ano da atual onda migratória haitiana para o Brasil, iniciada após o terremoto de 2010.

Entre os anos de 2011 e 2015, no total de autorizações concedidas segundo os principais países de nascimento, somente para haitianos, o CNIg emitiu 51.124 autorizações de trabalho, conforme se verifica no Gráfico 1 e na Tabela 1.

Gráfico 1. Número de autorizações concedidas, segundo principais países de nascimento, Brasil 2011-2015

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Emprego, 2011-2015.

Tabela 1 – Total de autorizações, segundo principais países 2011-2015

Países	Total
República do Haiti	51.124
Bangladesh	1.941
Senegal	754
Portugal	326
Espanha	250

Diante dos dados apresentados, vale destacar que o número expressivo de autorizações para migrantes haitianos, segundo Cavalcanti et al (2016),

se dá em função do despacho conjunto do Ministério do Trabalho e do Ministério da Justiça e Cidadania, que reconheceu as razões humanitárias na migração de haitianos ao Brasil e decidiu autorizar a concessão da permanência para imigrantes dessa nacionalidade. (p.39)

As três primeiras nacionalidades somam juntas quase 93% das autorizações concedidas para trabalhar no País (58.132), na sua maioria, autorizações baseadas na NR27, que orienta o julgamento de casos especiais e omissos. Mas as autorizações permanentes não necessariamente refletem a inserção no mercado de trabalho. Tais informações podem ser obtidas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que contém informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro e apontou, em 2014, a nacionalidade haitiana como o grupo dentre as nacionalidades com maior número de vínculos formais.

Tabela 2 – Imigrantes com vínculo formal de trabalho no Brasil – 2011-2015

País	Ano			
	2011	2012	2013	2014
Haiti	815	4.128	14.695	30.484
Portugal	10.639	11.573	12.589	13.119

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) /Ministério do Trabalho e Emprego, 2010-2014.

Essa tabela apresenta uma mudança significativa, se comparamos com os anos anteriores, pois a nacionalidade portuguesa sempre ocupou o primeiro lugar nessa classificação. Então, pela primeira vez, um país do Sul ocupa a primeira posição em relação à quantidade de vínculos formais no Brasil. Estão nessas estatísticas aqueles que conseguiram passar por toda a burocracia brasileira no que se refere à permanência e ao trabalho no país. Esses números nos ajudam a caracterizar os haitianos e a relação com o mercado de trabalho formal, porém não conseguem abarcar o campo das atividades informais desenvolvidas por eles nem

as reais situações de trabalho que lhes são destinadas, das quais buscaremos apresentar um recorte a partir de alguns elementos das experiências laborais dos entrevistados.

7.2 Elementos da experiência de trabalho dos migrantes haitianos

Para falarmos das experiências de trabalho, consideramos suas experiências não somente no Brasil, mas também no Haiti e em outros países em que já trabalharam. A partir de seus relatos, tentamos reconstruir o trajeto de suas experiências e, para auxiliar o leitor, apresentamos novamente o quadro de caracterização dos sujeitos exposto no capítulo 4.

Quadro 2 – Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

	Nome ⁹⁶	Idade (anos)	Origem	Formação	Família	Data de entrada no Brasil	Local de entrada no Brasil	Atividade de trabalho no Haiti	Primeira atividade de trabalho no Brasil
1	Carl	33	Dessalines	Curso superior completo (Letras)	Esposa e filhos no Haiti.	Setembro de 2013	São Paulo (SP)	Professor de inglês	Carregador de transportes (próximo à Ceasa). Sem carteira assinada.
2	Robert	29	Porto Príncipe	Curso superior incompleto (interrompeu o curso de Engenharia da Computação que estava cursando no Haiti).	Resolveu vir para o Brasil após a morte do pai e a saída de um irmão do país.	Abril de 2013	São Paulo (SP). Na época não havia voo direto para BH, então fez escala na República Dominicana, desceu em São Paulo e depois pegou um ônibus para BH.	Professor do ensino fundamental e particular.	Primeiro emprego: carregador de caixas na Ceasa. Sem carteira assinada.
3	Phanel	29	San Marc	Curso superior completo (Pedagogia). Cursou até o último ano de Direito	Mora com um tio no Brasil e tem outro tio que mora no Brasil com a esposa e três filhos. Tem um tio no Canadá.	Janeiro de 2014	Confins (MG)	Professor do ensino básico	Primeiro emprego foi no ferro-velho. Sem carteira assinada.
4	Gerard	27	San Marc	Socorrista (técnico). Técnico em análises laboratoriais (Brasil)	Veio para o Brasil com uma tia e uma prima. Tem um tio que mora na Flórida (EUA).	Setembro de 2013	São Paulo (SP). Saiu de Porto Príncipe, fez escala no Panamá e desceu em São Paulo. Depois pegou um ônibus para BH.	Socorrista da Cruz Vermelha	Primeiro trabalho foi sem carteira assinada. A função era de carregador de móveis.

Continua...

⁹⁶ Os nomes utilizados são fictícios.

	Nome ⁹⁷	Idade (anos)	Origem	Formação	Família	Data de entrada no Brasil	Local de entrada no Brasil	Atividade de trabalho no Haiti	Primeira atividade de trabalho no Brasil
5	Nadine	25	Artibonite	Ensino médio. Psicologia (incompleto).	Tem um irmão que mora no Brasil desde 2013. Tem irmã que mora em Miami (EUA).	Agosto de 2014	Confins (MG). Saiu de Porto Príncipe, fez escala no Panamá e veio até Confins.	Desenvolvia atividades culturais com crianças.	Embaladora de ovos na Ceasa.
6	Marlène	32	Arcahaie	Técnica de Enfermagem	Tem um irmão que mora nos Estados Unidos.	Dezembro de 2013	Acre. Veio através da rota que passa pelo Panamá – Quito (Equador) – Lima (Peru). De Lima veio de ônibus até ao Acre. Depois, de avião foi para Brasília e de Brasília até Belo Horizonte. Relata que gastou mais de dez mil reais.	Trabalhava em um hospital (<i>Samaritan Purse</i>).	Confecção (montadora terceirizada que fabrica bancos para uma fábrica de automóveis).
7	Massillon	32	San Marc	Ciência da Computação (incompleto).	Pai e mãe faleceram. Tem irmão nos Estados Unidos e sobrinhos no Brasil.	Abril de 2014	Confins	Não trabalhava. Mas trabalhou como auxiliar em uma fábrica de montar sapatos na República Dominicana	Montador de painel elétrico.

⁹⁷ Os nomes utilizados são fictícios.

7.2.1 Carlos

Carlos possui curso superior em Letras. Começou a trabalhar no Haiti como professor de inglês aos 24 anos. Começou o trabalho no Brasil como carregador de transportes. Seu horário de trabalho era de 12h às 03h da manhã. Ele nos disse que o combinado de salário era de R\$ 50,00 reais por dia de trabalho, mas ele ganhava, no máximo, R\$ 300,00 por semana. Saiu do emprego após o seguinte episódio: estava trabalhando desde às 12h e estava sem comer até às 23h. Perguntou ao gerente se poderia ir embora, pois estava com fome, o gerente então disse que, se ele não aguentasse ficar até às 03h da manhã, que fosse embora. Ele não entendeu bem o português, mas um amigo traduziu para ele. Pegou sua mochila e não voltou mais.

Depois conseguiu um emprego em uma cooperativa de transportes também como carregador, onde ficou três meses. Posteriormente tentou emprego como recepcionista em um hotel de Belo Horizonte. Ele tem fluência em *creóle*, francês, inglês, espanhol e português. Ao mesmo tempo tentou emprego em uma usina de asfalto. Foi admitido nos dois empregos e tentou conciliá-los. Dizia para o chefe na usina de asfalto que iria à Polícia Federal e ia para o hotel trabalhar. No hotel permaneceu por duas semanas, sendo demitido após um hóspede dizer que não se hospedaria em lugares em que “preto” trabalhasse. Ele estava presente no momento em que o hóspede fez o comentário. Na usina de asfalto trabalhou durante nove meses, fazia muita hora extra e recebia até R\$ 1.500,00 por mês. Ele era auxiliar de limpeza e também jogava asfalto após a brita e a lama no processo de asfaltamento. Após ser demitido, passou férias no Haiti e retornou sem emprego. Começou a trabalhar como frentista em um posto de gasolina em Belo Horizonte, na jornada de 12h por 36h, ou seja, trabalha 12 horas e descansa 36 horas. Gostaria de conseguir outro emprego para intercalar com o trabalho no posto.

De acordo com seu relato, no Haiti, hoje, ou você é polícia, ou segurança, ou professor. Disse que sua esposa nunca trabalhou, pois lá não há emprego no momento. Ele envia dinheiro para sustentar os quatro filhos, a esposa, a irmã, o pai e a mãe (oito pessoas). Quer fazer Medicina Veterinária e depois voltar para o Haiti

e conseguir trabalho em alguma Organização Não Governamental (ONG), pois as pessoas lá valorizam quem estuda fora.

A partir da trajetória de trabalho relatada por Carl, apontamos alguns aspectos: primeiro, a ideia de que ele aceita qualquer trabalho, como ele relata no episódio do trabalho informal como carregador. Mas ele não aceita situações de humilhação, ser tratado com se não fosse humano. Sendo assim, a ideia de que o migrante aceita qualquer trabalho em qualquer condição possui limites morais e psicológicos, pois Carl sentiu-se humilhado com a situação de estar com fome e não poder ir embora para alimentar-se, pois seria “dispensado” daquele trabalho. O limite, nesse caso, é quando a condição de humano lhe é negada. Em sua trajetória, a dimensão do racismo aparece de maneira violenta e direta, diferente do racismo à brasileira, como já referido no capítulo anterior. Segundo, a tática (Certeau, 1994) utilizada para se manter nos dois empregos, nesse caso, utilizando-se do entrave burocrático brasileiro (filas, agendamentos e esperas) na questão migratória para se manter nos empregos, pois um emprego não é suficiente para sua sobrevivência e para o envio da remessa. Certeau (1994) nos ajuda a refletir sobre a tática utilizada por Carlos quando diz que

a tática depende do tempo, vigiando para captar no voo possibilidades de ganho (...) tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. (p.47)

Em relação ao dinheiro que ganha no trabalho no Brasil, Carl envia uma remessa que ajuda oito pessoas no Haiti, por cujo sustento ele é responsável. A ideia de voltar ao Haiti, após estudar, está atrelada à possibilidade de emprego em alguma ONG internacional.

7.2.2 Robert

Trabalhou no Haiti como professor de química, matemática, física e gramática francesa e também como professor particular para as tarefas de casa. Essa última função consistiu em acompanhar as crianças durante uma ou duas horas diárias para executarem as tarefas escolares. Após o terremoto, Robert trabalhou como

voluntário durante três anos e meio para a ONG *Mensajeros de la Paz*, realizando traduções do espanhol para o *creóle*.

No Brasil trabalhou um mês e meio na Ceasa, pois lá não queriam assinar sua carteira profissional (sessenta reais por dia de trabalho – de 05h30min às 14h30min). Saiu da Ceasa e três dias depois começou a trabalhar em outra empresa que realizava estoque para supermercados. Classificou o trabalho na Ceasa como muito perigoso, pois puxava carrinho pesado e poderia se machucar, além do que no local havia muito trânsito de carros e caminhões, o que significava risco constante de atropelamentos e batidas.

Começou a trabalhar com carteira assinada nessa empresa no período noturno (turno noturno – 23 horas às 07 horas), onde permaneceu até à data da entrevista. Sua função era separar os pães de uma determinada marca e organizar o estoque. *Não pode comer os pães, tem que comprar na padaria se quiser comer. E o chefe é muito chato, fica mudando o serviço a todo momento.* Classificou o serviço como pesado devido ao horário. Também tinha outro emprego, de 8h às 17h, em uma loja de materiais elétricos conferindo estoque; sua carteira não estava assinada. Ele estava nessa rotina dos dois empregos há seis meses. Pretendia fazer a faculdade no Brasil e trazer a família. Não queria voltar para o Haiti para morar, somente para férias (gostaria de ir no ano seguinte, 2017).

Na trajetória de Robert, que começa com o trabalho na área educacional no Haiti, há um período de trabalho voluntário como tradutor em uma ONG internacional. Outro aspecto comum entre sua trajetória e a de Carl é possuir um emprego formal e outro informal ao mesmo tempo, em turnos diferentes e por razões também distintas. Robert não quer voltar para o Haiti.

7.2.3 Phanel

Phanel formou-se em Pedagogia e frequentou até o último ano a faculdade de Direito. Trabalhava como professor do ensino básico na escola pública do Haiti e dava aulas particulares de francês. Uma semana após chegar ao Brasil começou a trabalhar na reciclagem de 8h às 17h, sem carteira assinada. Ficou apenas dois meses nesse trabalho, pois faltou ao trabalho para tirar sua carteira de trabalho e foi

demitido. Depois trabalhou em uma rede de supermercados de atacado e varejo, como estoquista noturno durante três meses, de 22h às 7h. Posteriormente trabalhou durante 11 meses em atividades de montagem de painel eletrônico⁹⁸ e, no momento da entrevista, estava desempregado. Havia a possibilidade de ele começar a trabalhar na Prefeitura de Contagem, por meio da modalidade de contratação Microempreendedor Individual (MEI), como orientador pedagógico, durante 4 horas diárias. E também ministrar curso de *creóle* no Centro Zanmi. Quando compara a situação de vida e trabalho no Haiti e no Brasil, afirma que prefere o Haiti, pois: *É um país pobre, mas as pessoas estudiosas vivem bem*. Como professor do ensino básico, lá ele ganhava um pouco mais que um salário mínimo e trabalhava de 7h às 13h, aqui ele tem que trabalhar o dia todo para ganhar o mínimo. Gostaria de dar aulas no Brasil, de aprender mais a língua portuguesa, mas como está sem carteira assinada não pretende ficar muito tempo no Brasil. *Lá no meu país eles valorizam muito outros idiomas, qualquer idioma*. Algumas pessoas o perguntam lá do Haiti se compensa vir. Ele diz que depende, “quem já tem muito estudo é melhor ficar lá”.

Phanel também tem uma trajetória laboral que se inicia na área educacional e, no Brasil, um de seus trabalhos foi no período noturno como estoquista. Destaca-se na sua trajetória a possibilidade do cadastro de Microempreendedor Individual e a inserção laboral das atividades realizadas anteriormente de acordo com a sua formação.

7.2.4 Gèrard

Foi membro da Cruz Vermelha Internacional e trabalhava como voluntário na função de tradutor. No Haiti fez um curso de socorrista e foi contratado pelo hospital gerido pela instituição meses após o terremoto, e trabalhou com os “americanos”. Iniciou um curso de Tecnologia Médica, mas no final decidiu vir para o Brasil. Nunca imaginou que seu primeiro trabalho no Brasil seria como carregador de móveis sem carteira assinada, 12 horas por dia. A pastora da igreja que frequenta, que também os auxiliou (ele, a prima e a tia) a conseguir uma moradia, também era dona de uma

⁹⁸ São painéis utilizados por organizações com o objetivo, por exemplo, de sinalizar a ordem de chamada de atendimento.

loja de móveis e decidiu ajudá-lo com esse trabalho. Sofria o “preconceito” dos colegas de trabalho que o desqualificavam: *Saiu do seu país para fazer isso aqui no Brasil? Você fala várias línguas, estudou, e trabalha no mesmo emprego que nós, que não estudamos.* Deixou esse trabalho, que segundo ele estava muito pesado, e conseguiu emprego como carregador de caçambas em uma empresa terceirizada da Fiat, na fabricação de peças. Trabalhava de 6 horas às 14 horas e 20 minutos, com carteira assinada e benefícios. Após voltar de suas férias foi demitido. Queria sair porque o ambiente lhe fazia mal, pois carregava muito peso.

Nesse período do trabalho, ele também começou a fazer o curso Técnico de Análises Clínicas e, estudando e trabalhando, dormia em média 3 horas por dia. Após a demissão conseguiu um estágio obrigatório e recebeu uma bolsa durante um ano. O estágio terminou em novembro de 2015, e a entrevista foi realizada um dia após sua formatura como técnico em análises clínicas. Quando perguntado desde quando ele não trabalhava, respondeu pontualmente: *Não trabalho desde que saí da empresa, ou seja, desde outubro de 2014.* Quando comparou os salários que ganhou no Haiti e no Brasil, disse que com o que ganhou lá conseguiu comprar computador, moto, e isso aqui seria impossível, pois ele precisava de quatrocentos e cinquenta reais para enviar cem dólares para o Haiti. Quando trabalhava, ele enviava, na época não enviava mais remessa. Passou por situações difíceis nesse período, racismo no trabalho e na escola onde estudou e também fome em alguns momentos – em um deles ficou três dias sem comer, pois a compra era feita no começo do mês e depois que acabava o dinheiro não tinha como comprar mais comida. No momento da entrevista, estava na esperança de renovar o estágio ou ser contratado pelo laboratório.

Gérard iniciou sua trajetória de trabalho no contato com uma ONG internacional, trabalhando como voluntário e posteriormente contratado depois do terremoto de 2010, aos 21 anos. No Brasil, a partir de uma rede construída na igreja, recebeu suporte, durante algum tempo, de uma pastora da mesma igreja que frequentava no Haiti, que o ajudava na busca por uma casa e um trabalho. No caso do trabalho trata-se de uma ajuda ambígua, pois, ao mesmo tempo em que relata que ela quis ajudá-lo, ele descreve o trabalho de carregar móveis como uma atividade que ele nunca imaginara fazer na sua vida. Também em sua trajetória, o

relato de situações em que passou fome, pois o salário era insuficiente para a compra mensal de alimento, revela a instabilidade e a ausência de alguma rede social, que poderia ser dos vizinhos, dos colegas do trabalho, da igreja, ou até mesmo de uma política pública de atenção ao migrante.

7.2.5 Nadine

No Haiti trabalhava como ajudante de animador e recreação de crianças na área da cultura. Começou a trabalhar aos 16 anos. Ela também era cantora e fazia teatro. *Trabalho com menino porque gosto muito de criança. Eu trabalho com criança. É muito tempo que eu trabalho com criança porque eu gosto muito. Ensino a cantar, dançar, fazer teatro.* Ela terminou o ensino médio e fez até o terceiro ano de Psicologia no Haiti. Veio para o Brasil e, três meses depois de sua chegada, conseguiu emprego em uma empresa com carteira assinada, como embaladora de ovos, onde permanece até o momento. Relata ser um trabalho cansativo por ficar várias horas em pé avaliando se o ovo não está quebrado, se não está aberto. Quando interrogada sobre sua jornada de trabalho, diz: *tem hora para entrar, não tem hora para sair não.* Aqui no Brasil ela fez aulas de inglês na Fundação Educacional de Contagem (FUNEC) e um curso de Assistente de Produção Cultural pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), na esperança de conseguir um emprego na área em que trabalhava no Haiti.

A trajetória de Nadine se difere dos demais entrevistados. Ela começou a trabalhar na área da cultura no Haiti, conseguiu um primeiro emprego formal e ainda estudar na área em que trabalhava no programa do governo federal de cursos técnicos e profissionalizantes. Fez o curso de Assistente de Produção Cultural.

7.2.6 Massilon

Nunca trabalhou no Haiti e estudava Engenharia Informática. Interrompeu os estudos e foi para a República Dominicana, onde conseguiu um emprego como ajudante em uma fábrica de sapatos. Iniciou a faculdade privada de Ciência da Computação e se mantinha com a ajuda da irmã que morava nos Estados Unidos e

lhe enviava ajuda financeira. Quando foi demitido do emprego, pois não possuía o visto de residência na República Dominicana, decidiu vir para o Brasil. Quando chegou, em abril de 2014, ficou cinco meses sem trabalho. Em função da Copa do Mundo, devido à grande procura pela emissão da carteira de trabalho, ele teve dificuldades para obtê-la, assim como os documentos referentes à sua situação regular no país. Após esse período conseguiu um emprego com carteira assinada como montador de painel eletrônico. Ganhava um salário mínimo e trabalhava de 7 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos. Estava na empresa há um ano e três meses e não havia tirado férias até o dia da realização da entrevista. Recebia vale-transporte e um cartão alimentação de R\$ 100,00, mas, se ele chegasse atrasado durante um total de 4 horas no mês, não recebia. Gostaria de continuar o curso de Ciência da Computação no Brasil.

Massilon relata que nunca trabalhou no Haiti, pois não há trabalho. Em sua trajetória, destaca-se o trabalho na República Dominicana, uma experiência laboral em outro país. Essa atividade, também precedida pelo termo ajudante, sugere que não é necessária experiência, assim como os termos auxiliar, assistente, etc., e indicam, ao mesmo tempo, que o salário é menor. A burocracia e o tempo gasto para regularizar a carteira de trabalho também aparecem enquanto um aspecto dificultador para conseguir emprego no Brasil.

7.2.7 Marlène

Marlène possui curso técnico de Enfermagem e trabalhou em um hospital de pronto atendimento no Haiti. Depois trabalhou no *Samaritan Purse*, hospital em que tinha uma boa remuneração. Quando o hospital fechou, ela decidiu vir para o Brasil. Um mês após sua chegada conseguiu um emprego em uma padaria, sem carteira assinada. Ganhava seiscentos e cinquenta reais por mês, trabalhava nove horas por dia e não tinha carteira assinada.

No momento da entrevista trabalhava há um ano e seis meses em uma confecção, uma montadora de bancos para uma fabricante de automóveis. A tarefa dela era ora cortar linha, ora montar peças de pano. Ia de van (da empresa) para o trabalho, a van passava às 5 horas e 20 minutos, e ela trabalhava até às 15 horas e

58 minutos. Relatou não gostar do trabalho, mas, prosseguia no mesmo enquanto não conseguia outro. Não tinha vale-refeição nem vale-transporte, apenas a van que a levava e trazia do trabalho.

Marlène reclamou a todo momento que viver no Brasil era muito difícil, que ganhava muito pouco, que não tinha amigos. Ela dizia que não tinha muitos amigos haitianos aqui e o que ela ganhava em um mês ela ganharia trabalhando quinze dias em seu país. Queria voltar para o Haiti um dia, mas antes queria estudar, se formar em Contabilidade ou Nutrição. Ela iria fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para tentar ingressar no curso superior.

Em sua trajetória laboral, Marlène apresenta um aspecto diferente em relação ao trabalho no Haiti, pois se inseriu na área da saúde, passando por dois estabelecimentos no país. No Brasil, a inserção laboral se deu a partir da experiência do trabalho informal para, posteriormente conseguir um trabalho formal em uma área distante de sua formação.

7.3 O trágico desperdício da experiência nas trajetórias laborais

Apesar da diversidade das trajetórias laborais, alguns aspectos são similares nas trajetórias de alguns entrevistados. Nas entrevistas é possível identificar uma curta experiência de emprego, mesmo a maioria possuindo curso superior ou cursando no Haiti⁹⁹. E os trabalhos localizados nas áreas de direitos básicos (saúde e educação) e cultura ajudam-nos a pensar em um contexto maior da situação laboral no Haiti, onde há ausência de empregos e valorização de trabalhadores haitianos cuja formação e qualificação foram realizadas no exterior.

Outro aspecto a ser destacado em relação às trajetórias no Haiti refere-se ao contato com ONGs internacionais a partir de diversos vínculos: como voluntário, como contratado e como possível local de trabalho no retorno para o Haiti. Seguy (2014) analisa, em seu trabalho, a relação das ONGs ao longo dos anos no Haiti e o

⁹⁹ A taxa de alfabetização dos adultos 2008-2012 é 48,7 de acordo com dados da UNICEF Recuperado em 09 de janeiro de 2016, de https://www.unicef.org/french/infobycountry/haiti_statistics.html#0. Não encontramos dados sobre o número de adultos inseridos no ensino superior.

aumento exacerbado no número dessas instituições após a catástrofe de 2010. O autor ainda descreve a relação dessas ONGs com os haitianos e as situações possíveis de trabalho: recepcionista, motorista, faxina e outras atividades relacionadas à logística. Os haitianos não participam das decisões políticas e econômicas que incidem diretamente na “reconstrução do país” pós-terremoto.

7.3.1 A entrada no mundo laboral brasileiro: precarização da atividade informal

No Brasil, a entrada no mundo laboral via informalidade não foi uma realidade somente para uma entrevistada. Referimo-nos a mundo laboral como qualquer atividade de trabalho que estabeleça uma relação econômica, e um dos objetivos é captar as atividades laborais não captáveis por números.

Nas nossas entrevistas, a primeira atividade laboral, ou seja, a entrada no mundo laboral relatada pelos entrevistados no Brasil, ocorreu a partir do trabalho informal. Ao optarmos pela expressão trabalho informal, concordamos com Manvoutouka (2013), que, ao apresentar uma via alternativa aos estudos que pensam a informalidade a partir das concepções de setor formal e informal da economia, sendo o termo setor informal utilizado pela primeira vez no informe da Organização Internacional do Trabalho no Quênia (ILO, 1972), propõe pensar a informalidade a partir da atividade. De acordo com a autora: “O trabalho informal não pode confinar-se em um setor devido a sua extrema heterogeneidade e por sua presença em todos os níveis da vida econômica e social dos países do Sul” (p.38, tradução nossa)¹⁰⁰. Santos, Maciel e Sato (2014) também sustentam que o termo setor formal/informal da economia produz um reducionismo em relação à diversidade de atividades encontradas na informalidade, presentes nos setores primário, secundário e terciário da economia.

Essa variedade de conceitos sobre o trabalho informal ajuda-nos a revelar a heterogeneidade de tal atividade encontrada na análise das entrevistas. Carl e Robert conseguem sua primeira atividade de trabalho em organizações relacionadas

¹⁰⁰ “El trabajo informal no puede confinarse en un sector debido a su extrema heterogeneidad y por su presencia en todos los niveles de la vida económica y social de los países del sur (p. 38).

ao carregamento de transportes próximo à Ceasa e na Ceasa, respectivamente. Foram atividades realizadas sem carteira assinada, mas com normas estabelecidas a partir de contratos verbais. Carl relatou que o horário de trabalho era de meio-dia às 3h da manhã e que combinou receber R\$ 50,00 por dia trabalhado, mas, mesmo que trabalhasse sete dias, o valor máximo que ganhava eram R\$ 300,00 semanais. Robert, ao também relatar sobre os contratos verbais, trabalhava de 05h30min às 14h30min e recebia R\$ 60,00 por dia de trabalho. São contratos frágeis do ponto de vista da garantia que oferecem, caso o trabalho seja interrompido pelo trabalhador. No caso de Carl, um trabalho de 15 horas diárias e um pagamento semanal que poderia não corresponder ao número de dias trabalhados¹⁰¹.

Apesar de exercerem a mesma ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹⁰², a relação entre tempo de trabalho e remuneração é estabelecida de maneira diferente para cada entrevistado. E é a partir dessa característica, que tem como consequência a precarização do trabalho e a exploração do trabalhador, embora a ocupação seja reconhecida e descrita na CBO, ela também comporta atividades informais, se entendermos que essas atividades estão presentes em todos os setores da economia. Robert tem uma carga horária menor de trabalho e recebe R\$ 10,00 a mais por dia de trabalho que Carl. Tais situações sugerem, nesse caso, que esses contratos verbais de trabalhos informais são determinados e construídos por cada empregador, e que os trabalhadores haitianos estão subordinados aos contratos estabelecidos por empregadores nos quais a contratação a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é uma escolha, e não um direito. Nas condições gerais do exercício das ocupações está claramente descrita a ideia de diferentes tipos de contratos de acordo com a ocupação:

¹⁰¹ Uma referência para pensarmos a questão do salário é o valor mínimo que deve ser pago para trabalhadores formais: R\$ 678,00. Um valor inferior, se considerarmos um mês de trabalho no esquema de pagamento por dia trabalhado descrito anteriormente. Valor extraído do site: http://www.buscajus.com.br/index.php?option=com_content&id=2319.

¹⁰² De acordo com a CBO, tais ocupações estão desde 2002 inseridas no código 7832 : Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias. Recuperado em 22 de dezembro de 2016, de <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>.

Os trabalhadores das ocupações carregador (aeronaves) e carregador (armazém) são contratados na condição de trabalhador assalariado, com carteira assinada, enquanto aqueles das ocupações ajudante de motorista, carregador (veículos de transportes terrestres) e estivador atuam como autônomos e, portanto, sem vínculos empregatícios.

Essa descrição pode ser uma forma de favorecer a existência de contratos verbais ao sugerir a atuação como autônomos, visto que, na ausência de condições para o trabalhador ter garantia como autônomo, o trabalho informal baseado em contratos verbais elaborados pelo empregador constitui a alternativa para trabalhar em uma ocupação que não se caracteriza pelo vínculo empregatício. Portanto, as situações de trabalho descritas possuem relações injustas de trabalho, pois não oferecem condições seguras do ponto de vista de proteção social, são ilegais¹⁰³, pois não há contrato formal que balize a relação, e informais, pois abarcam atividades cujas normas se inscrevem no cotidiano.

Ao ser interpelado sobre como era seu trabalho, Robert aponta condições e riscos no trabalho, conforme relato no diário de campo:

Disse que na Ceasa o trabalho era muito perigoso, pois puxava carrinho pesado e poderia se machucar, e também era um lugar em que passavam muitos carros e caminhões. (Trecho diário de campo, 27 de abril de 2015)

Essa descrição da percepção das condições de trabalho para o sujeito e a caracterização como perigoso também podem ser encontradas nas condições gerais de exercício da ocupação, conforme descrição a seguir:

Podem trabalhar no período diurno, em rodízio de turnos diurno e noturno e em horários irregulares. Podem trabalhar em posições desconfortáveis durante longos períodos e em grandes alturas. Por vezes podem estar expostos a ruído intenso, altas temperaturas e a materiais tóxicos. (CBO)¹⁰⁴

¹⁰³ Essa classificação da atividade inspira-se no estudo de Noronha (2003), que argumenta a favor de outros entendimentos para o termo informal e sua estreita relação com a ideia de justo/injusto, legal/ilegal.

¹⁰⁴ Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações* [CBO]. Recuperado em 20 de dezembro de 2016, de <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>

Todas essas possibilidades de condições de trabalho, conseqüentemente, podem acarretar diversas doenças ocupacionais tais como desconforto e sobrecarga nas regiões cervical e lombar (Gonçalves, 2013). E algumas intervenções, ao invés de focarem na transformação das condições de trabalho, focam em treinar e capacitar o trabalhador para suportar as situações insuportáveis, como proposto no trabalho citado anteriormente e também na proposta de treinamento para carregadores de mercado, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹⁰⁵.

Carl, ao falar sobre seu primeiro emprego no Brasil, relata uma situação que aponta limites morais e psicológicos na situação de trabalho descrita anteriormente em sua trajetória. Em muitas situações que convivemos com os migrantes haitianos, principalmente os desempregados, eles estavam dispostos a realizar qualquer tipo de trabalho. Ao expor sua condição de fome e de não poder comprar um alimento, e o conseqüente desprezo do empregador por sua condição, como já discutido anteriormente, revela que Carl estava disponível para qualquer atividade de trabalho, mas não em qualquer situação. Ao mesmo tempo, nessa mesma situação de aceitar qualquer trabalho e ultrapassando os limites éticos nas relações de trabalho, haitianos foram resgatados em situação análoga à escravidão em uma mineradora localizada no colar metropolitano de Belo Horizonte, em Conceição do Mato Dentro. Essa notícia¹⁰⁶, veiculada na mídia local, foi motivo de interrogação em uma das aulas de português em que nos apresentamos com o objetivo de fazer a pesquisa. Uma haitiana teceu um comentário após nossa apresentação e dizermos sobre a relação da pesquisa com as trajetórias de trabalho:

Nestas apresentações, em uma das turmas, um haitiano indagou-me a respeito da recente reportagem que havia sido divulgada naquela semana sobre o trabalho escravo em Minas Gerais. A professora respondeu dizendo que existe, mas não é uma questão somente dos haitianos. Complementei dizendo que, de 500 pessoas resgatadas ano passado, 120 eram haitianos e 380 brasileiros. Uma haitiana

¹⁰⁵ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (n.d). *Treinamento para carregadores de mercado* (Manual 6). Recuperado em 20 de dezembro de 2016, de <http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/pub24.pdf>.

¹⁰⁶ Rezende, Jáder. (2013). Força-tarefa resgata haitianos em trabalho degradante em Minas Gerais. *Jornal O Tempo*. Recuperado em 05 de novembro de 2016, de <http://www.otempo.com.br/for%C3%A7a-tarefa-resgata-haitianos-em-trabalho-degradante-em-mg-1.748146>.

disse: *No Haiti somos livres faz tempo. Aqui no Brasil as pessoas não são livres.* (Trecho de diário de campo)

A percepção sobre violação de direitos e sobre situações humilhantes de trabalho pode variar de acordo com vários fatores, sobretudo em relação à cultura de um país. No caso haitiano, o processo de luta por independência e por ser o primeiro país negro independente das Américas possui um sentido de liberdade quando relatam sua história.

O primeiro emprego sem carteira assinada também foi uma realidade para Marlène. Um mês após sua chegada, conseguiu emprego em uma padaria, onde ganhava R\$ 650,00 mensais por uma jornada de nove horas por dia. Nesse caso, ela ganhava na época abaixo do salário mínimo vigente em janeiro de 2014, no valor de R\$ 724,00. A inserção no mercado de trabalho brasileiro de Phanel também foi via informalidade. Após uma semana no Brasil, começou a trabalhar na reciclagem (ferro-velho) de 8 horas às 17 horas e 30 minutos, sem carteira assinada, e ficou nesse trabalho durante dois meses. Foi dispensado porque teve que faltar ao serviço para tirar a carteira de trabalho.

Durante a entrevista, Phanel falou do incômodo em ser escalado para o emprego justamente por possuir um corpo forjado para o trabalho que suporta carregar peso (homem, jovem, negro e forte), e também por ser migrante. Um trabalho braçal, não no sentido de ausência de escolhas e debate de normas e valores¹⁰⁷, mas um corpo forjado para o trabalho que exige força e habilidades manuais.

Gérard, ao falar do seu primeiro emprego no Brasil, faz um esforço para justificar a condição de vida no país, o trabalho sem carteira assinada, uma compreensão de ajuda do empregador ao empregá-lo sem carteira assinada e uma depreciação do trabalho realizado, conforme trecho da entrevista:

Eu cheguei aqui, meu primeiro trabalho. Eu não tenho tipo assim medo de trabalho. Eu sempre quis trabalho, qualquer forma, qualquer jeito, mas, cê [sic] sabe, quando você trabalha na sua vida, você

¹⁰⁷ Nas palavras de Yves Schwartz, “o trabalho não é jamais pura execução, e isso é fundamentalmente universal” (p. 27).

lutou, até que enfim você pode viajar pra outro país, você fica num lugar que você nunca imaginou. Então é isso que aconteceu comigo. [suspiro]. É, meu primeiro trabalho sem carteira assinada, mas é porque ela decidiu ajudar nós [sic] de forma ou de outra, pra sustentar por enquanto a gente não tinha falado [sic] nada de português, ela tem loja e eu fui trabalhar. Mas é um trabalho de carregar caminhão. (Entrevista com Gérard)

Nesse trecho também é possível identificar um tom de decepção por estar em situações de vida e de trabalho que nunca tinha imaginado. Para os outros dois entrevistados, o primeiro emprego no Brasil foi com carteira assinada. Nadine chegou ao Brasil e começou a trabalhar como embaladora de ovos em uma empresa no Ceasa, e Massilon como ajudante de montador de painéis elétricos. Embora tenham conseguido emprego com carteira assinada, há algumas diferenças no tempo e nas condições para conseguir esses empregos. Massilon, durante a entrevista, relata o tempo que foi necessário para conseguir os documentos para trabalhar:

Para tirar mi [sic] carteira, um mês. Enton [sic], e isso foi um poco [sic], tava um poco [sic], um poco [sic] difícil, eu passei quatro, quatro a cinco meses em casa. Sem fazer nada e procurando e, e eu non, enton [sic] nesse tempo non [sic] achei um trabalho. (Entrevista com Massilon)

Após chegar ao Brasil, ele relata ter demorado para retirar seus papéis e que ficou procurando emprego durante cinco meses até consegui-lo. Já Nadine chegou ao Brasil e conseguiu seu atual trabalho, imediatamente. Nos dois casos havia pessoas que os receberam no Brasil e que estavam inseridas no mercado formal de trabalho.

A entrada dos entrevistados no mundo laboral brasileiro revela a amplitude e a diversidade do primeiro emprego, no que se refere à heterogeneidade de formas e sentidos da atividade informal e também do trabalho formal. Tal distinção entre formal e informal não abarca a situação de precarização e a dimensão psicossocial dos haitianos entrevistados no trabalho. Diante dessa realidade, podemos pensar que as trajetórias de trabalho dos migrantes são marcadas por dificuldades comuns a brasileiros e a trabalhadores dos países do Sul, mas também por condições específicas provocadas pela condição de migrantes.

Antunes (2013), na tentativa de cartografar uma morfologia da informalidade, apresenta como uma das morfologias os informais “instáveis”,

recrutados temporariamente e remunerados em geral por peça ou serviço realizado. Eles executam trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela baixa qualificação, como carregadores, carroceiros, trabalhadores de rua e serviços gerais. (p.15)

Essa situação caracteriza os trabalhos de carregadores, primeira atividade laboral no Brasil de alguns entrevistados.

7.3.2 O trágico descompasso entre formação educacional no Haiti e o trabalho que executam no Brasil

Como nos diversos campos migratórios, as trajetórias de trabalho são atravessadas pelo trágico descompasso entre formação educacional no Haiti e no Brasil e o trabalho que executam no Brasil. Carl possui curso superior em Letras e no momento da entrevista trabalhava como frentista. Robert interrompeu o curso de Engenharia da Computação no Haiti e no Brasil trabalha como estoquista. Phanel possui o curso de Pedagogia e cursou até o último ano de Direito, e aqui no Brasil é professor particular de francês e *creóle* e também é auxiliar pedagógico. Gerard é socorrista e concluiu o curso de Análises Laboratoriais aqui no Brasil e seu último emprego foi de carregador de peças. Nadine interrompeu o curso de Psicologia no Haiti e no Brasil é embaladora de ovos. Marlène é técnica de enfermagem e trabalha em uma confecção produzindo tecidos para bancos automotivos. Massillon interrompeu o curso de Ciência da Computação e seu último trabalho foi auxiliar de montador de painel eletrônico. Uma situação que nos leva a pensar no desperdício do saber, da experiência, pois no Haiti, ao se formarem, a inserção no mundo laboral é difícil tanto nos escassos empregos quanto na atividade informal. E no Brasil, embora estejam inseridos em contextos laborais diferentes do saber e do patrimônio que construíram, há um desperdício, pois, as atividades realizadas não convocam ou não põem em circulação o patrimônio construído em suas trajetórias. Não há possibilidade de transferirem as habilidades construídas a partir das convocações do trabalho nem de aplicarem a experiência no trabalho.

Se, de acordo com Schwartz e Durrive (2007), “trabalhar é bem mais que produzir com a ajuda de técnicas, é viver um projeto herança” (p.100), o trágico descompasso entre a formação e a experiência e o contexto laboral no qual estão inseridos os migrantes haitianos afeta a construção do projeto/herança, que, nas palavras de Schwartz e Durrive (2007),

dito de outro modo: em uma situação dada (por exemplo, numa empresa, num serviço), escolhemos na história aquilo que é mais conveniente, o mais conforme aos nossos valores e que remete ao que queremos transformar em patrimônio num projeto, na vida futura no seio dessa mesma entidade. Ou seja, o projeto e a herança remetem um ao outro. Há um pouco dessas dinâmicas de projeto/herança em toda situação de trabalho (...). (p.100)

Assim, nas situações de trabalho, a dinâmica projeto/herança muda de amplitude, se pensada a partir do individual à dimensão de “viver juntos”, como apontam os mesmos autores:

viver com a ideia de que se adquirimos múltiplas experiências nós nos negociamos e nos vendemos melhor, isso não se dá sem problema. É aí que reencontramos a dialética micro/macro em relação à dimensão e à significação do campo do político. Pergunto: como podemos dar credibilidade, solidez ao campo do viver juntos (que se delibera no nível do político), ao passo que a noção projeto/herança na atividade cotidiana (aquela em que desenvolvemos muita experiência) não tem sentido senão com relação à nossa própria trajetória? (p.100)

Quais seriam as dimensões do projeto/herança diante do desperdício da experiência na trajetória do migrante haitiano? Há possibilidade de um projeto que não se guie pelo nível individual e sim pela ideia do “bem-comum”? A partir das trajetórias analisadas, podemos pensar que uma das dimensões, ou uma tentativa de escapar desse desperdício, seria uma projeção futura na educação, isto é, a continuidade dos estudos e a aposta em um aproveitamento da experiência a partir do uso da formação, das competências e da qualificação profissional. Outra dimensão, no campo político e da luta por direitos, seria a criação de uma associação de haitianos, com o objetivo de acolher os migrantes e também difundir a cultura. Outra possibilidade, vista nas redes sociais, seria criar um cadastro com algumas possibilidades de atuação de acordo com a experiência do migrante, por

exemplo, na tradução e no ensino de idiomas, na consultoria em informática, entre outros.

7.4 Migrante haitiano: o precariado

As condições de trabalho também são um assunto recorrente quando contam sobre suas trajetórias. As condições físicas exigidas no trabalho –por exemplo, ficar em pé durante seis horas para separar, avaliar e embalar ovos, carregar móveis ou produtos no Ceasa – exigem disposição corporal e força¹⁰⁸, um corpo forjado para esse trabalho. Também como condição de trabalho, o período noturno para a realização de atividades de estocagem e separação de produtos nos grandes galpões de redes de supermercados próximos à Ceasa.

A maior fluência no idioma do país de destino pode ser um fator que possibilitará a inserção em determinados tipos de trabalho. Por outro lado, sem a fluência no idioma do país destino, há uma possibilidade restrita de trabalho, e quando o conseguem u, a falta de domínio do idioma é um dos fatores para o desencadeamento de conflitos no cotidiano de trabalho e que geram desconfiança e acentuam divisões entre brasileiros e haitianos. Gèrard relata situações de trabalho nas quais, por não falar e compreender o português, assumiu a responsabilidade por erros imputados pelos colegas, e que, quando começou a compreender o português, teve condições de responder ao chefe. Em uma situação de trabalho, ele deixou de ir ao banheiro quando somente brasileiros estavam executando determinada atividade com medo de algum procedimento dar errado e eles atribuírem a responsabilidade a ele.

Tais condições e situações no trabalho nos auxiliam a pensar que os migrantes também ilustram o espectro da precarização estrutural do trabalho

¹⁰⁸ A ideia de disposição corporal remete-nos aos questionamentos de Schwartz (2011) sobre as convocações do trabalho manual e intelectual: “Trabalho manual, trabalho intelectual: quem hoje poderia sustentar que o trabalho ‘manual’ não mobiliza, por meio do corpo, como suporte de uma história pessoal, a síntese de microapreciações, de microescolhas, de microjulgamentos (Wisner, 1992)? E quem, ao frequentar hoje as atividades de serviço, poderia negar que um ‘pensamento’, uma operação intelectual, não é fecunda, não é eficaz, visto que tal operação faz parte de um corpo para o qual viver em seu meio de trabalho é valor ou saúde?” (p.29)

mundial (Antunes, 2013). Enquanto classe-que-vive-do-trabalho¹⁰⁹, estão inseridos no que Standing (2013) denomina de precariados, a nova classe perigosa. O termo precariado foi utilizado pela primeira vez pelos sociólogos franceses para caracterizar trabalhadores temporários ou sazonais, mas, apesar de o autor utilizá-lo em um sentido mais amplo, os contratos de empregos temporários constituem uma das características do precariado. De acordo com Standing (2013), o precariado são pessoas que não possuem as sete formas de garantias relacionadas ao trabalho na chamada “cidadania industrial”, defendida por sindicatos pós-Segunda Guerra Mundial. E, apesar de nem todo precariado valorizar os sete aspectos, apresenta alguma incoerência em todos eles:

- 1) Garantia do mercado de trabalho – oportunidades adequadas de renda-salário; no nível macro, isto é, realçado por um compromisso governamental de “pleno emprego”.
- 2) Garantia de vínculo empregatício – proteção contra a dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão, imposição de custos aos empregadores por não aderirem às regras e assim por diante.
- 3) Segurança no emprego – Capacidade e oportunidade para manter um nicho no emprego, além de barreiras para a diluição da habilidade, e oportunidades de mobilidade “ascendente” em termos de status e renda.
- 4) Segurança no trabalho – proteção contra acidentes e doenças no trabalho através, por exemplo, de normas de segurança e saúde, limites de tempo de trabalho, horas insociáveis, trabalho noturno para as mulheres, bem como compensação de contratempos.
- 5) Garantia de reprodução da habilidade – Oportunidade de adquirir habilidades, através de estágios, treinamento de trabalho, e assim por diante, bem como oportunidade de fazer uso dos conhecimentos.
- 6) Segurança de renda – Garantia de renda adequada e estável, protegida, por exemplo, por meio de mecanismos de salário mínimo, indexação dos salários, previdência social abrangente, tributação progressiva para reduzir a desigualdade e para complementar as baixas rendas.

¹⁰⁹ Ricardo Antunes amplia a noção de classe ligada somente ao assalariado formal e concebe a noção de classe-que-vive-do-trabalho. Segundo o autor, “a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, part-time, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva. (Antunes, 2005, p.52)

7) Garantia de representação – Possuir uma voz coletiva no mercado de trabalho por meio, por exemplo, de sindicatos independentes, com o direito de greve. (p.28)

Essas formas estão, em sua maioria, associadas ao pleno emprego e à situação de reconstrução e prosperidade de alguns países após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Standing (2013), “ser precarizado é ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precariada, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida” (p.37)¹¹⁰.

Pensar o migrante como o precariado, por excelência, implica pensar ainda na centralidade da relação salarial como organizador da vida e do trabalho e também nas fronteiras geopolíticas e nos desafios impostos aos migrantes. Tais características talvez não sejam suficientes para o surgimento de uma nova classe, justamente pelo critério de ausência ou presença da relação salarial nas questões do precariado.

Como já exposto, o migrante haitiano, enquanto classe-que-vive-do-trabalho, está inserido em trabalhos distantes de suas áreas de formação e em situações de trabalho que exigem uma disposição física e atividades pouco valorizadas. Realizam as atividades de trabalho que estão disponíveis e, em algumas situações, exercem duas atividades ao mesmo tempo. Essa “flexibilidade tropical” (Santos, 2012), ou seja, essa multiplicidade de combinações de trabalhos, desafia o pensamento sobre a estabilidade em um emprego durante a idade ativa para trabalhar. Em pouco tempo de trajetória de trabalho, alguns entrevistados realizaram vários trabalhos, não necessariamente na mesma área do trabalho anterior. No Brasil, ora registrados, ora não inseridos em trabalhos formais, o número de mudanças de um

¹¹⁰ Mas, para outros autores, o termo precarizado não representa uma nova classe como argumentado por Standing (2013). Para Braga (2012), o precarizado é o proletário precariado, ou seja, o trabalhador que ainda está regido pela lógica salarial que caracteriza o modo de produção capitalista. Sendo assim, não seria uma nova classe. Alves (2013) discorda dos autores anteriores, pois o precariado não se trata do proletário precarizado nem tampouco de uma nova classe. Considerar o precarizado como proletário pode mascarar processos que invisibilizam as novas contradições do capital. Assim, o precariado seria uma nova camada da classe social do proletariado, a camada média do proletariado urbanizado, composto por jovens-adultos altamente escolarizados e com inserção precária nas relações de trabalho e vida social. Recuperado em 12 de janeiro de 2017, de <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>.

trabalho para outro é muito alto para uma trajetória relativamente inicial, devido à idade dos entrevistados variar de 25 a 35 anos.

Os trabalhadores são julgados como descartáveis e pouco confiáveis, pois não “param em nenhum trabalho”. Se não há condições para que todos usufruam de um pleno emprego¹¹¹, mas ao contrário, a noção de pleno emprego se desmorona à medida que avança o capitalismo, repensar as políticas e as análises sobre o trabalho do migrante implica considerar o contexto migratório e de rotatividade laboral diante dos baixos salários, do trágico desperdício da experiência que impossibilita o migrante de exercer um trabalho compatível com a sua qualificação e também entender que a sobrevivência do migrante não compreende somente suas despesas pessoais onde se situa, mas ainda o envio da remessa para a família e os amigos no país de origem.

Tais situações apresentadas, bem como os elementos da experiência de trabalho dos entrevistados ajudam-nos a pensar em uma precariedade transnacional, com formas e intensidades diferentes: no Haiti há ausência de emprego, e no Brasil as atividades destinadas aos migrantes haitianos entrevistados, em sua maioria, são desvalorizadas tanto do ponto de vista social como também na perspectiva hierárquica de remuneração do trabalho. A denominação auxiliar, assistente que antecede a ocupação, possibilita que o empregador não exija qualificação e possa pagar um baixo salário para o trabalhador.

Repensar as políticas e as análises sobre o trabalho do migrante implica também compreender, a partir de uma perspectiva moral e psicológica do trabalho, as atividades pouco valorizadas e desqualificadas que lhe são destinadas e os impactos de tais atividades na vida cotidiana. Tais atividades, denominadas “trabalhos de migrante”, possuem uma representação que os desqualifica, muitas vezes oriundas do lugar desvalorizado que os trabalhadores do país de destino as situam, uma vez que se constituem como única (última) opção para aqueles que já

¹¹¹ Tal conceito é descrito por Kon (2012) como uma situação em que todo mundo que se apresenta no mercado de trabalho em busca de trabalho, consegue “um trabalho”. De acordo com a autora: “O pleno emprego significa a utilização da capacidade máxima de produção de uma sociedade e, evidentemente, deve ser utilizada para elevar a qualidade de vida da população” (p.8).

não encontram mais outras possibilidades de garantir sua sobrevivência. A análise que faz Lhuillier (2005), a partir de Hugues (1951), sobre a dimensão de delegação que constitui a noção de trabalho sujo pode ser útil para compreendermos a construção simbólica dessas atividades, ao afirmar que muitos tabus e escrúpulos morais estão relacionados ao fato de que determinadas atividades são “empurradas” para aqueles que não podem recusá-las, que não estão em condições de escolher. Nesse sentido, o trabalho do migrante pode ser considerado, em situações específicas que envolvem tarefas, condições e situações desqualificadas e desvalorizadas, como um “trabalho sujo” (Hugues, 1951), atravessado também por xenofobia, preconceito racial e socioeconômico.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E assim, seja lá como for,
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.*

(Maria Bethânia)

Longe de algum final, diante da inesgotabilidade do real e da experiência, nossa pretensão foi compreender, a partir de alguns referenciais, as repercussões psicossociais da migração para os haitianos que residiam na Região Metropolitana de Belo Horizonte durante a pesquisa.

A perspectiva transnacional, ao questionar o nacionalismo metodológico, convocou-nos para repensar a produção das pesquisas sobre migração, principalmente a migração haitiana. Já a teoria das Redes Sociais levou-nos a compreender os usos e os valores que nelas circulam e sua força no cotidiano, ao mesmo tempo em que nos ajudaram a interrogar a produção das fronteiras geopolíticas e sua estreita ligação com instituições distantes dos Estados-nação¹¹².

A partir da Psicologia Social, amparamo-nos nos trabalhos de Sylvia Leser e Iolanda Évora, que revelam, acima de tudo, uma concepção do sujeito que migra para além do sujeito cartesiano e racional que escolhe entre as vantagens financeiras e que pode provocar uma redução da migração ao compreendê-lo pelo viés economicista da migração que oculta as renormalizações da atividade de migrar, mas um sujeito que enfrenta rotas perigosas, que sofre com as violações cotidianas de direitos e se reinventa para além da sobrevivência.

A migração, enquanto atividade humana em toda a sua complexidade, também nos faz questionar os (i) e (e) prefixos que indicam um referencial de fronteira. Ao defendermos que são todos migrantes, isso nos proporciona deslocar o olhar para as fronteiras e compreender o migrante a partir de múltiplos olhares. A

¹¹² Sassen, S. (2016, Maio) ¿Quién tiene el poder de crear fronteras? *El País*. Recuperado em 08 de fevereiro de 2016 de http://cultura.elpais.com/cultura/2016/05/05/babelia/1462465935_795759.html.

partir desse diálogo entre teorias, também questionamos os enquadramentos jurídicos da migração que servem mais a uma gestão do indesejável¹¹³ do que a uma promoção de direitos. Butler (2015) ajuda-nos na seguinte reflexão:

Se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social. (p.15)

O autor aponta caminhos para a construção de políticas públicas migratórias mais solidárias. Justamente por repensar categorias cristalizadas, impõe uma complexidade que vai além da definição de políticas a partir das fronteiras.

8.1 A pesquisa-militante

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa representou um desafio na esfera da militância em Direitos Humanos e da produção de conhecimento científico. Por isso, utilizamos autores e autoras que dialogassem com a perspectiva qualitativa na produção de pesquisas, que abordassem as narrativas, mas também o território e as territorialidades, em uma inserção possível de intervenção. A tentativa de horizontalidade entre os saberes guiou o nosso percurso metodológico sob dois desconfortos intelectuais: era preciso intervir e também produzir reflexões sobre as situações vivenciadas. E tais ações não foram excludentes, foi possível agir na pesquisa-militante.

Em uma das situações, ocorrida em setembro de 2016, quando já havíamos terminado nosso tempo de coleta de dados de acordo com o cronograma, fomos solicitadas pela *Kore Aysyien* para acompanhá-la em uma atividade de abertura da mostra de cinema sobre migrações. Articulamos que a associação faria o coquetel de abertura com comidas e bebidas típicas e também disponibilizaria um *Dj* para apresentação de ritmos haitianos. Um dos aspectos da pesquisa-militante, e talvez

¹¹³ Michel Agier nos inspira no seu livro “Gérer les indésérables”, em que analisa os campos de refugiados enquanto dispositivos de governança e governamentalidade dos indesejáveis.

de qualquer pesquisa que envolva sujeitos marginalizados, é compreender que o lugar onde essas pessoas se situam às vezes nos coloca em relações de dependência para a inserção no meio social. No caso da nossa pesquisa, mesmo com o recolhimento dos dados com o cronograma finalizado, atendemos às convocações da associação por entendermos que a pesquisa também ultrapassa os limites impostos por cronogramas. Trata-se de relações construídas ao longo da pesquisa, mas que não se limitam a elas. Além da convocação, também conseguimos compreender mais da cultura haitiana e o esforço de integração que realizam no cotidiano. A festa de abertura da mostra foi realizada em um espaço de cultura na região central de Belo Horizonte e que promove muitas atividades gratuitas. Mas somente um haitiano conhecia o lugar, o que sugere que a questão de oferta de atividades culturais gratuitas também precisa de uma estreita relação com as condições de acesso, como a tantos brasileiros.

Em relação aos entrevistados, os caminhos percorridos para as entrevistas acontecerem não foram lineares nem tampouco fáceis. Alguns entrevistados cobraram e ainda cobram os resultados concretos da pesquisa para suas vidas. Como no mestrado, esta pesquisa não produziu resultados concretos que promovam uma mudança imediata nas condições de vida, mas indica caminhos para se pensar em mudanças que incluam os próprios migrantes como pensadores desse processo. Porém, a realidade da sobrevivência convoca-os para outros lugares. Nesse período recluso da escrita, dois entrevistados voltaram para o Haiti. E pesquisas que têm como objetivo as migrações de retorno são interessantes para avaliar os impactos do retorno sem terem atingido as expectativas de quando deixaram o Haiti. No caso desses entrevistados, voltam por estarem desempregados há meses.

Também são imprescindíveis pesquisas que investiguem as migrações a partir da perspectiva de gênero. Dos entrevistados, conseguimos entrevistar duas mulheres que possuem atravessamentos da sociedade patriarcal e que alteram a maneira como elas se movem. Um entrevistado que estava desempregado na época da entrevista, Gérard, formou-se em Análises Clínicas, mas não conseguiu um emprego na área e trabalha como entregador em uma padaria, o que evidencia o quão é difícil um trabalho que condiga com a sua qualificação, mesmo tendo se formado no Brasil, e que sugere mais pesquisas que produzam reflexões sobre o

trágico desperdício da experiência e a impossibilidade de transferir suas habilidades adquiridas ao longo da vida.

Na pesquisa-militante, as situações afetas aos sujeitos da pesquisa e o conhecimento produzido por eles possuem um lugar em permanente debate com os conhecimentos acadêmicos. Nesse sentido, a Ergologia e seus pressupostos apresentam-se como uma possibilidade de saberes valores¹¹⁴ que norteie o fazer científico.

8.2 Limitações do trabalho

Este trabalho é muito específico para as situações das entrevistas realizadas com alguns haitianos que residiram na Região Metropolitana de Belo Horizonte durante os anos de 2014, 2015 até o início de 2016. E não pretendemos generalizá-lo para outras situações da migração haitiana no Brasil: na tríplice fronteira, nos estados do Sul, em São Paulo as dinâmicas são diferentes principalmente em relação aos trabalhos disponíveis, as instituições de acolhimento e as diferenças socioeconômicas regionais.

Outro aspecto que não conseguimos aprofundar na tese foi a problemática da política migratória brasileira, que até o final do ano passado era norteadada pelo Estatuto do Estrangeiro (6.815/80), que possui uma abordagem criminalizante da migração e do migrante. No final de 2016 foi aprovado o Projeto de Lei nº2516/15, a chamada Lei da Migração, que representa um avanço em relação ao Estatuto do Estrangeiro no que diz respeito à burocracia. A nova lei prevê a diminuição da burocracia para acessar a documentação necessária que permite a permanência do migrante no país, põe fim à prisão de migrantes que estejam em situação irregular e garante os direitos políticos de se associar, comparecer a reuniões, atividades proibidas no Estatuto do Estrangeiro.

Os estudos sobre as políticas migratórias podem fornecer caminhos para pensá-las, o que se torna um desafio não somente para o governo federal, mas para

¹¹⁴ De acordo com Schwartz, em minicurso realizado em novembro de 2016, os saberes valores são saberes que se cristalizam ao redor de como eu posso continuar a vida.

os governos estaduais e municipais na busca de se pensar em espaços para pensar a política migratória. A criação de comitês estaduais já é uma realidade em alguns estados como Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Em nível municipal, em São Paulo, a criação do CRAI (Centro de Referência em Atendimento ao Imigrante) e do Conselho Municipal de Migrantes dentro da Política Municipal para a população migrante (Projeto de Lei nº 142/16). Em Minas Gerais, com a criação do COMITRATE em 2015, inaugurou-se um comitê que discute a temática, mas que ainda percorrerá um longo caminho para a efetivação de uma política pública de acolhimento. Nos municípios, iniciativas localizadas refletem o esforço de incluir a pauta da migração nas políticas desenvolvidas: Belo Horizonte, em 2013, na tentativa de construir uma rede de acolhimento; Contagem, ao contratar um pedagogo haitiano para auxiliar na relação entre os alunos haitianos e as escolas e ao estabelecer parcerias para ofertar cursos de português para haitianos.

A iniciativa brasileira insere-se na luta por uma governança da mobilidade em nível mundial¹¹⁵. A ONG Migreurope constatou um aumento de muros físicos no mundo desde a queda do Muro do Berlim. Ao contrário do que se acreditava, que com a queda do muro outros muros cairiam, de 15 em 1989, eles passaram a 45 em 2012.

8.3 Condições de vida no Brasil

Uma das questões da pesquisa foi compreender as condições de vida dos entrevistados, que se apresentam entre a precariedade e a resistência. E nessas situações, o aprendizado do português impõe-se como uma das questões essenciais para a sociabilidade, a proteção e o acesso a direitos, principalmente no trabalho. Embora existam tentativas da sociedade civil e de universidades públicas de ofertar aulas de português, as disponibilidades ainda são insuficientes. Assim, uma das

¹¹⁵ Enquanto finalizávamos a escrita da tese, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump anunciou a construção de um muro entre o México e os Estados Unidos sob a responsabilidade financeira do México. Também sancionou uma lei que proibia, durante 90 dias, que pessoas da Síria, do Irã, do Sudão, da Líbia, da Somália, do Iêmen e do Iraque entrassem nos Estados Unidos. Na Europa, a crise dos refugiados joga holofote sobre a questão migratória e do refúgio. Diante disso questionamos: será que a crise não é um projeto?

propostas da *Kore Aysyien* é ter condições de ofertar um curso de português lecionado por haitianos. Tal proposta justifica-se para a oferta do curso destinado a haitianos que não possuem o ensino médio completo e que possuem dificuldades em aprender o idioma. Mas falaremos de outras propostas e desafios da associação adiante.

Em relação às condições de vida, destaca-se um valor que circula na rede social da migração haitiana: a solidariedade no acolhimento de haitianos recém-chegados. Em um contexto de baixa remuneração, acolher um haitiano torna-se um ato de coragem diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano, ao mesmo tempo em que esse acolhimento pode resolver o entrave burocrático de informar o local de residência para a Polícia Federal. E na sobrevivência do haitiano na RMBH, a Igreja, principalmente neopentecostal, atua enquanto um suporte social e assistencialista. Estudos apontam o papel essencial das igrejas em migrações ao redor do mundo. Dessa forma, um tema que merece ser aprofundado em futuras pesquisas são os lugares da Igreja nas migrações e a relação dos migrantes com as igrejas e com a religião¹¹⁶.

Para compreendermos os impactos psicossociais a partir do trabalho e do território, lançamos mão de teorias que reconhecem no sujeito, além das escolhas, a capacidade de reinvenção e de criação diante de situações e contextos adversos. A partir da noção de território, os homens lentos que habitam o território e as cidades são os únicos capazes de pensar o futuro dela, de não cair no automatismo da rotina.

8.4 Precariedade e resistência transnacional.

Se no Haiti não há emprego, moldado no padrão assalariado, e o desemprego é exponencial, principalmente após o terremoto, o que configura uma precariedade laboral, por outro lado, as pessoas se reinventam para trabalhar em condições inóspitas e desafiadoras – como as geradas pela ausência de estrutura

¹¹⁶ No Haiti, após o terremoto em 2010, tem havido um crescente aumento de igrejas neopentecostais que acusam a prática ao vodu como causa do terremoto. Essa afirmação gerou uma onda de assassinatos de líderes do vodu logo após o terremoto.

governamental com garantia de direitos básicos, pela invasão da comunidade internacional ocupando postos de gestão e decisão de políticas e pela ausência de lugares para ser empregado – e inserem-se principalmente em atividades ligadas ao comércio, como faz a mãe de alguns entrevistados, ou em atividades ligadas à educação e à saúde, como no caso de outros entrevistados. No Brasil, a precariedade continua, mas com outras características. Suas trajetórias de trabalho são, a todo momento, atravessadas pela possibilidade do trabalho informal, em condições e jornadas precárias, e também em condições de vida precárias, diante do salário mensal, do trágico descompasso entre a formação e o trabalho que realizam – este último tema tão debatido e constatado, mas com políticas insuficientes para resolvê-lo.

Sendo assim, o que denominamos de precariedade transnacional sustenta-se a partir de teorias distintas: a precariedade apresentada no capítulo sobre trabalho e que possui como característica a impossibilidade de mobilidade social, e compreendida em uma perspectiva transnacional, ou seja, podemos pensar que se há uma mundialização ou uma proposta de mundialização das mercadorias e de algumas pessoas, os processos de humilhação e de pobreza econômica também podem ser transnacionais e produzidos a partir de diferentes realidades e intensidades no Brasil e no Haiti.

Diante dessa precariedade, as pessoas também reinventam formas de resistência, usam de táticas contra a precariedade. Consideramos resistência a organização da *Kore Aysyien* e os desdobramentos a que ela convoca, ou seja, a esfera política enquanto resistência às imposições da mobilidade. O COMITRATE se vê diante de um entrave nesse reconhecimento político: embora reconheça a associação, ela não pode se candidatar como sociedade civil no comitê por não possuir CNPJ e não atender à legislação pertinente. Mais uma vez, a burocracia impede que os sujeitos participem de um espaço criado para construir, fiscalizar e pensar políticas migratórias estaduais.

A aposta na educação também é uma forma de resistência diante da precariedade no/do trabalho. Nas entrevistas, todos queriam estudar, seja terminando uma graduação ou fazendo uma pós-graduação. Atualmente, um dos entrevistados, Phanel, frequenta um curso de pós-graduação em Direitos Humanos

e pretende fazer o mestrado. E, por último, uma forma de resistência que podemos pensar são as produções das territorialidades, apropriar-se de espaços e produzir sentido. Como já discutido, os homens lentos são os únicos capazes de pensar o futuro das cidades.

Os migrantes haitianos e haitianas, especialmente os que tivemos o privilégio de conhecer e entrevistar, possuem uma força em resistir e de se reinventarem diante da precariedade impositiva. Acreditamos em um mundo sem fronteiras que ainda está por vir. Mas, enquanto não há sinais de que esse mundo seja possível, terminamos esta escrita desejando que nossas ações se pautem cada vez mais em valores que remetam ao viver junto, mesmo sendo “Humaninhos” como bem descreveu Eduardo Galeano.

REFERÊNCIAS

- Ackermann, K. (2007). *Mercado de trabalho invisível: a participação entre o trabalho no mercado informal, o emprego e o desemprego na trajetória de trabalhadores*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Agier, M. G. (2008). *Gérer les indésirables: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris: Flammarion.
- Alves, G. A. P. (2008). A subjetividade às avessas: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 223-239. ISSN 1981-0490. Recuperado em 04 de novembro de 2016, de <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25782>
- Alves, G. A.P. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálisis*, 12(2), 188-197. Recuperado em 15 de fevereiro de 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>
- Alves, M. A; &Tavares, M. A. (2006). A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In Ricardo Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Boitempo.
- Andoche, J. (2001). Culture et santé mentale: les avatars français de l'ethnopsychiatrie. In J-P, Dozon, & D. Fassin (Orgs.), *Critique de la santé publique* (pp. 281-308). Paris: Baland.
- Andrada, C. F. (2013). *Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 19 de julho de 2013, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04072013-121257/>.
- Angelini, A. L. (2007, dezembro). Psicologia intercultural e psicologia educacional: uma contribuição histórica. *Bol. – Acad. Paul. Psicol. (São Paulo)*, 27(2). Recuperado em 02 de abril de 2014, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200006&lng=pt&nrm=iso>.
- Anglade, G. (2005). *Les haïtiens dans le monde*. Recuperado em 08 de agosto de 2016, de <http://ile-en-ile.org/georges-anglade-les-haitiens-dans-le-monde>.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Campinas, SP: Boitempo Editorial.

- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (Org.). (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2013). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho* (Vol. II). São Paulo: Ed. Boitempo.
- Araújo, J. N. G. (2009). Qualidade de vida no trabalho: controle e escondimento do mal-estar do trabalhador. *Trabalho, educação e saúde* [online], 7, 573-585.
- Arendt, H. (1995). *A condição humana* (7ª ed., R. Raposo, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arfuch, L. (2010). *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea* (P. Vidal, trad.). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação* (L. Didio, trad.). Brasília: Liber Livro.
- Barros, C. R. (2011) *O real do egresso do sistema prisional: circulação de normas, valores e vulnerabilidades*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Barros, V. A., & Pinto, J. B. M. (2006). Trabalho e criminalidade. In Iris B. G. (Org.), *Temas em psicologia e administração* (1ª ed., vol.1, pp.321-341). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barros, V. A. & Pinto, J. B. M. (2008). Reciclagem, trabalho e cidadania. In V. H. Kemp & H. M. T. Crivellari (Orgs.), *Catadores da cena urbana, construção de políticas socioambientais* (pp.65-82). Belo Horizonte: Autêntica.
- Barros, V. A. (2009) *O trabalho na contemporaneidade: delimitações em um mundo de exclusão: subjetividade(s) e sociedade: contribuições da psicologia* (Vol. 1, pp. 143-160). Belo Horizonte: CRP.
- Barros, V. A., & Carreiro, A. P. (2011). Clínicas do trabalho: contribuições da psicossociologia no Brasil. In P. F. Bendassolli, L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 208-226). São Paulo: Atlas.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos* (C. A. Medeiros, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

- Botega, T., Araújo, D., & Tonhati, T. (2016). Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração: os casos omissos e especiais e os desafios à política migratória brasileira. In L. Cavalcanti, T. Oliveira, & D. Araujo, *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro* (Relatório Anual 2016). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (D. B. Catani, trad.). São Paulo: Editora UNESP. (Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais). Recuperado em 05 de novembro de 2016, de https://cienciastecnologiassociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre_bourdieu_-_os_usos_sociais_da_cic3aancia.pdf.
- Butler, Judith. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* São Paulo: Boitempo.
- Canguilhem, G. (2006). *O normal e o patológico* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Carreteiro, T. C. O. (2001) Perspectivas da cidadania brasileira: entre as lógicas do direito, do favor e da violência. In J. N. G. de Araújo, & T. C. O. Carreteiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica* (p.155-168). Belo Horizonte: FUMEC/ Escuta.
- Carreteiro, T. C. O. (2003). Sofrimentos sociais em debates. *Revista de Psicologia da USP*, 14(3), 57-72.
- Cataia, M. A., & Silva, S. C. (2013). Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. *Boletim Campineiro de Geografia*, 3, 55-75.
- Cavalcante, F. F. G. et al. (2005). Estudo sobre os riscos da profissão de estivador do Porto do Mucuripe em Fortaleza. *Rev. Ciência da Saúde Coletiva* [online], 10 (suppl.),101-110. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000500013>. Recuperado em 17 de fevereiro de 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500013.
- Cavalcanti, L; Oliveira, T.; & Araújo, D. (2016). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro* (Relatório Anual 2016). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Chasin, J. (1999). Rota e perspectiva de um projeto marxista. *Ad Hominem*, (São Paulo), 1, 38.
- Chaves Jr., E. (2008). *Um olhar sobre o Haiti: refúgio e migração como parte da história*. Brasília: LGE Editora.

- Claro, C. de A. B. (2011a). Environmentally displaced people and migration policies in the 21st century. In *IV International Symposium of the International Network on Migration and Development "Global Crisis and Migratory Strategies: Redefining Migration Policies"* Quito, Ecuador, May 2011c. Recuperado em 25 de agosto de 2015, de: http://rimd.reduaz.mx/ponencias_flacso/PonenciaCarolinaAbreuBatista.pdf.
- Claro, C. de A. B. (2011b). O aporte jurídico do direito dos refugiados e a proteção internacional dos "refugiados ambientais". In A. C. Ramos, & G. A. Rodrigues de Assis. (Orgs.), *60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro* (pp. 241-269). São Paulo: Editora CL-A Cultural.
- Cohen, Robin. (2014). Globalização, migração internacional e cosmopolitismo cotidiano. In A. Barreto (Org.), *Globalização e migrações* (2^a ed., pp. 25-44). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Collectif Argos. (2010). *Climate Refugees*. Cambridge: MIT Press.
- Coulon, A. (2004). *L'École de Chicago* (Collection Que sais-je ?). Paris: PUF.
- Dantas, S. D. et al. (2011, maio). Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 18(34). Recuperado em 06 de dezembro de 2016, de <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/208/191>.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. (5^a ed. ampl., A. I. Paraguay & L. L. Ferreira, trad.). São Paulo: Cortez-Oboré.
- Deslauriers, J-P., & Kérisit, M. (2008). O delineamento da pesquisa qualitativa. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 127-154). Petrópolis: Vozes.
- Dorino, A. G. (2009). "En vue de l'action: Portait de la Communauté Haïtienne au Québec". *Document du SJRM de la Province de Canada français*.
- Dowie, M. (2009). *Conservation refugees: the hundred year conflict between global conservation and native peoples*. Cambridge: MIT Press.
- El-Hinnawi, E. (1985). *Environmental refugees*. Nairobi: UNEP.
- Évora, I. M. A. (2003). *(Des) atando nós, (re) fazendo laços: aspectos psicossociais da migração feminina cabo-verdiana na Itália*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Évora, I. M. A. (2004). Cabo-verdianas da diáspora: transformações na imigração feminina em Itália. In Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (Ed.), *A questão social no novo milénio* (p. 205). Coimbra, Portugal. (Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004. Coimbra, Portugal).

- Faist, T. (2012). Toward a transnational methodology: methods to address methodological nationalism, essentialism, and positionality. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 28,1. doi: 10.4000/remi.5761. Recuperado em 03 de janeiro de 2016, de <http://remi.revues.org/5761>.
- Fanon, F. (2001). *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE).
- Faria, A. V. (2012). *A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Fernandes, B. M. (2009). Sobre tipologias de territórios. In M. A. Saquet, & E. S. Sposito. (Org.), *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (1ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Fernandes, D. (2009, julho/dezembro). Território e territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 2(4), 59-68.
- Fernandes, D. (2015). O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In E. J. P. Prado, & R. Coelho (Orgs.), *Migrações e trabalho* (p. 19, Seção I – Migrações: marcos legais, aspectos econômicos, políticos e sociais). Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 236 p. ISBN: 978-85-68203-02-6. Recuperado em 15 de janeiro de 2016, de https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87/Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87.
- Fernandes, D., & Castro, M. C. G. de. (2014). *Projeto Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral* (relatório). Belo Horizonte: Conselho Nacional de Imigração [CNIg], Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], Organização Internacional para a Migração [OIM].
- Fernandes, D; Milesi, R., & Farias, A. (2011). Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, (Brasília), 6 (6), 73-98.
- Galeano, E. (1976). *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Galeano, E. (2012). *Os filhos dos dias* (E. Nepomuceno, trad.). Porto Alegre: L&PM Editores. Recuperado em 15 de dezembro de 2016, de http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaID=816261&SubsecaoID=618848&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=846191.
- Gaudemar, J. P. (1977). *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Ed. Estampa.

- Gonçalves, H. J. C., Azevedo, A. M., Estrázulas, J. A. & Moro, A. R. P. (2013, Junho). Análisis ergonómico de las actividades del transporte manual de carga: el caso de los trabajadores del puerto fluvial de Manaus. *EFDportes.com. Revista Digital*, (Buenos Aires), Año 8, 181. Recuperado em 04 de novembro de 2016 de <http://www.efdportes.com/>; <http://www.efdeportes.com/efd181/atividade-de-transporte-de-carga-do-porto-de-manaus.htm>.
- Gorender, J. (2004, abril). O épico e o trágico na história do Haiti. *Estud. Av.*, 18 (50), 295-302. Recuperado em 07 de dezembro de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025&lng=en&nrm=iso.
- Gorz, A. (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gottmann, J. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, (Campinas) 2(3).
- Haguet, T. M. F. (1997). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Handerson, J. (2015). *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Harvey, D. (2002). *Condição pós-moderna* (11ª ed., 349p). São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2004). *A condição pós-moderna* (13ª ed., 128 p.). São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ed. Annablume.
- Hissa, C. E. V. (2009). *Território de diálogos possíveis: compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* (pp.36-84). Salvador: EDUFBA.
- Hissa, C. E. V. (2013). *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Houaiss, A., Franco, F. M. de M., & Villar, M. de S. (1999). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia.
- Hughes, E. (1951). Work and the self. In J. H. Rohrer & M. Sherif (Eds.), *Social psychology at the crossroads* (pp. 313-323). New York: Harper.
- International Labour Office [ILO]. (2004). *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy*. Recuperado em 18 de março de 2010, de <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc92/pdf/>
- International Labour Organization [ILO]. (1972). *Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya*. Genève: Author.

- International Labour Organization [ILO]. (2004). *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy*. Recuperado em 18 de janeiro de 2017, de www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc92/pdf/rep-vi.pdf...<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc92/pdf/rep-vi.pdf>.
- Jacques, M. da G. (1996): Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In Tamayo, A., Borges-Andrade, J. E. & Codo, W. (Org), *Trabalho, organizações e cultura* (pp. 21-26, Coletâneas da Anpepp nº 11). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.
- Jacques, M. da G., & Jacques, C. C. (2009). Acidentes de trabalho e implicações psicossociais: uma discussão introdutória. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3, 141-149.
- James, C. L. R. (2000). *Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo.
- Jansen, C. (1969). Some sociological aspects of migration. In J. A. Jackson (Ed.), *Migration*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Jones, D. (1992). Which migrant? Temporary or Permanent? In Nina, G-S., Linda, B., & Cristina S-B., *Towards a transnational perspective on migration* (pp. 217-225). New York: The New York Academy of Sciences.
- Kon, A. (2012, abril/junho). Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia & Tecnologia*, (Curitiba), 8(2), 5-22.
- Lanna, M. (2000). Nota sobre Marcel e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia Política*, 14, 173-194.
- Lee, E. S. (1969). A theory of migration. In J. A. Jackson (Ed.), *Migration* (pp. 282-297). Cambridge: Cambridge University Press. (Originalmente publicado em Lee E. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3(1), 47-57).
- Lhuillier, D. (2005). Trabalho. In Barus-Michel, J., & Enriquez, E. Levy, *Dicionário de psicossociologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Lhuillier, D. (2011). *Cliniques du travail*. Paris: Érès.
- Lima, M. (2011). Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Educação & Tecnologia*, 12(3). Recuperado em 04 de janeiro de 2016, de <http://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/107>.
- Lima, M. E. A (2002). *Os sentidos trans-históricos do trabalho e sua importância para o psicólogo*. Belo Horizonte. (mimeografado).
- Lima, M. E. A. (2003). Dimensões psicossociais dos acidentes de trabalho: um estudo no setor siderúrgico. In C. A. Salim., L. F. de Carvalho, M. N. de C. Freitas, & M. de Freitas. (Orgs.), *Saúde e segurança no trabalho: novos olhares e saberes* (1ª ed., vol.1, pp. 195-218). Belo Horizonte: Segrac Editora e Gráfica Ltda.

- Lima, M. E. A. (2004). Os paradoxos da "excelência" no mundo do trabalho. In M. de F. Bianco, G. S. Junquillo, & C. Waiandt. (Orgs.), *Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar* (1ª ed., vol.1, pp. 101-114). Vitória-ES: Flor & Cultura Editores.
- Lima, M. E. A., Araújo, J. N. G. de, Lima, F. P. A., & Neves, M. A. (1997). *L.E.R.: dimensões ergonômicas e psicossociais* (1ª ed., vol. 1000). Belo Horizonte: HEALTH.
- Manvoutouka, T. (2013). ¿Hasta qué punto y cómo puede conceptualizarse el trabajo informal? *Laboreal*, 9(2), 36-43. Recuperado em 03 de novembro de 2016, de <http://www.laboreal.up.pt/pt/articles/ate-que-ponto-e-comopodemos-conceptualizar-o-trabalho-informal/>.
- Marcelino, P. F. (Ed.). (2013). *Si proches et si lointaines. Les diaspores haïtiennes aux Caraïbes*. Bruxelas: Observatoire ACP sur les Migrations, Organisation internationale pour les migrations [OIM].
- Martins Borges, L., Pocreau, J-B. (2012, dezembro). Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. *Estud. Psicol.*, 29(4), 577-585. Recuperado em 06 de dezembro de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000400012&lng=en&nrm=iso.
- Martins-Borges, & L., Pocreau, J-B. (2009). Reconhecer a diferença: o desafio da etnopsiquiatria. *Psicologia em Revista*, 15(1), 232-245.
- Marx, K. (1993). O capital (Vol.1/1). São Paulo: Abril Cultural.
- Massey, D. (1988). Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, 14, 383-413.
- Massey, D. S. (1990, Spring). Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. *Population Index*, 56(1), 3-26. doi:10.2307/3644186.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993, Sep.). Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- Mauss, M. (2007). *Ensaio sobre a dádiva* (Introdução de Claude Lévi-Strauss). Lisboa: Edições 70.
- Medá, D. (1999). *O trabalho, um valor em via de extinção*. Lisboa: Fim de Século.
- Medrado, B., Spink, M. J. & Mélo, R. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In, M. J. P. Spink, J. L. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento & M. P. Cordeiro. (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 273-294). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Menezes, M. (2012). Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In P. E. Teixeira et al. (Orgs.), *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Mezzadra, Sandro (2012). Multidão e migrações: a autonomia dos migrantes. *Eco-pós, Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ*, 15(2).
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2012, março). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, (Rio de Janeiro), 17(3), 621-626.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. (n.d). *Treinamento para carregadores de mercado* (Manual 6). Recuperado em 15 de dezembro de 2016, de <http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/pub24.pdf>.
- Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]. *Classificação Brasileira de Ocupações*. (n.d.). Recuperado em 15 de dezembro de 2016, de <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>.
- Mintz, S. W. (1974). *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine Pub. Co.
- Neiburg, F. (2013). Imaginary moneys and the popular economy in Haiti. Article submitted to *American Ethnologist*. Recuperado em 15 de outubro de 2016, de <https://pt.scribd.com/document/249571200/Imaginary-Moneys-and-the-Popular-Economy-in-Haiti>.
- Nieto, C. (2014). *Migración haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Nogueira, M. L. M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69-86.
- Nouroudine, A. (2011). Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? *Trabalho, Educação e Saúde*, (Rio de Janeiro), 9(supl. 1), 69-83.
- Observatório Internacional de Migrações [OIM]. (2009). Glossário sobre Migração. *Direito Internacional da Migração*, 22. Recuperado em 14 de janeiro de 2016, de <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>.
- Oddone, I. (1980). *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail*. Paris: Éres.

- OECD-UNDESA. (2013). Migração mundial em números. *Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento, 2013*. Recuperado em 03 de dezembro de 2016, de <http://www.oecd.org/els/mig/World-Migration-in-Figures.pdf>.
- Offe, C. (1989, junho). Trabalho: categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(10).
- Organista, J. H. C. (2006). *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2009). *Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos* (Relatório de Desenvolvimento Humano 2009). Genebra: Autor.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). (1951). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Genebra: Autor.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. Departamento de Economia e Assuntos Sociais. (2013). *A projeção da população mundial: revisão de 2012* (relatório). Genebra: UN DESA.
- Organización Internacional para las Migraciones [OIM]. (2006). *Glosario sobre migración* (Derecho Internacional sobre Migración nº 7). Recuperado em 10 de janeiro de 2016, de http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_7_sp.pdf.
- Patarra, N. L. (2006, agosto). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, 20(57), 7-24. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200002>. Recuperado em 26 de outubro de 2015, de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10143/11727>.
- Patto, M. H. (2009). *Cidadania negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas* (SOCIOUS Working Papers nº 11/2004). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Pimentel, M, & Cotinguiba, G. C. (2014, janeiro/junho). Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. *Universitas Relações Internacionais*, 12(1), 73-86.
- Pinto. J. B. M. (2015). Os direitos humanos como um projeto de sociedade. In J. B. Moreira Pinto, & E. G. de Souza (Orgs.). *Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para a dimensões políticas, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental* (pp.5-33). Rio de janeiro. Lumens Juris.
- Portes, A. (2003). Conclusion: theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism. *International Migration Review*, 37(3) (fall), 874-892.

- Portes, A. (2004, outubro). Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69,73-93.
- Póvoa-Neto, H. (1997, março). Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. *Experimental*, 2,11-24.
- Queiroz, M. I. P. de. (2008). O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In C. T. Lucena et al, *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: Humanitas.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Ravenstein, E. G. (1885, June). The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, 48 (2),167-227. Recuperado em 25 de setembro de 2011, de: <http://blog.lib.umn.edu/globerem/main/Ravenstein.pdf>.
- Rezende, Jáder. (2013, 15 de abril). Força-tarefa resgata haitianos em trabalho degradante em Minas Gerais. *Jornal O Tempo*. Recuperado em 05 de novembro de 2016, de <http://www.otempo.com.br/for%C3%A7a-tarefa-resgata-haitianos-em-trabalho-degradante-em-mg-1.748146>.
- Ribeiro, M. T. F., & Milani, C. R. S. (Orgs.). (2009). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* (312 p.) [online]. Salvador: EDUFBA. ISBN 978-85-232-0560-7. Recuperado em 20 de novembro de 2016, de SciELO Books <http://books.scielo.org>.
- Richmond, A. H. (1988). *Immigration and ethnic conflict*. London: MacMillan Press.
- Roesse, A., Gerhardt, T. E., Souza, A. C., & Lopes, M. J. M. (2006). Field diary: construction and utilization in scientific researches: bibliographic analysis. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(3).
- Rosa, M. D. (2012, maio). Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7, 67-76. doi:10.11606/issn.2316-9060.v7i0p67-76. Recuperado em 23 de janeiro de 2014, de <http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46597>.
- Rosa, R. de M. A (2007). Construção da desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*, 4(2), 0-24. doi: 10.5102/uri.v4i2.160.
- Sahlins, M. (1980). *Au cŒur des sociétés*. Paris: Gallimard.
- Saint-Hubert, F. (2012, April/May). La Migration Haïtienne, un défi à relever. *Migration Policy Practice*, (Genebra: OIM), 2(2).
- Santos, B. S. (2006). A ecologia de saberes. In B. S. Santos, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (Cap. 3, pp. 137-165). São Paulo: Cortez.

- Santos, J. B. F. dos, Maciel, R. H. M. de O., Sato, L. (2014, julho/dezembro). Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, (São Carlos), 4(2), 325-350.
- Santos, M. (1977, junho). Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, (São Paulo), 54, 35-59.
- Santos, M. (1978a). *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. (1978b). *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1978c). *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1979). *Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Coleção Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Santos, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1986). Circuitos espaciais de produção: um comentário. In M. A. de Souza, & M. Santos, *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1994). O retorno do território. In M. Santos, M. A. de Souza, & M. L. Silveira, *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2005). *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2012) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (Ed.), Bernardes, A., Zerbini, A., Gomes, C., Bicudo, E., Almeida, E. et al. (Col.). (2000, julho). O papel ativo da Geografia: um manifesto. In *XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis.
- Santos, M. (2002). O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura* [online], 54. Recuperado em 01 de dezembro de 2014, de <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14803.pdf>.
- Santos, M., Souza, M. A. de, & Silveira, M. L. (1994). *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- Saquet, M. A. (2007). *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular.

- Sasaki, E. M., & Assis, G. de O. (2000). Teorias das migrações internacionais. In *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 12, Caxambu, Minas Gerais: ABEP.
- Sassen, S. (1988). *The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sassen, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel.
- Sassen, S. (2010). A savage sorting of winners and losers: contemporary versions of primitive accumulation. *Globalizations*, 7(1), 23-50.
- Sato, L. (2007). Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, 19 (n. spe), 95-102.
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(spe1), 99-110. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110>. Recuperado em 14 de janeiro de 2016, de <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77867>.
- Sato, L., & Oliveira, F. (2008, janeiro/junho). Compreender o gerenciamento a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, 27, 188-197.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade da vida cotidiana através da investigação etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Sato, L., Lacaz, F. A. C., & Bernardo, M. H. (2008). Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na saúde pública de São Paulo. In W. C. R. Campos, & E. B. da Silva. (Orgs.), *Trabalho e saúde: tópicos para reflexão e debate* (pp. 151-172). São Paulo: DIESAT.
- Sato, L.; Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micro políticos. *Psicologia para América Latina*, 15, 1-14.
- Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (1ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Schiller, N. G., & Fournon, G. (1990). Everywhere we go, we are in danger: Ti Manno and the emergence of a haitian transnational identity. *American Ethnologist*, 17(2), 329-347.
- Schiller, N. G., Basch, L., & Blanc-Szanton, C. (Orgs.). (1992). Towards a transnational perspective on migration. In *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645 (pp.1-24). New York: The New York Academy of Sciences.
- Schiller, N. G., Basch, L., Blanc, & C. S. (1995, January). From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68(1), 48-63. Recuperado em 08 de janeiro de 2016, de <http://www.jstor.org/stable/3317464>.

- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2008). Glossário de Ergologia. *Laboreal*, Porto, 4(1), 23-28.
- Schwartz, Y. (1996, outubro). Trabalho e valor. *Revista Tempo Social*, 8(2), 147-158.
- Schwartz, Y. (2000). Trabalho e uso de si. *Pro-posições*, 5 (1), 34-50.
- Schwartz, Y. (2001). Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trab. Educ. Saúde* [online], 9, suppl.1, 19-45. ISSN 1981-7746. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462011000400002>. Recuperado em 12 de janeiro de 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462011000400002&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Seguy, F. (2014). *A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo.
- Seintenfus, R. (2016) *Reconstruir Haiti: entre la esperanza e el tridente imperial*. Santo Domingo, República Dominicana: Ediciones Fundación Juan Bosch.
- Sennett, R. (1999/2014). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio, São Paulo: Record.
- Silva, S. (2013, November). Brazil, a new eldorado for immigrants? the case of haitians and the brazilian immigration policy. *Urbanities*, 3(2).
- Sjaastad, L. A. (1962). The costs and return of human migration. *Journal of Political Economy*, 70 (Suppl., Pt 2), 80-93.
- Souza, J. (Org.). (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG.
- Spink, M. J. P., Brigagão, J. L. M., Nascimento, V. L. V. & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. Recuperado em 10 de junho de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-71822003000200003.
- Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicol. Soc.*, (Porto Alegre), 20(n. spe), 70-77. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>. Recuperado em 28 de dezembro de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=en&nrm=iso.
- Spink, P. K. (2009, dezembro). Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 227-241. ISSN 1981-0490. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i2p227-241>. Recuperado em 02 de novembro de 2016, de <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25752/27485>.

- Standing, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica.
- Telemaque, J. (2012). *Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Thiollent, M. (2009). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Thomas, W. I. & Znaniecki, F. (1918). *The polish peasant in Europe and America*. Boston: Badger.
- Thomaz, O. R. (2010, março). O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos estud. – CEBRAP*, 86, 23-39. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100002>. Recuperado em 22 de novembro de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100002&lng=en&nrm=iso.
- United Nations. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. (2013). *International Migration 2013 Wallchart* (United Nations publication, Sales No. E.13.XIII.8). Recuperado em 10 de janeiro de 2015, de <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/migration/migration-wallchart2013GraphsMaps.pdf>.
- Vainer, C. B. (1984). Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória. *Cadernos PUR*, 1 (1), 6-43.
- Vainer, C. B. (2000). Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Revista Travessia*, 36, 15-32.
- Vieira, R. (2014). *Itinerâncias e governo: a mobilidade haitiana no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Weber, F. (2009). *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond.

APÊNDICE A – Carta de apresentação

Carta de Apresentação

Meu nome é Carolyne Reis Barros, sou psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Não pertenço a nenhum órgão público, polícia federal, poder judiciário.

Estou realizando uma pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo. O tema do meu projeto é “trabalho e migração de haitianos em Belo Horizonte”. Gostaria de conversar com haitianos que residem em Belo Horizonte e região metropolitana (Esmeraldas, Contagem, Betim...) sobre sua trajetória de vida e trabalho.

Essas conversas ajudarão na construção da tese de doutorado e não serão divulgadas nem identificadas, caso o entrevistado não queira. Nenhuma forma de identificação será estabelecida respeitando sempre o direito ao anonimato.

As conversas poderão ser em dia e horário combinados, na residência do entrevistado ou em algum lugar que seja mais confortável e tranquilo. Como sugestão, as entrevistas poderão acontecer na Rua Cristal, 89, Santa Teresa (sede do Instituto DH). Informo que será ofertado auxílio financeiro para transporte.

Para confirmar as informações contidas nesta carta disponibilizo os contatos do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo: ccppsicologiasocial@usp.br, (11) 3091-4460.

Aguardo contato por telefone ou email. As ligações podem ser feitas à cobrar no telefone **909088121998 (oi)** ou **909091286147 (TIM)**. E o contato por e-mail, através do endereço **carolynereis@gmail.com**.

Muito obrigada. Seja bem-vindo ao Brasil!

A handwritten signature in purple ink, which appears to read 'Carolyne', is written above the printed name.

Carolyne Reis Barros

ANEXO A - Resolução Normativa 97

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. (Alterada pelas Resoluções Normativas nº 102/2013, 106/2013, 113/2014 e 117/2015)

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º *O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores. (Redação dada pela RN 102, de 26/04/2013)*

Parágrafo único. *(Revogado pela RN 102, de 26/04/2013)*

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado. (Prorrogada a vigência até 30 de outubro de 2016 pela RN 117, de 12/08/2015)

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Nacional de Imigração

ANEXO B – Resolução Normativa 102

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 102, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores."

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Nacional de Imigração